



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO NO REASSENTAMENTO SÃO
FRANCISCO DE ASSIS NO TOCANTINS (1998-2019)**

SAMARA LETYCIA MOURA BORGES

BRASÍLIA
2019

SAMARA LETYCIA MOURA BORGES

**REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO NO REASSENTAMENTO SÃO
FRANCISCO DE ASSIS NO TOCANTINS (1998-2019)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestra em História.

Linha de Pesquisa: História Cultural, Memórias e Identidades.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eloísa Pereira Barroso.

BRASÍLIA
2019

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação envolve uma mistura de sensações e estranhamentos com os desafios que surgem a cada necessidade de revisão e reformulações para a apresentação dos resultados da pesquisa.

Apesar de a pesquisadora tomar a frente por essa responsabilidade, existem pessoas que tornam a caminhada mais amena. Assim sendo, agradeço ao meu amado esposo, Marcelo, pelo encorajamento, incentivo que sempre me deu e também pela companhia carinhosa. Agradeço aos meus amados pais, Deuzilene e José Carlos, pelo carinho e admiração que vocês têm por mim.

Às minhas irmãs queridas Alynny, Jéssica e Hellen Patrícia pela amizade.

À minha orientadora, Profa. Dra. Eloísa Pereira Barroso pelo acompanhamento da escrita da dissertação. Agradeço também ao Jorge e Rodolfo da secretaria da pós, pela responsabilidade e gentileza admiráveis. Obrigada a Profa. Dra. Cristiane de Assis Portela e Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira pelas contribuições.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão de bolsa que foi importante para a realização da pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar como são operadas, por meio das narrativas, as representações das mulheres e dos homens do reassentamento São Francisco de Assis. O São Francisco de Assis está situado na parte rural do município de Porto Nacional – TO, sendo construído para reassentar as pessoas que tiveram suas terras desapropriadas em virtude da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Essa usina, localiza-se entre os municípios de Lajeado e Miracema, no Tocantins, começou a ser construída em 1998 e foi concluída em 2002, sua construção teve impactos também em outras cidades do estado, tais como Porto Nacional, Palmas e Ipueiras. As usinas hidrelétricas têm sido uma das principais fontes de geração de energia no Brasil, no entanto, suas construções têm trazido debates referentes aos impactos sociais e econômicos. No que tange às questões sociais é possível verificar nas narrativas das moradoras e moradores que nos processos que envolvem as construções de hidrelétricas, os papéis sociais das mulheres são temática constante na urdidura das histórias que as narradoras e os narradores elaboram, via memória sobre as experiências vividas antes, durante e após a construção, isto porque os papéis sociais das mulheres e dos homens são significados e ressignificados no processo de mudança compulsória de seus lugares de origem imposto pelo projeto hidrelétrico. Segundo a Comissão Mundial das Barragens, na maioria das vezes, os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles gerados. Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade de gênero, cabe salientar que esses projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais. A metodologia utilizada foi a história oral, foram entrevistadas 12 (doze) pessoas com o auxílio de um roteiro, as entrevistas foram realizadas no reassentamento São Francisco de Assis.

Palavras-chave: Representação, Cotidiano, Reassentamento, Usinas Hidrelétricas.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the representations of the women and men of the São Francisco de Assis resettlement are operated through the narratives. The São Francisco de Assis is located in the rural part of the Porto Nacional – TO, being built to resettle people who had their lands expropriated due to the construction of the Luís Eduardo Magalhães Hydroelectric Power Plant. This plant located between the municipalities of Lajeado and Miracema, in Tocantins, began to be built in 1998 and was completed in 2002, its construction also had impacts in other cities of the state, such as Porto Nacional, Palmas and Ipueiras. Hydroelectric plants have been one of the main sources of energy generation in Brazil, however, their constructions have brought debates regarding the social and economic impacts. Regarding social issues, it is possible to verify in the narratives of the residents that in the processes that involve the construction of hydroelectric dams, gender relations are a constant theme in the warp of the stories that the narrators and the narrators elaborate, through memory about the lived experiences before, during and after construction, because the social roles of women and men are signified and re-signified in the process of compulsory change in their places of origin imposed by the hydroelectric project. According to the World Commission on Dams, dam projects often widen gender disparities, either by imposing disproportionate social costs on women or by unequally allocating the benefits they generate. While these projects cannot be blamed for gender inequality, it should be emphasized that such projects in which this issue is not taken into account may, at best, not change the pre-existing conditions and, at worst, aggravate them more. The methodology used was oral history, 12 (twelve) people were interviewed with the help of a script, the interviews were carried out in the San Francisco de Assis resettlement.

Keywords: Representation, Daily life, Resettlement, Hydroelectric Power Plants.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 07
CAPÍTULO I: CONSTRUÇÕES DE HIDRELÉTRICAS: POSSÍVEIS NARRATIVAS DE MODERNIZAÇÃO E PROGRESSO?	p. 15
1.1 O Tocantins e o cenário da modernização.....	p. 15
1.2 Memória e representação: a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães e os sentidos construídos na nova morada.....	p. 36
CAPÍTULO II: DESENRAIZAMENTO E PERTENCIMENTO: AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES E DOS HOMENS REASSENTADOS	p. 48
2.1 Narrativas das vivências no reassentamento.....	p. 77
2.2 Novas gerações: novas identidades?.....	p. 87
CAPÍTULO III: VIVÊNCIAS NO REASSENTAMENTO: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO COTIDIANO	p. 92
3.1 A casa: o trabalho fácil?.....	p. 94
3.2 A roça: o trabalho difícil?.....	p.100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 112
APÊNDICE	p. 121
Apêndice A: Lista de siglas	p. 121
Apêndice B: Instrumento de coleta de dados.....	p. 122
Apêndice C: Participantes da pesquisa.....	p. 123

INTRODUÇÃO

A presente dissertação procura tecer uma análise de como são operadas, por meio das narrativas, as representações de mulheres e homens reassentados diante do processo de mudança compulsória em decorrência da construção de hidrelétrica. Para tanto o objeto de estudo proposto é a investigação e a análise das representações do cotidiano vivenciado por homens e mulheres na comunidade reassentada tanto na interpretação das mulheres como nas dos homens que vivenciaram a mudança compulsória de seus lugares de morada. Assim opta-se aqui por analisar as representações das moradoras e moradores que hoje habitam o reassentamento São Francisco de Assis, lugar construído para reassentar as pessoas que tiveram suas terras desapropriadas em virtude da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, situado na parte rural do município de Porto Nacional, no Tocantins.

Porto Nacional é uma das maiores cidades do estado do Tocantins, de acordo com o Perfil Socioeconômico dos Municípios elaborado pela Secretaria do Planejamento e Orçamento, a história de Porto Nacional está ligada ao rio Tocantins. Segundo o documento da secretaria “a exploração do ouro, iniciada em 1.722, na Província de Goiás, trouxe muitos mineradores e foi responsável pela maioria dos pequenos núcleos que se estabeleceram na região”. Assim:

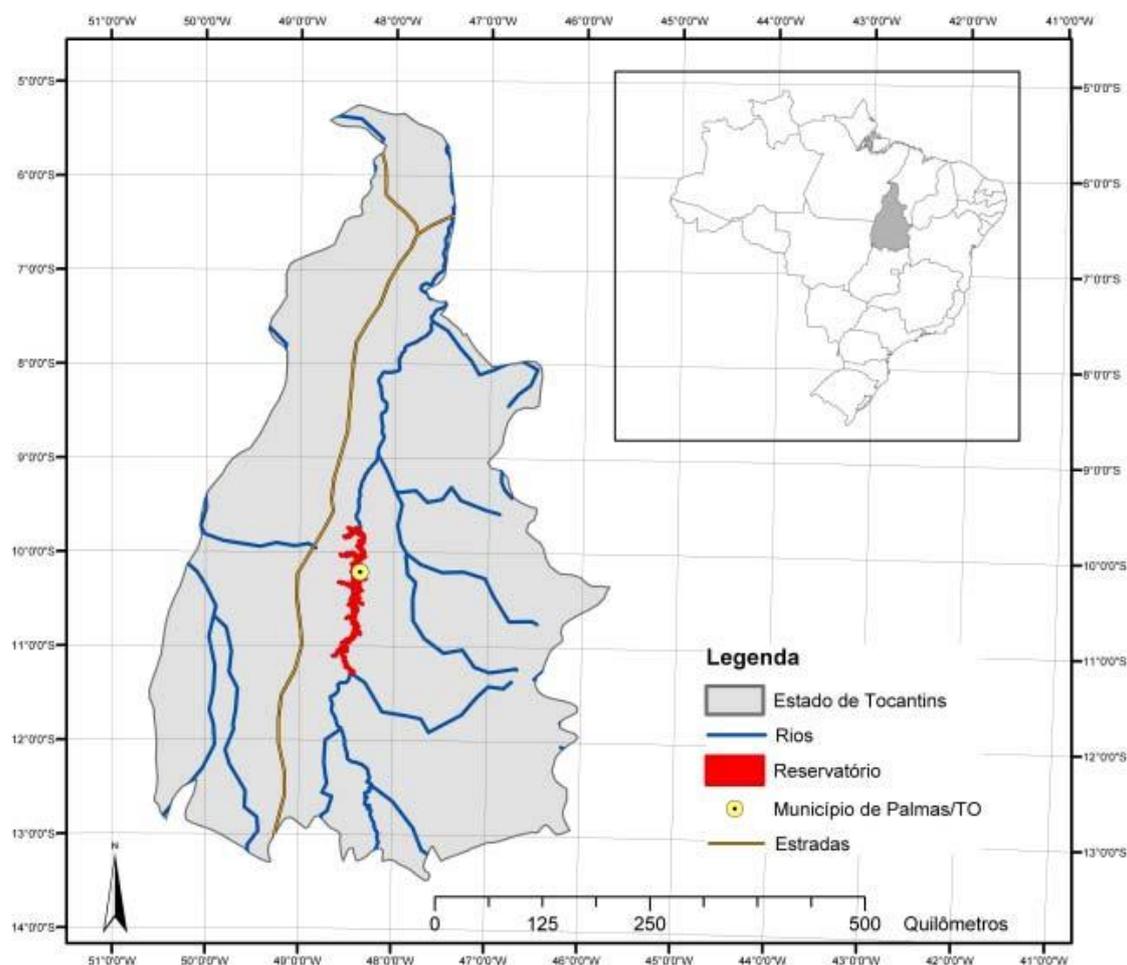
A travessia destes mineradores, tropeiros, mascates e viajantes já era realizada no local onde é hoje o centro histórico de Porto Nacional, em barcos do português Félix Camôa, quando, em 1.791, o cabo Thomaz de Souza Villa Real, que verificava a possibilidade de navegação e do estabelecimento de uma rota de comércio sul-norte, instala um destacamento militar na região. Com privilegiada localização entre dois povoados mineradores importantes, Pontal e Carmo, surge Porto Real, que se desenvolve com o comércio e a navegação (Perfil Socioeconômico dos Municípios, 2017, p. 07).

Atualmente, o documento aponta a população total conforme pesquisa realizada pelo IBGE¹ que é de 49.126, sendo predominante a ocupação na zona urbana (42.435 na área urbana e 6.711 na área rural). Desde que o Tocantins fazia parte do antigo norte goiano, o rio sempre representou um recurso relevante para a comercialização e sociabilização entre as pessoas.

Na localização da usina, a seguir, é possível observar que o estado é cortado por diferentes rios, para Parrião (2011), os recursos hídricos dessa região favorecem o

¹ Censo demográfico 1991, 2000 e 2010.

aproveitamento da hidroeletricidade, uma das vantagens das paisagens brasileira, por isso, o Brasil é segundo ele, um dos países que mais produz esse tipo de energia.



Localização da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Fonte: Silvio Frosini Ferraz

O estado comporta as usinas hidrelétricas Tucuruí, Cana Brava, Serra da Mesa, São Salvador, Luís Eduardo Magalhães, Peixe e Estreito. A Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, motivo das mobilizações compulsórias dos agentes envolvidos nessa pesquisa de mestrado, está localizada entre os municípios de Lajeado e Miracema, no Tocantins. A UHE Luís Eduardo Magalhães começou a ser construída em 1998 e foi concluída em 2001. De acordo com Parente e Miranda (2014):

A construção da UHE Luís Eduardo Magalhães foi iniciada em 1º de julho de 1998, em uma área de 3,5 km² no município de Lajeado (TO), a 50 km de Palmas. O reservatório formado com a construção da usina tem uma extensão de 170 km e abrange uma área total de 630 km², atingindo os municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras (PARENTE; MIRANDA, 2014, p. 561).

O consórcio INVESTCO, segundo Menestrino, foi o responsável em “coordenar e comandar a construção do empreendimento. O INVESTCO, ainda segundo ela, detém o “contrato de concessão para exploração do aproveitamento hidrelétrico pelo prazo de 35 anos” (MENESTRINO, 2010, p.49).

A UHE Luís Eduardo Magalhães “é considerada um dos mais arrojados projetos hidrelétricos do país, foi edificada em um tempo recorde – apenas 39 meses –, tornando-se num marco do setor elétrico por ser o maior empreendimento de geração realizado pela iniciativa privada no Brasil” (PARRIÃO, 2011, p. 24). Em alguns trabalhos sobre as proporções tomadas com a construção da hidrelétrica, destaca-se que muitas atividades locais como a pesca, a coleta de frutas e turismo foram impactadas, além disso, terras que eram consideradas boas para o plantio foram cobertas pela água do reservatório. Por meio das narrativas, pode-se verificar que esse acontecimento gerou uma nova organização nas vivências sociais e na produção de alimentos das famílias reassentadas.

As cidades Miracema, Lajeado, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Palmas e Ipueiras, foram atingidas com a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães e pertencem à região central do estado do Tocantins, “conhecida como o grande entorno de Palmas” (JUSTINO; PARENTE, 2013, p. 110). Os reassentamentos construídos devido a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães são Luzimangues, Flor da Serra, Prata, Mariana, Pinherópolis, Olericultores, Brejo Alegre, Canto da Serra, Mundo Novo, Boa Sorte, Projeto 2000 e o São Francisco de Assis.

A escolha pelo reassentamento São Francisco de Assis deve-se ao fato de ser este um dos maiores reassentamentos. Além disso, cabe salientar ainda que, desde a graduação, desenvolvo pesquisas neste espaço. Durante os processos investigativos desenvolvidos para a escrita do meu trabalho de conclusão da graduação, percebi algumas questões que demandavam uma investigação mais profunda, uma delas foram as relações de gênero ali estabelecidas. Percebia que as mulheres estavam sempre sendo demandadas para alguma atividade, mas as mesmas eram pouco visibilizadas quando se verificava sua participação nos espaços públicos. Quando fui aprovada no mestrado me propus a tentar compreender as representações de gênero postas no mundo desses sujeitos reassentados.

Ao pesquisar trabalhos que discutam as dimensões sociais que as usinas hidrelétricas têm na vida das pessoas, percebi também que muito se tem discutido acerca dos impactos culturais e socioeconômicos provocados com a construção de usinas hidrelétricas em trabalhos acadêmicos que abordam tais temáticas. Contudo, quando falamos das discussões de gênero, tais projetos apresentam poucos estudos, em alguns, a

dimensão que envolve tal discussão é inexistente. Não é por acaso que as questões de gênero são inexistentes nos estudos acadêmicos sobre as dimensões sociais das usinas hidrelétricas, já que isso é resultado de uma visão que privatiza as questões de gênero, vendo-os como a-históricos e naturais, colocando-os assim fora das discussões históricas ou sociológicas. Dessa forma, esta pesquisa procura romper com tal conjuntura ao tratar gênero como algo estrutural.

Segundo a Comissão Mundial de Barragens², na maioria das vezes, os projetos de barragens ampliam as disparidades de gênero, embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, “projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais” (VIANA, 2003 *apud* PARENTE; GUERRERO, 2012).

Dessa forma, com essa dissertação, buscou-se discutir o impacto que a mudança para o reassentamento São Francisco de Assis teve nos papéis das mulheres e dos homens, através de suas narrativas, apropriando de gênero como categoria de análise, pois entendo gênero assim como Maria Carvalho quando ela diz que gênero é uma “construção cultural de feminilidade e masculinidade fundada na diferença sexual” (CARVALHO, 2010, p. 75).

Posto isso, esta pesquisa se justifica pela necessidade de discussões sobre aspectos referentes à questão de gênero nos processos de reassentamento oriundos da construção de hidrelétrica, já que consideramos a importância das experiências das mulheres e dos homens que foram, de alguma forma, envolvidos pelos projetos “desenvolvimentistas”. Entende-se aqui como projetos desenvolvimentistas, conforme elucida Parente (2007), projetos que se justificam por “levar progresso e desenvolvimento às localidades estagnadas”.

Assim, por meio de suas experiências, esses sujeitos podem contribuir para estudos que venham a inserir as perspectivas de gênero em projetos desenvolvimentistas, como é caso da usina hidrelétrica, já que além dos aspectos técnicos e estruturais na construção de empreendimentos hidrelétricos, é relevante considerar aspectos subjetivos, humanos e simbólicos que precisam ser esclarecidos para a melhor gestão de projetos hidrelétricos (DERROSO; ICHIKAWA, 2014, p. 47).

² A Comissão Mundial de Barragens (WCD) foi criada em abril de 1997, a fim de investigar os impactos ambientais, sociais e econômicos gerados pelo desenvolvimento de grandes barragens a nível global.

Acredita-se, nesta dissertação, que a significação dos papéis de gênero das mulheres e dos homens reassentados possa ser apreendida através das narrativas, entendendo papéis como as tarefas desenvolvidas pelas mulheres e homens com base no gênero. Entendermos que as narrativas das mulheres e dos homens reassentados são construídas a partir de suas representações, pois de acordo com Stuart Hall “nós concedemos sentido às coisas pela maneira como *representamos*” (HALL, 2016, p. 21, grifo do autor).

Para Stuart Hall, representação “é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 31). Por isso nesse trabalho buscou-se compreender o sentido que é compartilhado entre os sujeitos que habitam o reassentamento São Francisco de Assis acerca do que é ser mulher, para analisarmos como seus papéis sociais são construídos nas relações de gênero.

Além de entender os significados de comportamento de gênero, buscou-se entender também a relação das mulheres e dos homens reassentados com o lugar que moravam antes de irem para o reassentamento, já que antes viviam próximos do rio e repentinamente se viram distantes de pessoas que conviviam antes da construção da usina e até mesmo do lugar onde estabeleceram uma relação afetiva.

A partir das memórias acionadas via entrevistas, acreditamos que possamos entender como a mudança para o reassentamento também exigiu uma adaptação dessas identidades, pois de acordo com Marieta Ferreira, a memória “é construção do passado pautada por emoções e vivências. É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2000, p. 111).

Diante do exposto, a seguinte questão se coloca:

- Quais seriam os impactos dessa mudança, considerando este novo cotidiano no processo de construção das identidades dos sujeitos reassentados nas relações de gênero?

Além da questão do novo cotidiano, afetividade e o desenraizamento na produção das identidades são problemáticas expostas nos processos de reassentamento. Trabalhos como o de Parente e Miranda (2014), Menestrino (2010) e Batista (2009) apontam que os reassentamentos criados não possuem as mesmas características das terras que foram inundadas com a barragem. As autoras mostram que o novo lugar, geralmente escolhido pelo consórcio responsável pela construção da usina, não apresenta as características e

qualidades das terras anteriores. Ainda segundo elas, na maioria dos projetos, não são consideradas as relações estabelecidas com o território.

Assim, Parente e Miranda afirmam que “na maioria das vezes, essas famílias são realocadas em áreas que não dispõem de condições para o cultivo de alimentos” (PARENTE; MIRANDA, 2014, p. 563) ou em lugares periféricos da zona urbana. Se expõe então, o problema das terras, já que algumas famílias, conforme aponta as autoras, precisavam daquelas terras para uma plantação de subsistência e após a mudança para o reassentamento já não podiam contar com uma terra propícia para o plantio.

É preciso elucidar ainda que a dissertação trata das narrativas de pessoas que foram mobilizadas para um lugar – chamado reassentamento – com o objetivo de reassentá-las por causa da construção da usina hidrelétrica, portanto, não se trata de pesquisa sobre o Movimento Sem-Terra. Sendo essa a distinção entre um Reassentamento e Assentamento³.

As narrativas aqui utilizadas foram construídas a partir de entrevistas fundamentadas na história oral. Para Alice Lang (2001) a história oral constitui uma metodologia de pesquisa voltada para o tempo presente que permite conhecer a realidade presente, o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Alberti (2005), por sua vez, também entende a história oral como uma metodologia, além disso, para ela a história oral também pode ser considerada uma fonte de pesquisa, uma técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados.

Segundo o historiador José Carlos Meihy (1994) é comum as pesquisadoras e pesquisadores conceber sua gênese metodológica após a Segunda Guerra Mundial (1934-1945). Joutard (1986) entende a história oral como uma técnica nova, moderna, nascida depois da Segunda Guerra Mundial, “já quando os meios eletrônicos se impuseram tornando-se possível a crivagem metodológica e os arquivos”.

A história oral apresenta uma relação próxima com o tempo denominado nas ciências históricas como tempo presente. Pode-se entender a história do tempo presente,

o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (HOBSBAWM, 1998).

³ Embora seja comum a troca de palavras, segundo Medeiros e Lindner (2014), existe uma distinção entre elas, já que assentamento refere-se aos trabalhadores sem-terra, enquanto o reassentamento é lugar construído para realocar pessoas atingidas por barragens.

A história do tempo presente pode ser entendida ainda como um campo que refere-se a “um passado atual ou em permanente processo de atualização” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 25). Acerca da aproximação entre a história oral e a história do tempo presente, François chega a dizer que essa “oralidade está para a história do tempo presente assim como a arqueologia está para a história antiga, dada sua importância nessa nova forma de se construir o conhecimento histórico” (FRANÇOIS, *apud* PEREIRA, 2007, p. 158).

Para os fins propostos em tela, foram entrevistadas seis mulheres e seis homens do reassentamento São Francisco de Assis. As entrevistas foram feitas com mulheres e homens entre 31 a 76 anos de idade a partir de um roteiro temático. Quanto ao recorte temporal, refere-se aos anos de 1998 a 2019, que compreende o momento da mudança para o reassentamento até o ano em que foram realizadas as entrevistas. As entrevistas foram realizadas entre os dias 11 de julho de 2018 e 18 de janeiro de 2019 na casa das entrevistadas e entrevistados, pois foi o local que elas e eles sentiram mais à vontade para conceder a entrevista. Os nomes verdadeiros das mulheres e dos homens não foram colocados na dissertação, pois eles concordaram em conceder a entrevista desde que não fossem expostos seus nomes, já que a dinâmica familiar seria sujeitada a análise e seus pontos de vistas seriam colocados na entrevista.

A fim de entender como operava as representações de gênero das mulheres e dos homens, por meio das entrevistas fundamentadas na metodologia da história oral, estruturamos a dissertação buscando discutir a partir das falas urdidas pelos nossos narradores como a compreensão do gênero por mulheres e homens reassentados operavam a partir das perspectivas postas pelo projeto de construção da barragem no que se refere as perspectivas de modernização e progresso frente ao novo estilo de vida no reassentamento, depois disso, buscou-se discutir o impacto que a mudança teve no que diz respeito ao sentimento de pertencimento dos sujeitos e a compreensão destes dos papéis designados as mulheres e homens atingidos pelo processo de mudança compulsória. Assim, procuro compreender a realidade projetada e a realidade vivenciada no reassentamento a partir da categoria analítica gênero. Para tanto, esta dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo “Construções de hidrelétricas: possíveis narrativas de modernização e progresso?”, discuto na seção “O Tocantins e o cenário da modernização” como a representação de modernização e progresso estavam presentes desde o momento da criação do estado do Tocantins, para isso, utilizo alguns dos estudos realizados pelo

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Em seguida, na seção “Memória e representação: a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães e os sentidos construídos na nova morada” discuto as representações de progresso das mulheres e dos homens a partir da nova estrutura da casa e das instalações. Procuo situar como as construções de hidrelétricas tornaram sinônimos de modernização e progresso no imaginário social.

Já no segundo capítulo intitulado “Desenraizamento e pertencimento: as representações das mulheres e dos homens reassentados” discuto o significado afetivo que o rio Tocantins representava nas relações das mulheres e homens reassentados. Diante do tema do lazer presente em suas narrativas, mostro como a mudança para o reassentamento fez com que as mulheres perdessem sua rede de sociabilidade, a partir da categoria gênero. Na primeira seção deste capítulo “Narrativas das vivências no reassentamento” analiso os papéis em torno do universo familiar. Enquanto na segunda seção “Novas gerações: novas identidades?” falo a respeito das funções sociais das mulheres e dos homens na faixa etária dos trinta anos, discutindo ainda como eles, desde a adolescência no lugar de origem, construíram representações do que é ser mulher e como representam a infância.

No terceiro capítulo “Vivências no reassentamento: sentidos e significados do cotidiano” analiso como os papéis das mulheres e dos homens nas tarefas do cotidiano são delegadas de acordo com a noção de gênero. Para tanto, apresento duas seções para falar dessas tarefas cotidianas em dois ambientes: na casa e na roça. Nelas, procuro analisar a ideia de trabalho fácil e difícil a partir da representação do que é ser mulher em suas narrativas.

Por fim, a presente dissertação foi organizada de maneira que apresentasse as representações de gênero na divisão dos papéis sociais das mulheres e dos homens do reassentamento São Francisco de Assis que, a partir de suas narrativas, nos possibilitassem entender como as construções de gênero significam seus comportamentos no dia a dia. Assim, a dissertação foi elaborada com a pretensão de se somar as pesquisas que problematizam a conjuntura de gênero no processo de reassentamento.

CAPÍTULO I: CONSTRUÇÕES DE HIDRELÉTRICAS: POSSÍVEIS NARRATIVAS DE MODERNIZAÇÃO E PROGRESSO?

1.1 O Tocantins e o cenário da modernização

O antigo norte de Goiás (atual estado do Tocantins), pode ser entendido através das representações dos viajantes. Por meio dos discursos de estagnação e atraso que se referem a essa região, podemos encontrar indícios de que o interior é assim representado ainda hoje.

Revisando as pesquisas feitas durante a construção de hidrelétricas na região do Tocantins, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil publicou estudo em 2013 sob título “O rio Tocantins no olhar dos viajantes – paisagem, território e energia elétrica”, sob organização de Lígia Martins, verifica-se que as representações dos viajantes assumem para esse estudo uma legitimidade quanto a necessidade de construção de hidrelétricas.

O progresso, meus pobres amigos, tem uma lei inexorável, a qual pisa o mundo, ora com a pata de ferro de uma locomotiva, ora com o estilete fino do fio telegráfico. Ninguém tem hoje o direito de ficar parado: a luta pela existência chama a postos todos os homens, vítimas ou algozes. Todos trabalham, todos necessitam e todos se satisfazem. Ah! pobres gaviões, no dia em que o progresso tiver necessidade de vós ou das vossas terras, iremos ao coração da vossa pátria, pedir-vos a rendição ou a morte, e dar-vos a enxada ou a sepultura (MOURA, 1910, p. 227 *apud* Centro de Memória de Eletricidade no Brasil, 2013).

O trecho aqui citado foi escrito pelo engenheiro civil Ignácio Baptista de Moura, “membro correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e deputado estadual do Pará, que partiu de Belém em 4 de março de 1896 e chegou a São João do Araguaia, no vale do rio Tocantins, em 14 de abril do mesmo ano”. No entanto, segundo o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, “seu minucioso relato só foi publicado em 1910” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 146-152).

O progresso pelo engenheiro pode ser assimilado como uma marcha necessária e que pode ser representado pelas construções humanas, as quais ele destaca a locomotiva e o telegráfico. Essa marcha pode ser apreendida na representação de Moura (1910) como uma ação imposta, digamos obrigatória, que às vezes envolve conflitos, mas que são legitimados pelo bem da pátria.

Para o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, a grande representação do progresso na região do norte de Goiás, na época, foi a estrada de ferro (Centro da Memória

da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 152). As viagens e as ações no “coração da pátria”, assim expressada por Moura (1910), se referindo a posição geográfica do norte de Goiás, nos possibilitam compreender como o estado do Tocantins foi criado a partir da representação do moderno.

Segundo o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil (2013) o projeto modernizador levaria mais viajantes ao Tocantins do início do século XX. Os discursos de estagnação dos viajantes, por isso, não podem ser tratados aqui como uma situação isolada, já que desde sua criação a representação de moderno e o sentimento de modernidade sempre esteve atrelado ao Movimento Separatista. Segundo Vieira “alguns historiadores interpretaram o Movimento Separatista ocorrido no norte goiano, entre 1821 e 1823, como uma das primeiras manifestações do movimento autonomista que teria originado o atual estado do Tocantins” (VIEIRA, 2014, p. 63).

O Movimento Separatista objetivava a separação do norte de Goiás, denunciando o abandono e situação de descaso da região. Diante disso, uma comitiva liderada por Teotônio Segurado defendia sua emancipação. Neste movimento, consta-se também a pretensão de desenvolver a região. Para Radamés Nunes (2016) essa articulação reflete uma das projeções dos apoiadores, cujo movimento defendia. O sentimento de modernidade e a projeção do moderno para aquela região eram, para Nunes (2016), marcas explícitas.

Seguindo essa perspectiva, segundo o historiador José Carlos Reis “os termos novos que conduzem a implantação do futuro no presente são: emancipação, inovação, crise, evolução, revolução.” Ainda de acordo com ele, “o espaço da experiência – o presente que contém o passado – é abreviado e interrompido para que o horizonte de espera seja então e já espaço da experiência. O presente perde a possibilidade de ser vivido como presente e acaba para dentro do futuro” (REIS, 2006, p. 70).

Dessa forma, podemos entender que a criação do estado Tocantins, emergem representações sobre o moderno. Além disso, a noção de moderno também está presente nas narrativas das mulheres e dos homens ao falarem das mudanças com a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães.

Logo, a implantação de um futuro pelos sujeitos aqui aproximados e das lideranças políticas que integravam o Movimento Separatista fazem com que essas experiências projetáveis não sejam estabelecidas para serem vividas pelos próximos anos, são experiências que já se projetam no presente. Nesse sentido, Kosellek nos diz que “passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode

ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Quanto as experiências projetáveis pelos sujeitos a serem reassentados, pode-se entender que consiste nos primeiros momentos em que foram informados que seriam desapropriados de suas terras. A partir disso cria-se, então, expectativas com a mudança e a nova vida no lugar destinado a reassentá-los. Essas experiências projetáveis para o futuro, no entanto, são ao mesmo tempo experiências que já estão sendo vividas no presente, pois os processos da construção da UHE, nesse contexto, são concretizados rapidamente, não existe espera, a expectativa passa ser uma realidade.

Em relação as experiências projetáveis pelo Movimento Separatista, a implementação do futuro, ocorre também no presente vivido pelos que apoiavam o movimento. Projetava-se esse futuro, mas também já o viviam por meio da modernização na qual também já vivenciavam em seu tempo, pois já aconteciam mudanças nesse sentido no país.

Já reconhecido como estado, o Tocantins, é inserido na lógica moderna. O tema da modernização é uma das justificativas que implementam usinas hidrelétricas no território brasileiro, assim, segundo estudo publicado pelo Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, pode-se entender que “quase todos os municípios que seriam impactados estavam inseridos em uma área sem dinamismo econômico, assim como outras localidades que margeavam o Tocantins” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 390).

Segundo o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil houve um aprofundamento nos estudos socioeconômicos na região que sediará a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, “o que deu mais consistência ao argumento utilizado pelas empresas de que as usinas hidrelétricas trariam *progresso* para as comunidades desassistidas” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 303, grifo meu).

Na época em que se realizou o estudo ao qual se refere o Centro, havia um conflito intenso de terras entre os indígenas e grandes fazendeiros da região, conflito que é uma extensão da época em que o Tocantins era o norte goiano. Segundo o estudo, na “estrutura fundiária da região, era grande a incidência de latifúndios por exploração, o que contribuía especialmente para a baixa produtividade do setor primário” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 301). Além disso, a “escolarização era muito pequena,

contabilizando 56% das pessoas acima de 5 anos com menos de um ano de instrução, boa parte dos municípios não dispunha sequer de um centro de saúde” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 299).

Dessa forma, a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães passou a ser uma solução, para os problemas que assolavam a região, nos discursos que advogavam sua implantação. É o que podemos observar por meio da afirmação abaixo:

(...) não se pode negar que a implantação de um projeto hidrelétrico consubstancia uma oportunidade ímpar de catalisar investimentos e impulsionar o desenvolvimento local, entendido não só como o incremento de alguns índices econômicos, mas também como a melhoria da condição de vida de grande parte da população e, especificamente nesta região, algum tipo de solução para a questão da terra (Eletronorte; Themag, apêndice D, v. 1, 1987, p. 232 *apud* Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 304).

Assim, esse documento representa o impacto em relação a construção da hidrelétrica, sobretudo, nos conflitos locais que existiam no momento do estudo. A mudança apresentava-se como uma alternativa para solucionar o confronto entre indígenas e grandes fazendeiros.

Os grandes empreendimentos no Brasil são, prioritariamente, implementados em regiões mais afastadas dos grandes centros, onde a população não tem clareza do que sejam esses projetos e muito menos os direitos que possuem (CARVALHO, 2004, p. 19-20 *apud* SANTOS, 2017, p. 92).

Dessa forma, a construção de usinas hidrelétricas ali são, na verdade, consequência dos discursos com a perspectiva de modernização que significaram a criação do estado. A construção da usina mobilizou muitas pessoas para diversos reassentamentos criados. Barbosa, Lolis e Pereira dizem que: “de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório do Impacto Ambiental (RIMA) da UHE de Lajeado, foram atingidas 529 famílias em áreas urbanas, e, 997 famílias em propriedades rurais, totalizando 1.526 famílias atingidas diretamente (BARBOSA; LOLIS; PEREIRA, 2015, p. 192-193).

No entanto, esses números segundo esses autores divergem dos apresentados pelo Movimento Atingidos por Barragens (MAB), que apontam: “ter sido 4.969 famílias atingidas diretamente pela construção da UHE de Lajeado para um total de 10 (dez) mil hectares que foram distribuídos para reassentamentos nos municípios de Porto Nacional, Monte do Carmo, Ipueiras e Brejinho de Nazaré” (BARBOSA; LOLIS; PEREIRA, 2015, p. 192-193).

A construção de usinas hidrelétricas não abarca processo simples, pois envolve fatores relacionados ao impacto ecológico e as questões sociais. Por isso, pode-se falar em “processos”. Processos que se inicia desde as primeiras notícias sobre sua construção até a adaptação das moradoras e moradores no lugar destinado para reassentá-las.

O tema da construção de hidrelétricas, de acordo com Derrosso e Ichikawa “está constantemente sendo trazido para o debate público, principalmente pelo projeto do Estado brasileiro em explorar esse tipo de geração de energia, aproveitando o potencial dos rios existentes” (DERROSSO; ICHIKAWA, 2014, p. 97).

O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, acredita que “um dos benefícios com construções de hidrelétricas no país é o desenvolvimento” das regiões que são abarcadas nesse tipo de empreendimento (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 123). Assim, Justino e Parente (2013) afirmam que:

Os idealizadores desses projetos utilizam o argumento de que estão levando desenvolvimento e sustentabilidade às regiões de locação, pois além de esses projetos produzirem uma energia limpa, contribuem para minimizar as diferenças regionais. Além do mais, promovem a geração de empregos, melhorias na economia e na vida social da população (JUSTINO; PARENTE, p.108-109, 2013).

Para Parente e Miranda (2014), os benefícios gerados com a construção da usina hidrelétrica ocorrem de forma desigual quando são analisados as relações de gênero, pois para elas, tais projetos não levam em consideração essa dimensão e ao mudarem compulsoriamente, as mulheres passam a desenvolver mais atividades relacionadas à casa.

A afirmativa dessas autoras é possível pela análise das narrativas de mulheres do reassentamento também criado com a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães. Essas autoras avaliaram que com a impossibilidade da coleta do coco babaçu, as mulheres por elas entrevistadas, desenvolviam apenas as atividades que envolviam o âmbito doméstico. O artigo supracitado é significativo, pois torna-se evidente que as novas formas de organização dos sujeitos reassentados em decorrência do que as construções de usinas hidrelétricas representam, geram consequências práticas no cotidiano das famílias reassentadas, sobretudo, quanto ao aspecto de gênero e de identidade.

Tanto na construção da UHE Luís Eduardo Magalhães como em outras hidrelétricas construídas na região, os discursos sobre modernização também estiveram presentes, é afinal um discurso que legitima projetos hidrelétricos no Tocantins e em outras regiões brasileira. Tais discursos estão presentes no imaginário que existe sobre a construção de hidrelétricas tanto para os que estão fora desses processos como para os

que são envolvidos compulsoriamente por eles. É possível sugerir que a história e conflitos oriundos ainda do norte goiano se entrelaçou com a criação do estado Tocantins (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013). É possível perceber que há uma relação entre relações de gênero e modernidade que intersecciona categorias como sexo, condição social, raça, dentre outras.

Por isso, representa-se usinas hidrelétricas como marca de progresso, tal representação persistiu no imaginário social dos sujeitos. Segundo Serbena, “o imaginário possui uma função social e aspectos políticos, pois na luta política, ideológica e de legitimação de um regime político existe o trabalho de elaboração de um imaginário por meio do qual se mobiliza afetivamente as pessoas (SERBENA, 2003, p. 05).

Dessa forma, o imaginário sobre a construção da usina hidrelétrica é legitimado pelo que ela representa, por ter uma função social, esse imaginário envolto a UHE pode ser compreendido como uma ação que é justificada, pois a “imagem” que temos de hidrelétricas é ligada as palavras progresso e desenvolvimento, logo é de se esperar contribuições favoráveis para todas e todos os envolvidos, já que esse imaginário é constitutivo nos projetos de governabilidade no Brasil desde o século XIX.

Serbena aproxima a afirmativa de Carvalho (1987), ao dizer que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias... [e] por símbolos, alegorias, rituais mitos” (CARVALHO, 1987, p. 11 *apud* SERBENA, 2003, p. 05).

Assim, os sujeitos que são envolvidos nos processos da construção da UHE também criam expectativas em relação a mudança para o reassentamento. A essas expectativas a simbologia dos benefícios gerados pela UHE é elaborado pela perspectiva do imaginário socialmente compartilhado que é apropriado pela comunidade a ser reassentada, possivelmente, esse imaginário se elabora por meio dos discursos que legitimam ações desenvolvimentistas.

Esses imaginários podem ser apreendidos por meio das falas das mulheres e homens reassentados. O imaginário que permeia as narrativas de algumas das mulheres e homens é pautado na representação de modernização e progresso advindos da construção de hidrelétricas. É o que podemos observar na fala de Ivete de 45 anos: “*É muito difícil, né?! Não ‘tá’ muito essas coisas que a gente espera. Esperava mais melhoria, progresso e benfeitoria para o reassentamento. Isso não aconteceu, muito devagar. Devagar mesmo*” (Ivete, 11 de julho de 2018).

A percepção na fala acima de que usinas hidrelétricas deveriam desenvolver remonta aos discursos que se apoiaram para criação do estado e aos planos desenvolvimentistas intensificados no século passado, no governo Vargas. “Melhorias” são como significamos a construção de hidrelétricas, no entanto, a expectativa da entrevistada não superou a realidade no reassentamento.

É preciso, portanto, situar o plano desenvolvimentista que inclui a construção de hidrelétricas. Segundo Lolis, Barbosa e Pereira (2015), essa política pode ser contextualizada a partir das Exposições Universais realizadas na Europa durante o século XIX. Ainda de acordo com eles, essas exposições se tornaram mais frequentes após a Revolução Industrial. As Exposições Universais refletem um modelo de modernidade e progresso baseado nas experiências europeias e pretendiam “mostrar um retrato em miniatura do mundo moderno avançado, composto de espetáculos nos campos de ciência, das artes, da arquitetura, dos costumes e da tecnologia” (OLIVEIRA, 2010).

No Brasil, Dom Pedro II, após participar de uma dessas exposições em 1876 trouxe, segundo Barbosa, Lolis e Pereira “novidades tecnológicas e em 1879 foi inaugurada a primeira iluminação elétrica no Rio de Janeiro” (BARBOSA; LOLIS; PEREIRA, 2015, p. 194).

Outras lideranças políticas deram continuidade a esse projeto de modernização iniciado no século XIX, mas foi no governo de Getúlio Vargas (de 1930 a 1945) que houve a intensificação do uso da hidroeletricidade. No governo Vargas, implantou-se uma política de investimento estatal no setor hidrelétrico (BARBOSA; LOLIS; PEREIRA, 2015, p. 194). Posteriormente, além de Vargas, outras lideranças políticas deu continuidade a essa política desenvolvimentista:

Em 1954 foi proposta a criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás). Porém, a Eletrobrás foi oficializada em 1962 no governo do presidente João Goulart. Na década de 1960 a produção de energia elétrica teve sua maior expansão no Brasil. A expansão da produção de energia elétrica pelo interior do Brasil aconteceu a partir dos anos de 1960, e teve como propulsor a política econômica do então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) que tinha o lema “Energia e Transporte” (ELETROBRÁS, 2013 *apud* BARBOSA; LOLIS; PEREIRA, 2015, p. 194).

Segundo Helm (2003):

As usinas hidrelétricas têm sido uma das principais fontes de geração de energia no Brasil desde a década de sessenta do século passado quando foi criada quando foi criada a Eletrobrás, possibilitando a intensificação do aproveitamento da hidroeletricidade e a construção de grandes usinas hidrelétricas em diversas regiões do país (HELM, 2003 *apud* ALMEIDA, 2007, p. 01).

As usinas hidrelétricas podem ser justificadas nessas políticas como uma medida de integrar regiões afastadas e pouco desenvolvidas com as demais do país. Para Leme, a questão energética, em particular a hidroeletricidade, “acabou assumindo expressiva relevância e centralidade na forma de pensar e fazer política no Estado brasileiro, tendo sempre em vista suas possibilidades de desenvolvimento e modernização do país” (LEME, 2005). Dessa forma, as desigualdades imbricadas de gênero, raça, classe e região são aspectos estruturais desse projeto modernizador que opera uma colonialidade.

De acordo com Ricoeur “a ideia de novidade vinculada à de modernidade (modernidade, em alemão, se diz ‘tempo novo’ – *neuen Zeiten* e, a seguir, *Neuzeit*) implica uma depreciação dos tempos anteriores tachados de obsolescência, no máximo uma degeneração que equivale a uma ruptura” (RICOEUR, 2007, p. 318, grifo do autor). A ruptura com o antigo e a eminência do novo, assente no modelo progressista que enquadra os projetos hidrelétricos em decorrência dessa modernidade, ocasionam mudanças quanto ao tempo da experiência e o deslocamento da população que tinha uma relação afetiva e econômica com o rio. Isso pode ser observado como efeito de uma episteme evolucionista e eurocêntrica que passa a constituir o imaginário brasileiro sobre progresso e avanço, assim o discurso modernizador pode ser entendido como um dispositivo de poder na perspectiva de Foucault (2000) que implica em formas de subjetivação por meio de projetos sociais que envolvem mulheres e homens como parte desse projeto.

Os desdobramentos dos processos de modernização do Tocantins, nesse contexto, geraram mudanças que no caso dos sujeitos abrangidos por essas políticas, estimularam um novo estilo de vida não só pelo fato de essas pessoas se distanciarem dos rios, mas também ao fato de que essas famílias passaram a utilizar energia elétrica e água encanada.

Antes dessas mudanças, as famílias viviam próximas ao rio e faziam uso de lamparina. Jorge, 58 anos de idade, nos diz:

Lá onde nós ‘morava’ não tinha energia, né?! Era no lampião que eu tinha, acabou depois de lá. Agora energia e água são outros quinhentos. Quando não tem, não tem. Agora, onde nós ‘morava’ pra agora era muito melhor. (Jorge, 11 de julho de 2018)

Os sujeitos tinham uma expectativa quanto a mudança para o reassentamento, a expectativa de melhoria de vida, já que as usinas hidrelétricas se firmam sob discursos de progresso e modernização. Ao serem reassentadas e reassentados os sujeitos se depararam com uma outra realidade, ocorrendo então uma desilusão com o progresso e a modernização frente suas experiências.

Apesar das disposições de energia elétrica e água encanada no novo lugar destinado a reassentá-lo, Jorge, percebe o antigo lugar onde morava como melhor. Além disso, por meio de sua narrativa, podemos verificar outra realidade imposta as famílias. Se antes elas tinham o uso livre da água e lamparina, agora elas passam a controlar a água e energia, ademais, não faltavam.

Dessa forma, as famílias passam a viver sob a lógica dos centros urbanos e compulsoriamente adotam estilo de vida contrário da realidade de quando viviam próximas ao rio. Ao terem que controlar o uso da água e energia no reassentamento, essas famílias precisam de mais dinheiro, essa necessidade tende a tornar mais difíceis a adaptação das famílias.

As famílias reassentadas acreditam que uma das dificuldades encontrada no novo lugar é a falta de dinheiro, conforme narra Joaquim com 55 anos de idade:

Lá a gente não precisava comprar frutas. Fazia vazante, plantava na beira da água. No inverno, nós 'plantava' também, tinha sempre fruta. A gente fazia a feira, vendia na feira de Porto Nacional e de Taquaralto. Não tinha preocupação com comida e aqui na cidade tem que comprar tudo. (Joaquim, 11 de julho de 2018)

Logo, se antes as famílias colhiam as frutas livremente, sem precisar gastar dinheiro, ao mudarem para o reassentamento elas precisam pagar além da energia elétrica e água, os alimentos que antes tinham gratuitamente. Outro aspecto que mudou ao serem realocados foi em relação aos insumos que precisavam para plantar as frutas e outros alimentos, para Joaquim:

O bom quando morava na beira do rio é que o próprio rio trazia o adubo, então a diferença pra nós é que nós não 'gastava' e ficava feliz nesse tempo, que nós 'plantava', colhia e tinha recurso. Aqui tem que corrigir a terra, colocar adubo e combater as pragas. É aquela trabalhadeira toda, no final sai pagando, quando você vê, é pouco dinheiro no bolso, quem lucra, é quem vende os adubos e as coisas pra nós. (Joaquim, 11 de julho de 2018)

A narrativa de Joaquim, aponta para duas situações novas. A primeira delas, é que antes, as famílias cultivavam para subsistência, sendo que os excessos vendiam na feira de Porto Nacional e Taquaralto, conforme afirma Fátima, com 62 anos de idade. Agora, o cultivo passa a ser para sobrevivência, sendo as atividades relacionadas a terra a principal fonte de renda das famílias, pois a venda permaneceu, mas agora com prioridade maior. Apesar de sempre ter sido esse o meio de onde as famílias conseguia dinheiro, os gastos aumentaram.

A segunda é em relação a terra, já que antes as entrevistadas e entrevistados a consideravam melhor para plantar, ao mudarem para o reassentamento as famílias se

depararam com uma terra diferente da que tinham antes. Assim diz a entrevistada ao descrever os alimentos que produziam e da qualidade da terra. Fátima diz:

Lá a terra era melhor, chegamos aqui à terra não é boa. Lá a gente podia plantar milho, arroz, mandioca, feijão sem adubo e aqui não. Aqui adubo não é de colher de saco, né?! Aqui, se não botar, não cresce. (Fátima, 11 de julho de 2018)

A percepção de Fátima aproxima da fala de Jorge, ao dizer: “*A terra nossa lá era boa. Aqui se tiver dinheiro e trabalhar dá tudo beleza. Agora o problema é o dinheiro*” (Jorge, 11 de julho de 2018). A diferença da terra e a falta do dinheiro para trabalhar nelas passa a ser uma situação na qual as famílias não eram conviventes antes.

Isso pode ser percebido ainda na fala de Jorge: “*Antes a terra era melhor porque lá nós ‘fazia’ roça, tinha mata, tinha tudo. Era só limpar ou gradear e plantar, gente! A nossa terra era boa*” (Jorge, 11 de julho de 2018). A entonação da expressão do entrevistado, evidencia seu desapontamento com a nova realidade vivenciada no reassentamento São Francisco de Assis, pois antes aquelas terras não precediam de preparo como as de agora.

Nos primeiros anos do reassentamento, as famílias foram assistidas pelo INVESTCO, o consórcio disponibilizou máquinas para auxiliar com o manejo da terra, mas após o encerramento do contrato, as famílias hoje já não têm mais essa assistência. Segundo Jorge:

Agora o problema é dinheiro para plantar que só por conta da gente, antigamente eles ‘dava’ máquina, dava tudo. Tiraram as máquinas e hoje estamos nessa dificuldade, sem assistência, cada quem se vira, se tiver dinheiro vai, se não tiver não vai. (Jorge, 11 de julho de 2018)

Com o fim da prestação de serviço do INVESTCO, estabelecido por meio de contrato, a cerca de cinco anos atrás conforme narrativas, percebe-se que as famílias passam a ficar dependentes da prefeitura, já que após o encerramento do contrato, os assuntos referentes ao reassentamento passaram a ser pautas da prefeitura de Porto Nacional. Segundo Fátima: “*a empresa passou pra prefeitura, a prefeitura não ajuda, então nós estamos abandonados*” (Fátima, 11 de julho de 2018).

Diante dessas narrativas, podemos compreender como se dava o manejo da terra, pois as famílias não dependiam de mecanismos públicos antes da mudança para o reassentamento, a partir do remanejamento delas isso muda também, já que elas passam a ser dependentes do poder público. A dependência do poder público é uma realidade na qual as famílias passaram a ter diante da sua integração na lógica urbana. Ao serem envolvidas no projeto de modernização, as famílias precisam de mais dinheiro do que

antes, já que o dinheiro que tinham antes passa a ser insuficiente frente aos novos gastos que tem no reassentamento.

Como essas famílias não tinham alguns gastos como têm no reassentamento e conseguiam viver através do uso da terra como subsistência, elas não sentiam a falta da assistência da prefeitura. Após a mudança para o reassentamento, a percepção de Fátima de “*abandono*”, recai sobre a dependência dos sujeitos em relação a interferência do Estado para conseguirem plantar no que Júlia, 37 anos, vê como “*terra cansada*”. Terra cansada para a entrevistada, refere-se as condições do solo para o plantio que são diferentes da outra terra que costumavam plantar, já que atualmente a terra precisa ser adubada.

Por isso, essas famílias agora tem de lidar com os novos gastos e a dificuldade em plantar nessas terras, pois agora precisam pagar pelo adubo, máquina, energia, água e alimentos. Precisam, além disso, enfrentar crises que antes não vivenciavam em relação ao preparo da terra. É o que diz Jorge: “*No início ajudaram com as máquinas, gradeavam e a gente plantava. Não foi tão ruim, ruim é hoje com o mato, a gente não tem mais nada, dinheiro, ‘tá’ nas crises*” (Jorge, 11 de julho de 2018). Ainda segundo Jorge: “*Nos primeiros anos, o consórcio ajudou, mas depois afastou. É o que eu digo, ali eles ‘tinha’ que comandarem em todo lugar. É obrigação deles. É gente demais. Aí afastaram não sei por quê. O povo, ninguém briga, não diz nada. Eles ‘tinha’ que ajudar direto*” (Jorge, 11 de julho de 2018).

Na percepção do entrevistado, quando tinham a ajuda do consórcio ainda estava bem, mas a partir do momento em que perdem essa assistência fica ruim e entram na verdadeira crise. Jorge, vê agora o Estado como o responsável em assisti-los: “*Tinha umas máquinas que o Estado deu, tem um cara que era colega, depois virou vereador, ele cobra de cada um para poder trabalhar. Se pagar vai, se não pagar não vai. A máquina é para trabalhar dada*” (Jorge, 11 de julho de 2018).

Assim, as famílias são inseridas no estilo moderno dos centros urbanos, são enquadrados também nas políticas que regem a sociedade. Percebem que terem ou não dinheiro é condição que fundamenta a vida na cidade, percebem também que necessitam de mais dinheiro, se não tem, não podem gradear as terras e nem ter acesso aos recursos que estão inseridos nos moldes da modernização.

A esse respeito, Maria Rezende acredita que a modernização “não se trata, de um processo de introdução de melhorias nas condições de vida da maioria da população. Ela

significa, sim, um projeto de mudança conduzido por um grupo” (REZENDE, 2005, p. 210).

Raymundo Faoro, por sua vez, acredita que esse projeto modernizador “(...) privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue o trilho da ‘lei natural’, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança” (FAORO, 1994, p. 99).

Construções de hidrelétricas, se pensadas pela perspectiva de Faoro (1994), pode ser entendida como um projeto modernizador que é autoritário e excludente. Autoritário porque as propriedades das famílias são inundadas devido o enchimento da barragem, as famílias não têm escolhas, são forçadas a se retirarem do lugar onde construíram suas identidades e fincaram suas raízes simbólicas com o território. Mudam compulsoriamente para uma região desconhecida, escolhida pelo consórcio responsável pelo empreendimento.

Elas são também excludentes, já que ao inserir as famílias na lógica urbana, essas famílias passam a viver dentro dos moldes nos quais aquelas e aqueles que vivem na parte urbana estão circunscritos. Se ao serem reassentadas, as famílias não possuem geração de renda, elas terão pouco dinheiro, logo elas passam a ser excluídas do quadro dos benefícios de projetos hidrelétricos, apesar de serem elas as que mais foram afetadas nesse processo.

Faoro (1994) nos sugere então que embora os projetos hidrelétricos estejam definidos pelo plano desenvolvimentistas, eles não podem ser considerados como tal. Para o autor, modernização não pode ser confundida com desenvolvimento, pois: “O desenvolvimento é uma realização. A progressão, que a modernização é capaz de fazer, é uma passagem de um para outro, enquanto o desenvolvimento é o aparecimento de algo adequado ou que o ser comporta, que estava na essência do ser” (FAORO, 1994, p. 112).

Assim, apropriando da distinção destes termos sugeridos por Faoro (1994), acredito que projetos como de usinas hidrelétricas podem ser apreendidos como um plano progressista, mas não podemos afirmar que são desenvolvimentistas, pois entendo que desenvolvimento mobiliza mais agentes e setores da sociedade.

Nesse sentido, para Rezende não é possível considerar que “a lógica da modernização desembocasse na do desenvolvimento” (REZENDE, 2005, p. 216). Por isso, pode-se inferir que os sujeitos envolvidos nos projetos hidrelétricos são enquadrados pela lógica da modernização, mas esses projetos não tem como aspiração desenvolver as comunidades que são afetadas com a construção da hidrelétrica. Trazer essa discussão na

dissertação implica em desnaturalizar projetos hidrelétricos, expondo sua relação com interesses de determinados grupos e não de todos.

Logo, a lógica que funda esses projetos e os processos de remanejamentos dos sujeitos, remanejamentos que são imaginados como mudanças que melhoram as condições de vida e que, portanto, desenvolvem, são na verdade um discurso que é alicerçado nos processos de modernização. Contudo, não há um desenvolvimento, ainda que passem a dispor dessas famílias recursos como energia elétrica ou água encanada, esses recursos são postos não para atender uma demanda desenvolvimentista, mas para condizer com as demandas de modernização.

Posto isso, ao expirar o contrato do consórcio que ajudou nos primeiros anos de reassentamento, as famílias passam a ser totalmente integradas a lógica urbana, pois agora elas não têm uma assistência garantida anualmente através de um contrato. Nesse momento, elas se deparam com uma realidade permanente que precisam enfrentar diariamente.

Importa dizer que apesar dos reassentamentos situarem na parte rural, o reassentamento São Francisco de Assis faz parte do município de Porto Nacional, localizado aproximadamente a 20 km do centro da cidade. As famílias quando viviam próximas do rio, eram mais afastadas das cidades, por isso, entendo aqui que ao mudarem para o reassentamento, as famílias passam a integrar a lógica urbana ao se aproximarem do centro urbano, passam a ocupar também lugar marginalizado no plano urbanístico da cidade.

Diante dos recursos que são impostos as famílias, tem-se como imaginário melhorias, no entanto, essas melhorias devem ser vistas com ressalvas. Sobretudo, em relação a instalação da energia elétrica e da água encanada. Comumente, esses recursos são vistos como benefícios, já que os que sempre estiveram na lógica urbana tem a sua disposição e, portanto, não se veem sem eles.

A partir do momento da instalação desses recursos, essas famílias tiveram de lidar com quedas de energia e falta de água, teriam também de pagar pelo seu uso. Nesse sentido, Fátima diz: *“Eu acho que hoje tá pior do que lá (antiga casa) porque lá você não tinha tanto gasto, né?!”* (Fátima, 11 de julho de 2018). Assim, verifica-se por meio da narrativa que o gasto das famílias aumentou após a mudança para o reassentamento.

Pode-se verificar através das entrevistas com as mulheres e os homens reassentados que as mudanças também podem ser compreendidas sob o viés de gênero, pois infere-se que os papéis por elas e eles desempenhados envolvem o manejo e controle

desses recursos, dependendo da quantidade de atividades, a responsabilidade pelo controle da água é maior para um deles e geralmente, é a mulher a responsável por esse controle.

Os chamados projetos desenvolvimentistas, nos quais situam as usinas hidrelétricas sob o discurso de progresso, representam também um plano higienista como um dos benefícios gerados as populações. Conforme o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil “as condições de saneamento e higiene não eram satisfatórias, mas as moradias eram descritas como construções aceitáveis” o estudo continua afirmando que “as moradias da área, descritas pelo trabalho, foram consideradas razoáveis, no entanto, do ponto de vista sanitário, as condições eram precárias” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 328-380).

As principais doenças que são destacadas no momento do estudo de impacto da construção da UHE são: malária, febre amarela, febre tifoide e de chagas). Segundo o estudo, “a maior parte das casas em que vivia a população não possuía qualquer tipo de instalação sanitária, e o saneamento básico poderia ser qualificado como praticamente nulo. O rio Tocantins abastecia o Maranhão de água, enquanto em Goiás a captação era feita em poços” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 299).

Após serem reassentadas, passam a dispor a essas famílias, além de energia elétrica e água encanada, banheiros e telefones fixos dentro da casa. Um estilo de vida que é imposto sob o discurso de melhoria e que se assemelha com as regiões representadas como mais desenvolvidas. Nesse sentido, Joaquim diz:

Eu vejo que a usina causa muito problema. Dizem que traz muitos benefícios, o brasileiro tá viciado em energia e não tem... até agora eles não descobriram outra forma para cobrir esse lado. Então ela causa prejuízo, né?! (Joaquim, 11 de julho de 2018)

A fala de Joaquim, torna evidente a importância de abordar representação nessa pesquisa. Pode-se notar que a fala das entrevistas e entrevistados remetem as suas percepções, o entendimento que elas e eles têm sobre o tema da modernização e progresso, além do significado que dão a essa disposição que costuma se classificar como “benefícios”.

A disposição desses benefícios é recente no cotidiano rural brasileiro. A representação do campo pode ser apreendido como lugar oposto da rotina urbana, principalmente dos grandes centros. O conjunto de mudanças impostas no novo cotidiano das famílias fizeram com que além de uma nova relação com o território, houvesse uma intensificação dos papéis das mulheres. De acordo com Marisa, com 55 anos de idade:

“Aqui o serviço pra mim aumentou. Minha casa antes não era como daqui que tem piso e mais cômodos” (Marisa, 11 de julho de 2018).

Na percepção de Joaquim, podemos sublinhar o impacto que uso da energia elétrica tem em nossas vidas. Para Barbosa; Lolis; Pereira “a energia, nas suas mais diversas formas, é indispensável à sobrevivência humana. E mais do que sobreviver, o homem procurou sempre evoluir, descobrindo fontes e formas alternativas de adaptação ao ambiente em que vive e de atendimento às suas necessidades” (BARBOSA; LOLIS; PEREIRA, 2015, p. 195).

Por isso, a fala do entrevistado apreende essa necessidade da energia especificamente ao caso brasileiro porque essa é a realidade na qual ele está inserido, entretanto, ele entende também a construção de usinas hidrelétricas como necessário, ao afirmar que: *“até agora eles não descobriram outra forma para cobrir esse lado” (Joaquim, 11 de julho de 2018).* Jorge reitera dizendo: *“energia hoje tem que ter em todo lugar” (Jorge, 11 de julho de 2018).*

A intensificação da construção de hidrelétricas tem persistido já que “de todas as fontes energéticas hoje exploradas, a hidroeletricidade se destaca por ser “extraída” da água: um recurso renovável, não poluente, sem resíduos e que permite sua reutilização a jusante, para o mesmo fim (BARBOSA; LOLIS; PEREIRA, 2015, p. 195).

No Brasil, segundo Mendes, “os primeiros aproveitamentos hidráulicos ocorreram nos estados de Minas Gerais e São Paulo, desde o final do século XIX. Em seguida, algumas tentativas foram feitas no sentido de investimentos na geração de energia hidroelétrica e, já na primeira década do século XX, esse tipo de energia superou a produção das usinas termelétricas” (MENDES, 2005, p. 31).

Apesar da necessidade da construção de hidrelétricas para a realização das atividades dos sujeitos, não se pode negar, que esse empreendimento não gera apenas benefícios, existem vertentes de gênero e identidade que precisam também ser envolvidas nesses processos, já que são categorias que constituem os sujeitos e que fundamentam suas práticas laborais e cotidianas.

Em síntese, a utilização desse recurso elétrico é importante para a realização das atividades dos sujeitos, assim como gênero e identidade são categorias refletidas por meio de suas práticas. Com isso, entende-se os benefícios desse tipo de recurso, no entanto, é inevitável apontar as representações que os sujeitos têm em relação ao que elas e eles representam como “prejuízo”.

A fala de Joaquim não nega esses prejuízos. Importa dizer que a construção das falas dos sujeitos sobre as usinas hidrelétricas retoma ao antes e depois da construção da usina, ou seja, aquilo que existia e já não existe mais e vice-versa. Além disso, a questão ambiental é considerada pelo entrevistado outro problema advindo da construção da UHE Luís Eduardo Magalhães: *“Outro problema que vejo é o meio ambiente, né?! O inverno com esse lago aí, o inverno muda. Mudou, mudou muito! Chuva hoje é mais tarde, já teve três invernos fracos aí, provavelmente seja o lago e o desmatamento, né?!”* (Joaquim, 11 de julho de 2018).

O ambiente modificado que o entrevistado entende como problema decorrente da instalação da usina, explicita que apesar da utilização dos recursos hídricos serem mais usados e ser considerado mais satisfatório para a geração de energia, ele também causa prejuízos, já que é a partir do enchimento do reservatório que “começam os principais problemas ambientais e sociais, pois uma grande área de terra (na maioria das vezes, produtiva) será alagada e todo sistema social e ecológico será destruído para sempre” (DERROSSO; ICHIKAWA, 2014, p. 98).

Na região norte do Brasil, as estações climáticas são bem definidas, mais especificamente a região do Tocantins, cuja “classificação climática é do tipo clima úmido com moderada deficiência hídrica no inverno C2WA’a”, sendo caracterizada por duas estações bem definidas, uma seca e a outra chuvosa” (TOCANTINS, 1997 *apud* SILVA JÚNIOR, 2016, p. 02).

Embora a classificação climática dessa região seja definida, “o inverno é considerado seco devido ao maior domínio da massa de ar quente e seca nos meses de junho, julho e agosto. Essa massa inibe a formação de nuvens, logo nesse período as chuvas são raras” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 02).

Para além do clima característico para essa região, deve-se aqui dizer que a escassez já apontada pelo entrevistado e ao fato de uma grande área de terra que na maioria das vezes era produtiva ser alagada, conforme aponta Derrosso e Ichikawa (2014), o enchimento modifica além da paisagem, o lugar.

Segundo Sêga esse processo de reassentamento “acontece devido às inundações de grandes áreas ocasionadas pelas construções de hidrelétricas. Os agricultores não têm o direito de escolha, quando conseguem uma nova terra para morarem, não recuperam sua vida de antes (SÊGA, 2000, p. 02-03).

Apesar dos recursos que foram colocados à disposição dos sujeitos que foram reassentados, há problemas com a falta de água, energia e telefone. As experiências

conferem outros sentidos a usina hidrelétrica e suas mudanças na vida social. A este aspecto Fátima afirma:

Nós estamos praticamente excluídos, você vê que nós estamos a oito meses sem sinal, tiram o sinal do telefone. O povo diz assim que o Brasil tá andando pra frente, ao meu ver, o Brasil tá andando pra trás, tá que nem uma tartaruga, andando pra trás. Porque o primeiro passo, nós tínhamos um telefone que funcionava, para ligar eu tenho que ir na cidade, aí eu vou ter um telefone pra quê? (Fátima, 11 de julho de 2018)

Na fala, a entrevistada representa “progresso” ao falar sobre o andamento do país, o telefone e a utilização dele no reassentamento recai sob o discurso de modernização, já que esse objeto é representado como algo inovador, sobretudo considerando a realidade do campo. Isso diz sobre as expectativas e experiências dos sujeitos dentro do projeto de progresso com a usina, suas representações apontam para as experiências diante das mudanças introduzidas com a hidrelétrica, sendo que são as experiências que dão sentido à crítica que tecem diante da nova realidade.

Por outro lado, é evidente em sua fala que a expectativa criada no que ela expressa como “primeiro passo” não foi a realidade que ela encontrou após a mudança para o reassentamento São Francisco de Assis, por isso, em sua fala ela questiona o uso do aparelho na ausência de um sinal. Assim, Faoro (1994) acredita que inovação nem sempre pode ser significada como mudança. De fato, Fátima, permaneceu sem sinal de telefone, assim como não o tinha antes.

Joaquim, ao falar que “até agora não descobriram outra forma de cobrir esse lado” (Joaquim, 11 de julho de 2018) incide, mais uma vez, sobre a representação de moderno ao aproximar a palavra “descoberta”. Moderno e progresso são palavras que assumem aqui uma ligação, apesar de moderno ser entendido como “novidade” e progresso como “avanço”. Para Ricoeur “o elogio do moderno faz coincidir, a reflexão que se presume total da história sobre si mesma e a do momento histórico privilegiado” (RICOEUR, 2007, p. 323).

Isso posto, pode-se esperar que a expectativa das mulheres e dos homens é que com a construção da usina teriam melhorias, já que iriam mudar para o reassentamento e teriam acesso aos recursos novos que antes elas e eles não desfrutavam. As vivências nos antigos lugares agora são vistas como aquilo que ficou para trás e a usina hidrelétrica representada pelo sentido de progresso, indicaria que o futuro poderia ser melhor.

No primeiro momento ou “primeiro passo” como expressa a entrevistada, a construção da hidrelétrica e a mudança foi significada como uma novidade que poderia ser boa, mas a realidade não correspondeu a essa espera. Dessa forma, o futuro apresenta-

se como “projeção solidária da retrospectiva sobre os tempos passados, o século pode ser visto com os olhos do porvir”. Assim, “o futuro das gerações das quais nossa própria modernidade se distingue aparece como um futuro ultrapassado que evoca o futuro tal como não é mais, entenda-se tal como ele não é mais o nosso” (RICOEUR, 2007, p. 323).

As narrativas, nesse sentido, mostram o futuro que os sujeitos projetavam. Fabrício e Júlia em relação a usina hidrelétrica falam:

Pra nós não dá futuro. A energia vai tudo pra fora, né?! Só acabou tudo que nós ‘tinha’ lá. Acho que desenvolve e que gera emprego para alguém. Não é pra gente, mas gerou empregos. (Fabrício, 11 de julho de 2018)

Vejo como ruim porque a vida da gente nunca vai ser aquilo que era antes. Muda tudo, você vai para um lugar diferente, vai misturar com outros tipos de cultura. Tipo assim: eu tenho uma cultura, a outra pessoa tem outra. Então muda muita coisa. (Júlia, 11 de julho de 2018)

A ideia de moderno é uma construção social, uma ideia que fundamenta projetos hidrelétricos. Nas falas é importante sublinhar que os entrevistados refletem sobre as perdas nesse processo que se caracteriza de “progresso”. Na fala do entrevistado acima, pode-se afirmar que apesar da expectativa de um futuro melhor para os que seriam os principais envolvidos no processo da construção da usina, para ele isso não aconteceu. Além disso, a UHE ao invés de levar o futuro estimado pelo entrevistado, apenas tirou o que ele tinha.

Já na fala da entrevistada, a construção da UHE é vista como uma imposição. Penso que podemos interpretar essa fala no sentido de imposição, sobretudo, em relação aos hábitos que ela tinha e com a mudança para o reassentamento, os antigos hábitos tiveram de se refazer e novos hábitos foram apropriados em seu cotidiano.

No entanto, ambas as falas são organizadas pelo acontecimento que impôs um estilo de vida, no qual eles tiveram que acatar. O plano “desenvolvimentista”, então, que discursa acerca da integração e melhorias para a sociedade através da construção de hidrelétricas, revela um contrassenso, pois essa integração não ocorre.

Para Sêne, esse contrassenso que é revelado a partir do tema da integração, só demonstra os reais objetivos de se construir uma usina no país. Segundo a autora:

A construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, iniciado em 1998, e início de funcionamento em 2001, é pautada na lógica de desenvolvimento nacional. O objetivo da obra não é aumentar a produção de energia elétrica para o consumo da sociedade, mas a manutenção e ampliação de fornecimento energético para a produção das grandes multinacionais de alumínio que visam apenas à exportação (SÊNE, 2009, p. 03).

O plano “desenvolvimentista” que envolvem as usinas hidrelétricas levam a mudança do cotidiano dos sujeitos que tiveram suas terras desapropriadas. A imposição

dessa mudança envolve a adaptação e apropriação de novos hábitos. Por isso a entrevistada fala sobre culturas que passaram a ser incorporadas no cotidiano. A representação de desenvolvimento e benfeitoria que compartilhamos acerca da construção de usinas hidrelétricas é influenciada pela “nossa” modernidade. Ainda de acordo com Ricoeur a palavra “nossa” remete ao tempo presente.

Ocorre também o que Ricoeur (2007) fala de “momento histórico privilegiado”. A modernidade é apreendida na fala de Elisa, de 30 anos, como um presente melhor do que o passado. A construção desse momento privilegiado em sua fala é ligada à sua realidade vivendo na antiga casa que não dispunha desses “benefícios” proporcionados com a construção da UHE. Portanto, a construção de uma UHE é interpretada por ela da seguinte forma: *“Eu acho que é algo que desenvolve porque beneficiou muita gente, né?! Tinha gente que não tinha condição de ter uma casa igual a essa que construíram. Morava em um barraquinho, não tinha luz e nem água encanada”* (Elisa, 11 de julho de 2018).

Moderno e modernidade não são equivalentes, apesar de comumente trocarmos uma palavra pela outra. Para o autor supracitado, moderno pode ser compreendido como “concepção normativa da razão abstrata”, já modernidade “é o que chamamos de nosso tempo, se distingue do tempo dos outros, dos outros tempos, a ponto de estarmos em situação de distinguir nossa modernidade das modernidades anteriores” (RICOEUR, 2007, p. 326).

Assim, nosso tempo compartilha dessa representação de moderno, ainda que a projeção do futuro seja concebido sob diferentes possibilidades, pois os sujeitos que têm idade acima de 40 anos, certamente projetaram esse futuro distintamente daqueles e aquelas abaixo dessa idade, já que eram crianças ou adolescentes no momento da mudança para o reassentamento.

Entretanto, a representação de progresso envolta na construção de uma usina hidrelétrica é compartilhada por gerações seguintes porque o discurso desenvolvimentista ligado a ela persiste e passa a ser naturalizado na percepção dos sujeitos. Por isso, é de se esperar que a construção de usinas seja um projeto capaz de levar desenvolvimento as regiões, expectativa essa que aparece nas narrativas das mulheres e homens reassentados.

Em duas narrativas isso é bastante explícito. Beatriz, com 31 anos, diz que *“Eu achava que vindo pra cá seria bom. Vindo pra cá nós ‘teria’ coisas que a gente não tinha como a luz. Mas aqui não foi tão bom quanto pensava”* (Beatriz, 11 de julho de 2018).

Já Marisa, com 55 anos, afirma que *“Eu acho que a construção de barragem desenvolve porque ela traz coisas que antes a gente não tinha”* (Marisa, 11 de julho de 2018).

Acredita-se que por meio das narrativas possamos compreender como a construção da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, sugere que o significado do evento “consiste em sua capacidade de gerar múltiplas visões, múltiplos relatos e múltiplas interpretações” (PORTELLI, 1996, p. 06). As representações apontam ainda para as experiências e identidades nesse processo de construção da usina, não se trata apenas de mostrar que as experiências não correspondem aos discursos, mas de refletir sobre os usos desse discurso e seus efeitos de poder.

As divergências quanto as representações da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, exige situarmos os envolvidos nesse acontecimento. Por mais que a mobilização das pessoas para o reassentamento fosse considerada um impacto, para o estudo do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil a mudança favoreceria a população, pois:

A faixa de renda das famílias rurais que seriam atingidas estava abaixo de três salários mínimos. Essa população vivia de pequenas lavouras, da criação de gado com baixa produtividade e da extração de areia e argila para olarias de pequeno porte da região. O remanejamento dessas pessoas era considerado pela Themag o impacto ambiental mais relevante de Lajeado, ao lado dos transtornos advindos do significativo aumento da população, com a vinda de pessoas atraídas pelo empreendimento (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 346).

As famílias que foram reassentadas viviam em fazendas que situavam nos municípios Palmas e Porto Nacional, no Tocantins. Elas são remanescentes das fazendas: Gleba, Fazenda Santa Luzia, Barra de Santa Luzia, Fazenda Santa Cruz, Chácara Água Fria, Cabeceira Redonda e Luzimangues. Segundo Batista “a maior parte das famílias se deslocaram da Gleba, Fazenda Santa Luzia e Barra Santa Luzia” (BATISTA, 2009, p. 149).

As famílias vindas dessas fazendas foram remanejadas para o reassentamento São Francisco de Assis que está localizado na TO-050, entre Palmas e Porto Nacional, no entanto, outros reassentamentos oriundos da construção da UHE Luís Eduardo Magalhães foram criados. Segundo Silva Júnior:

A implantação do Programa de Reassentamento Rural redundou no reassentamento de 363 famílias nos municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Porto Nacional, Ipueiras e Brejinho de Nazaré, distribuídos em 12 projetos, sendo eles: Boa sorte em Brejinho de Nazaré; Canto da Serra em Lajeado; Projeto 2000 em Ipueiras; Mundo Novo em Miracema do Tocantins; Brejo Alegre, Córrego da Prata, Flor da Serra, Luzimangues, Mariana, Olericultores, Pinherópolis Rural e São Francisco de Assis em Porto Nacional (SILVA JR, 2005 *apud* PARENTE; JUSTINO, 2013, p. 111).

O lugar de origem das famílias que foram reassentadas determina a organização de suas narrativas e a representação de progresso. Das doze pessoas entrevistadas, quatro delas, sendo três mulheres e um homem foram reassentados, embora esses entrevistados não fossem proprietários das terras a serem impactadas com a construção da UHE, viviam nessas terras como “caseiros”.

A fala das mulheres e do homem, em relação ao imaginário desenvolvimentista envolto a construção de hidrelétricas, remetem as condições vividas por ela e ele anterior a mudança para o reassentamento, já que elas e ele não possuíam moradia própria.

Logo, sob a condição anterior, na fala dessas duas pessoas a hidrelétrica foi bem vista:

Minha vida antes era precária. Não era muito boa. A gente não tinha onde morar, morava no que é alheio, aí depois que nós ‘conseguiu’, né?! Com muita luta, com a usina melhorou mais um pouquinho a nossa vida, não ‘tá’ muito boa, mas à vista do que ‘tava’, ‘tá’ melhor”. (Ivete, 11 de julho de 2018)

A entrevistada reconhece também que houve perdas, mas a garantia de uma casa própria para ela “recompensa”: *“a gente ficou mais longe de todo mundo, ficou mais longe da família. Só que recompensou muito porque a gente não tinha onde morar, hoje em dia nós ‘tem’”* (Ivete, 11 de julho de 2018). Por isso, Raul, 76 anos, afirma *“por esse lado foi uma beleza”* (Raul, 11 de julho de 2018), se referindo a construção da hidrelétrica.

A representação de “recompensa” ligada a UHE, também está na fala de Marisa, ao dizer: *“Foi um pouco difícil, né?! Nós ‘sofreu’ muito. Mas agora a gente tem nossa moradia”* (Marisa, 11 de julho de 2018). Para sua filha Elisa, a construção da UHE é boa, porque: *“deu casa para quem não tinha”* (Elisa, 11 de julho de 2018).

Com essa perspectiva compensatória, Raul fala: *“Eu achei bom. A gente não tinha energia e nem casa própria, né?! Pra nós aqui agora tem energia. É uma beleza a construção dessa barragem”* (Raul, 11 de julho de 2018).

A casa é representada pelas entrevistas e entrevistados como o melhor benefício advindo da construção da UHE, por isso, nessas narrativas esses sujeitos percebem a construção como boa. A representação da casa é também compartilhada pelos entrevistados por aquilo que ela significa. Ter a casa própria, entendendo o cenário brasileiro, pode ser considerado hoje como um dos maiores objetivos dos sujeitos.

Segundo Guimarães e Pinto, um estudo realizado por Loyd Free no Brasil, em 1960, revelou que “a habitação era a principal aspiração das populações urbanas

brasileira”. Ainda segundo essas autoras “para a população de renda baixa e média, a aquisição da casa própria subjetivamente é a conquista de uma posição social mais elevada. Objetivamente, a casa própria não só melhora as possibilidades de acesso ao crediário, como também libera o orçamento familiar de arcar mensalmente com o aluguel” (GUIMARÃES; PINTO, 2014).

No caso dos sujeitos que perceberam a construção da usina hidrelétrica como um acontecimento favorável, viviam na condição de “caseiros” e, portanto, sentiam-se inseguros por não ter onde morar. Por isso, se explica o olhar bem visto da UHE.

Logo, a exaltação da construção da UHE na fala das quatro pessoas, nos permite compreender e situar a conjuntura social das entrevistadas e entrevistados. A partir do cotidiano anterior para o atual que pode ser apreendido por meio das percepções desses sujeitos, pode-se verificar que suas representações são operadas pelas vivências onde são construídos sentidos às palavras e as ações.

A representação de modernização e progresso das mulheres e homens está atrelada ao seu cotidiano que envolve a casa, controle da água e dos gastos, além disso, podemos entender que as representações dos sujeitos decorrem de condições sociais, culturais e econômicas anteriores a mudança, o que implica na construção desses significados no presente.

Diante do exposto, concordo com as palavras de Alessandro Portelli quando este afirma que “o mesmo evento gera múltiplos relatos”. A construção da UHE certamente gerou relatos ora distintos, ora convergentes quanto ao aspecto dos discursos desenvolvimentistas e as representações de gênero. Assim, as entrevistadas e os entrevistados poderão nos apresentar percepções distintas sobre a mudança para o reassentamento, embora partam do mesmo acontecimento.

1.2 Memória e representação: a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães e os sentidos construídos na nova morada

As percepções dos sujeitos nos dizem muito acerca de suas representações. Assim como gênero, “representação é um termo que tem sido bastante mencionado nos últimos anos no Brasil, principalmente por aquelas historiadoras e historiadores que partilham dos discursos elaborados em torno do que se costuma classificar como História Cultural” (SANTOS, 2011, p. 27). De acordo com Santos (2011):

Representação pode ter vários sentidos em português. Trata-se de uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo *repraesentare* que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. No latim clássico, seu uso é quase inteiramente reservado para objetos inanimados e não tem relação alguma com pessoas representando outras pessoas ou com o Estado romano (SANTOS, 2011, p. 28, grifo do autor).

Santos evidencia a complexidade da palavra “representação” e as distintas formas de conceituá-la. O autor esclarece algumas das noções que norteiam o conceito, segundo ele:

O pressuposto do qual partem os autores que trabalham com as representações é de que os fenômenos humanos podem ser conhecidos e explicados a partir de uma perspectiva coletiva, mas sem ignorar o indivíduo. Trata-se de uma forma de conhecimento que tenta construir uma realidade comum a um conjunto social (SANTOS, 2011, p. 32).

Hall (2016) posiciona o sentido em lugar importante na investigação, pois para ele, “os sentidos também regulam e organizam nossas práticas e condutas: auxiliam no estabelecimento de normas e convenções segundo as quais a vida em sociedade é ordenada e administrada” (HALL, 2016, p. 22).

Portanto, acredito que é a partir da análise desse sentido, que poderemos compreender de que forma os sujeitos que foram reassentados elaboraram suas representações em torno da construção da usina hidrelétrica, apreendendo também as representações de gênero sobre as mulheres.

Tais representações podem ou não serem distintas daquelas postas antes da construção da usina tanto na perspectiva dos homens, como das próprias mulheres, quando estes elaboram sentido para o ser mulher. Pode-se entender também as representações como uma possibilidade de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, responsável pela forma como os sujeitos acessam o mundo social nos grupos aos quais estão circunscritos.

Se as representações nos possibilitam conhecer e analisar como os sujeitos atribuem sentido as suas práticas, é por meio delas que buscamos explicar determinados comportamentos de gênero no cotidiano das mulheres e dos homens reassentados, na medida em que identifiquemos como são construídas as representações sobre os seus papéis sociais. Por meio das representações podemos compreender como são operados os comportamentos de gênero, pois há que se considerar que as representações se configuram como construções das quais o sujeito lança mão para entender o mundo e para se comunicar.

O entendimento e a comunicação nesse mundo que estão inseridas e inseridos, é possível devido a construção de sentido que justifica a prática. Os sentidos construídos são acessíveis aos demais membros da comunidade porque a linguagem é um dos “meios privilegiados através do qual o sentido se vê elaborado e perpassado” (HALL, 2016, p. 22).

As representações nos permitem ainda analisar o cotidiano das mulheres e dos homens reassentados como espaço onde são estruturados e operados significados que podem ser identificados na rotina narrada por esses sujeitos, sem nos desprender do social, pois o social é também lugar onde são significados o sentido de ser mulher.

Assim, o sentido socialmente construído é considerável para entendermos como, por meio dele, as mulheres e os homens constituem suas formas de significar e interpretar gênero. Compreendendo, a partir disso, que o significado de ser mulher, pode refletir uma construção social que também é resultado de processo histórico.

Sobre a questão da significação, operada no campo das representações, é preciso considerar o contexto daquela e daquele que está representando, já que esse fator pode revelar a posição de gênero e, nesse caso, nos possibilita compreender os significados que validaram o acontecimento (a construção da UHE) através de estudo feito pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

Tanto para a reflexão dessa posição como para a validação do acontecimento, palavras como gênero/sexo, identidade e moderno podem ser camuflados pela repetição da prática. É justamente a esse respeito que Michael Foucault (2000) chama atenção para a normatividade que são postas as palavras nas vivências diárias, para o autor “a linguagem não é o que é porque tem um sentido; seu conteúdo representativo que terá tanta importância a ponto de servir de fio condutor para análises”.

Entender o comportamento de gênero das moradoras e moradores do reassentamento São Francisco de Assis por meio do campo das representações apresenta-se não só como “um espaço de indagação, reflexão, embate e produção científica, mas também de encontro e de troca” (SÁ; ARRUDA, 2000), além de divergências quanto as representações sobre o tema da construção da usina hidrelétrica e forma que a mudança foi significada por elas e eles, pois entende-se que:

As representações se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam os grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro

de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade (SÊGA, 2000, p. 128-129).

Dessa forma, ao utilizar as narrativas dos sujeitos que foram reassentados e considerar a importância de suas representações, torna-se considerável aproximarmos a memória como uma categoria analítica nesta dissertação, já que é por meio daquilo que é trazido pelos sujeitos através de suas lembranças, que apreenderemos a construção de significados que dão sentido as relações de gênero e a outras práticas cotidianas.

Logo, para Michael Pollak “*a priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (POLLAK, 1992, p. 02, grifo do autor). No entanto, ao dispormo-la em um quadro de análises que o autor denomina como “enquadramento da memória”⁴, a pesquisadora ou pesquisador verificará que a memória não é tão íntima como aparenta.

Maurice Halbwachs (2003) havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. No entanto, Pollak acredita que “se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes e imutáveis” (POLLAK, 1992, p. 02).

Para o autor isso parece ser mais explícito durante as entrevistas, onde a:

Ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos de vida ou a certos fatos, algo de invariante (POLLAK, 1992, p. 02).

Dessa forma, a apresentação da memória no estudo em tela converge com os conceitos de representação aqui enfatizados, uma vez que tal categoria é pensada como a interação entre sujeito e sociedade, indivíduo e coletivo. Assim, busca-se explicar como são significadas as ações cotidianas das mulheres e dos homens reassentados na perspectiva de gênero, além de identificar os papéis de gênero antes e depois da mudança que significam suas formas de interagir e, inclusive, justificam as disparidades de gênero.

⁴ A categoria sugerida por Pollak (1989) elucida como a interferência de outros processos e atores intervêm na formalização das informações que servirá como fonte para a construção de uma “memória oficial”.

A memória individual e coletiva, nesse sentido, apresenta para Pollak (1992) dois elementos constitutivos, a saber:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (...). Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (POLLAK, 1992, p. 02).

Dada a distinção dos elementos da memória, no caso específico do objeto aqui a ser analisado, estamos falando sobre pessoas como constituidoras de memória, uma vez que elas experienciaram o momento das primeiras notícias sobre a construção da UHE até a mudança compulsória para o reassentamento.

Nesse sentido, Jorge diz: *“Eles foram lá e falaram da construção da usina. Ainda trabalhava lá na casa da mamãe e fizeram foi arrancar lá. Botava trem tudo e pegava todo trem. Hoje estamos vivendo aqui, mas eles ‘falava’ pra gente que a barragem iria pegar a fazenda da mamãe”* (Jorge, 11 de julho de 2018).

A narrativa de Jorge refere-se à construção da usina hidrelétrica que remete as lembranças de quando os funcionários do consórcio passaram a transitar as terras de sua mãe com mais frequência, além disso, ele narra também os momentos que se efetivaram as obras *“botava trem tudo e pegava todo trem”* (Jorge, 11 de julho de 2018). A fala do entrevistado segue uma organização que começa com a notificação de que a terra de sua mãe seria atingida com a hidrelétrica, posteriormente a instalação e finalmente o início da construção da usina.

No entanto, a organização da fala dos entrevistados nem sempre pode ser considerada linear, já que na fala existe o que Pollak (1992) chamou de invariante. Dessa forma, a memória é fenômeno organizado, pois:

(...) a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um *fenômeno construído*. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 05, grifo do autor).

A disposição dos acontecimentos narrados pelos sujeitos são, dessa forma, consideráveis para compreendermos como são organizadas as estruturas que dão coerência e conseqüentemente dão compatibilidade aos códigos simbólicos por elas e eles (re) significados. As mulheres e os homens reassentados também organizam suas narrativas sob as representações de gêneros nos discursos elaborados na flutuação da memória em temporalidades que remetem ao antes e pós reassentamento.

As categorias representação, memória e identidade, neste caso, são pensadas no âmbito das relações sociais e esse conjunto fundamenta as práticas e as interpretações dos sujeitos reassentados, pois elas repercutem de uma construção que necessita do outro: o que nos é familiar ou não (representação), a coerência (memória) e a imagem de mim para mim e para os outros (identidade social) são, em síntese, uma relação intrínseca dessas categorias nessa conjuntura de pesquisa.

Logo, a questão social é uma das possibilidades para analisar os papéis de gênero de acordo com Temis Parente (2007). Para a historiadora podemos pensar comportamentos e atitudes socialmente esperados pelos membros de uma sociedade, pois:

Falar de papéis de gênero é falar de padrões, regras que uma dada sociedade estabelece para com seus membros. Eles definem comportamentos e formas de as pessoas se relacionarem. O aprendizado de papéis leva ao conhecimento e à internalização de modelos daquilo que se considera adequado, ou não, para um homem ou para uma mulher em dada sociedade (PARENTE, 2007, p. 105).

Por isso, é por meio do outro – os homens e as próprias mulheres – que buscamos compreender como são mantidas e contestadas as relações de gênero, como é ser mulher antes e após os processos da construção da usina hidrelétrica. Ao falar dessa contribuição, observemos também que as relações de gênero estão fundamentadas em contato com o outro, pois é a partir do outro que nos aproximamos e nos distanciamos, tornamos algo familiar e não familiar (marcamos nossas diferenças e semelhanças), atribuímos significados a imagem da mulher ou homem.

Na fala de Antônio, 63 anos, ele aproxima o universo doméstico, inserindo as mulheres nesse espaço, ao afirmar que: “*minhas filhas ajudam a mãe na casa, cozinha, passa, faz tudo. Tanto lá como aqui*” (Antônio, 11 de julho de 2018). A narrativa do

entrevistado evidencia que ao lembrar das tarefas diárias antes e após a mudança, as atividades das mulheres são postas por ele no âmbito doméstico. Nota-se ainda que a esse âmbito, o entrevistado associa ao gênero feminino – filhas e esposa.

Parece evidente até aqui que a memória não é um fenômeno individual e aleatório, já que ocorre o que Pollak (1992) expressa como “o *trabalho da própria memória em si*, ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade e da organização” (POLLAK, 1992, p. 7, grifo do autor).

Por isso, podemos entender que o entrevistado, Antônio, organizou sua narrativa por meio das tarefas domésticas que ele associou ao gênero feminino, sua fala sugere a continuidade e a manutenção de papéis após a mudança para o reassentamento, além disso, suas lembranças são construídas de acordo com sua vivência diária, não é alheia a sua realidade nem para os que vivem à sua volta, portanto é coerente.

Pollak fala que a “memória não é fenômeno individual e aleatório”, assim, até o momento em que Antônio narra sobre os papéis desenvolvidos pelas mulheres diariamente, estamos tratando de suas lembranças, mas ao aproximar a filha e a esposa em sua fala, classificando os seus papéis em volta da casa, isso não parece soar anormal para ele e tampouco para quem ouve ele falando. É nesse momento, que podemos tratar de memória e não apenas de uma lembrança individual.

A sociedade que integramos concebe a representação dos papéis femininos a esfera privada, historicamente as funções das mulheres sempre foi relegada ao cuidado do lar. Logo existe uma memória coletiva sobre esses papéis, por isso, para determinadas sociedades cuja a estrutura é patriarcal, não é estranho a ligação que Antônio faz entre as atividades domésticas exclusivamente voltadas para as mulheres.

Assim, a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas também é uma construção coletiva (POLLAK, 1992). A pesquisa fundamentada pela teoria de Pollak, vê a memória como prática de negociação e fenômeno organizado, pois a muito tempo foram estabelecidas as funções sociais das mulheres e dos homens na nossa sociedade, negociação que é apresentada na forma com que Antônio organiza sua fala.

Parto aqui do pressuposto de que as representações e os comportamentos de gênero das mulheres reassentadas é derivante de um “processo de negociação e de construção do passado realizada no presente” (POLLAK, 1992). Nesse quadro, é bastante explícito a relação entre representação e memória. Luís, 48 anos, diz: “*quem sempre cuidou das coisas da casa foi minha irmã, eu ajudava com as coisas de fora*” (Luís, 11

de julho de 2018). A partir dessa fala, podemos entender o que Pollak quis dizer, pois o papel de Luís e de sua irmã foram negociados no passado, mas é no presente que podemos identificá-los através de sua narrativa.

Todavia, penso que seja importante observar que ao nos apropriarmos da memória, não estamos lidando com categoria estagnada, já que por ser um fenômeno organizado, estamos tratando de um fenômeno igualmente dinâmico, em fluxo, e é por meio das narrativas que podemos compreender como as mulheres e os homens constroem essa memória.

Beatriz, constrói sua narrativa a partir das lembranças da infância até a vida adulta ao dizer que “*quando tudo isso aconteceu eu era muito nova, ajudava minha mãe na casa e também brincava, agora são só as responsabilidades de casa mesmo*” (Beatriz, 18 de janeiro de 2019). Há nessa narrativa uma fluidez de suas lembranças que perpassa sua infância até a vida adulta, apesar de sempre está ligada ao ambiente doméstico.

Assim, para se compreender os papéis de gênero das mulheres depois da mudança para o reassentamento São Francisco de Assis, se faz mister compreendermos como estas operações se faziam antes, pois já que a memória é uma construção do passado realizada no presente, ela é então variável e também múltipla, pois cada grupo cultiva um conjunto particular de recordações (POLLAK, 1992). Com isso, podemos entender que possivelmente as recordações que remetem ao antes do reassentamento das mulheres e dos homens podem ser diferentes e essas recordações podem ser elaboradas por situações cotidianas também diversas, que podem situar os papéis de gênero da entrevistada ou entrevistado.

A possibilidade de analisar essas falas é importante na medida em que essas recordações acompanham esses sujeitos a muito tempo e nem sempre puderem compartilhar esse conjunto de lembranças sobre a construção da UHE com outras pessoas. Logo, a “memória subterrânea”, categoria sugerida por Pollak é importante para a análise dessas narrativas. Pode-se entender a “memória subterrânea” assim:

A elevação das memórias de um grupo ao plano hegemônico envolve o combate e a supressão das memórias de outros grupos, que passam a ocupar uma condição de marginalidade. No entanto, ainda que sofram com a opressão e a censura, esses grupos não deixam de produzir suas próprias memórias. Pollak refere-se a esta modalidade de lembranças como “memórias subterrâneas”: são elas as memórias dos grupos marginalizados, das minorias políticas, dos segmentos mais pobres, dos movimentos sociais, etc. Por serem reprimidas, elas tendem a assumir um aspecto traumático, mas ao mesmo tempo é isso o que explica sua força. Se, por um lado, elas se veem relegadas ao silêncio e ameaçadas pelo esquecimento durante longos períodos, por outro, elas tendem a vir à tona com muita intensidade quando os ventos mudam de direção, rompendo com a ordem vigente e trazendo mudanças e consequências

incalculáveis. O silêncio não deve ser visto sempre como um sintoma do risco de amnésia coletiva. Muitas vezes, ele se mostra como uma condição necessária para a sobrevivência das lembranças de grupos subjugados. Por se encontrarem à margem, essas memórias não têm como se conservar e se propagar através dos meios oficiais de expressão. Ainda assim, elas sobrevivem, como forma de resistência política e cultural. Nesse caso, a memória, enquanto construção idealizada do passado que se faz no presente, pode ser entendida como uma forma de contestação da ordem vigente e como a formulação de um projeto social para o futuro. As memórias subterrâneas tendem a sobreviver e a transmitir-se por vias informais, como redes de sociabilidade que abrangem o âmbito da família ou de pequenos grupos, sempre com uma tonalidade afetiva mais acentuada (RIOS, 2013, p. 12).

As famílias que tiveram suas terras desapropriadas em decorrência da construção da usina hidrelétrica passaram a ocupar lugares marginalizados, onde as condições de trabalho de subsistência nas terras em que estão reassentados não são tão boas como as de antes. Júlia fala: *“antes era melhor pra gente plantar porque a realidade de nossa terra era outra, não como essa”* (Júlia, 11 de julho de 2018). Todavia, a terra não significava para os sujeitos reassentados apenas um meio de onde provinham o alimento, pois haviam estabelecido uma relação afetiva, na qual baseava o sentido de pertencimento.

Desde os primeiros momentos em que se planejou a construção desse empreendimento, as narrativas apontam que os sujeitos não foram ouvidos, pois as pretensões dos consórcios sob o discurso desenvolvimentista alijaram os sujeitos desse processo. Ouvir aqui diz respeito ao fato de que essas famílias não tiveram direito de escolha, pois o lugar de reassentamento foi imposto. É o que aponta Antônio ao afirmar: *“Não foi a gente que escolheu vir pra banda de cá, nós escolhemos só o lote aqui”* (Antônio, 11 de julho de 2018).

Além da imposição sobre a localização do reassentamento, percebe-se que essas famílias passaram a lidar com a redução e a mudança paisagística do local. A construção da usina hidrelétrica legitimada pelos discursos desenvolvimentistas, emanou um tipo de progresso que implicou na redução dos lotes, daí surge uma das controversas sobre as possíveis melhorias que poderiam advir junto com o empreendimento.

Diante disso, é evidente que esse acontecimento emergiu memórias subterrâneas dos impactados com ele. Ainda que seja necessário prudência ao afirmar que essas pessoas não constituíam memórias subterrâneas quando viviam em suas moradias anteriores, é possível dizer que as extensões de suas terras eram maiores quando viviam longe do plano progressista que integraram-nas.

Em contrapartida, o estudo do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil diz que houve uma conversa com os moradores sendo que nela, eles “puderam falar de sua relação com o rio, que embora não fosse mais importante como fonte principal de alimentação e transporte, ainda se mantinha como uma referência básica de identificação cultural para quem vivia às suas margens” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 279).

Quando ouvidas, o sentido que o território operava na representação das famílias foi significado de outra forma para os responsáveis pela construção da hidrelétrica. Portanto, a perspectiva de vida e relação com território divergem entre os desapropriados e o desapropriador. Apesar da terra ser a principal fonte de renda para as moradoras e moradores, o rio poderia ser utilizado para a pesca e até mesmo como transporte. Quanto a distribuição das atividades que envolviam o rio, o documento apontou que:

O rio Tocantins, ainda em boa parte das propriedades visitadas, é conhecido como rio Maranhão, denominação que é própria na maior parte do trecho goiano que dá origem ao rio Tocantins. Cerca de 40% dos 175 entrevistados não utiliza o rio. Mas sua presença é geralmente destacada, sendo fonte de referência, de valorização do local, mesmo para as famílias que não se utilizam diretamente de suas águas. Dentre os usos do rio, destacam-se a dessedentação de animais, informada por 52 entrevistados, atividades de lazer, lavagem de roupas e utensílios. Aproximadamente 10% dos entrevistados declarou utilizar as águas para consumo próprio e cerca de 7% para a pesca.

O baixo percentual de pessoas que utilizavam os rios para a pesca (7%), pode apresentar-se nesse documento como uma forma de invalidar qualquer denúncia de irresponsabilidade posterior, naquilo que tange a questão da fonte de renda das famílias. O fato de esse estudo ter se apoiado a uma metodologia quantitativa, no entanto, desviou a atenção para outras questões também significantes que envolviam o rio: ainda que existisse um número muito baixo de pessoas que utilizavam o rio para a pesca, não foi discutido como a pequena porcentagem que o utilizavam poderiam ser recompensada. Além disso, ao enfatizarem o grande número de pessoas que não utilizavam o rio para a pesca, caiu naquilo que provavelmente se queria evitar: o esvaziamento do significado afetivo que o rio representava.

Quanto ao aspecto de gênero, nesse documento não existe um estudo específico em relação a gênero, nele não é informado o gênero entrevistado, quantas mulheres ou homens participaram dessa conversa. Acredita-se, portanto, que as narrativas indicam processos de resistência desses sujeitos ao falar acerca desse acontecimento, mas que em um primeiro momento foram silenciados.

Dessa forma, a memória é um fenômeno que envolve conflitos e competição entre memórias concorrentes — memórias subterrâneas e memória oficial. É nesse quadro de disputas de memórias que as memórias das mulheres e dos homens mostram-se importantes neste trabalho, pois não existe nenhum registro de suas falas.

Todavia, analisar a possível memória oficial aqui designada como uma memória nacional acerca da construção de hidrelétricas é expressivo, pois essa memória que afirma e legitima tem consequências para os sujeitos que foram reassentados. Se por um lado, antes de mudarem, as mulheres e os homens aproximaram suas representações sobre a construção da usina da memória oficial, acreditando que hidrelétricas geravam desenvolvimento, por outro, após a mudança para o reassentamento, as famílias percebem que não era aquilo que imaginavam, logo suas narrativas passam a se enquadrar nas memórias divergentes.

Ao insistir sobre a importância de suas falas, enquadrando essa memória no que Pollak chamou de “subterrânea”, assim é a análise dessas falas que me permite enquadrá-las nessa categoria, não são os sujeitos que se auto enquadram nela. Daí a ênfase de Foucault (2000) ao conteúdo representativo das coisas e das práticas, porque é no lado empírico delas que poderemos apreender como e os motivos pelos quais são representados.

Nas narrativas das mulheres e dos homens entrevistados emergem diferentes representações quanto o benefício gerado ou não com a construção da hidrelétrica, apesar de os discursos dos planos desenvolvimentistas atestarem a sua viabilidade, já que esse tipo de empreendimento geraria sob essa ótica, progresso às regiões atrasadas, tornando-as mais desenvolvidas e modernas.

Ademais, convém sublinhar que as populações e comunidades que “ficam no mapa” dos projetos desenvolvimentistas que classificam as construções das usinas hidrelétricas no país, apresentam em seu discurso político a ideia de modernização. Portanto, as representações de progresso e modernização tornam-se vieses interessantes de serem apreendidos.

Por meio das palavras “moderno” e “progresso”, pode-se situar a nova realidade das famílias reassentadas frente as mudanças conferidas sob o significado dessas palavras. Essas são algumas das palavras que acredito que podemos assimilar a afirmativa de Hall (2016) na qual considera a linguagem como lugar de elaboração e atravessamento de sentido elaborados pelos sujeitos. Ivete acreditava que: *“com a mudança pra cá eu achava que seria melhor porque teria mais rumo de vida” (Ivete, 11 de julho de 2018).*

Os sujeitos reassentados significaram a UHE, no primeiro momento, como uma novidade boa, pois suas representações sobre hidrelétricas remetiam ao progresso.

Cabe salientar que a ideia de progresso concebida pelos moradores, quando receberam a notícia da construção era sustentada por uma noção de que após a chegada das turbinas, a vida seria incrementada pelos processos de modernização. Para muitos seria possível acessarem a energia elétrica, consumirem eletrodomésticos, se livrarem das privadas⁵ e finalmente poderiam usufruir do banho quente, já que seria possível obter chuveiros elétricos. Nesse sentido, Fátima afirma que: *“Vindo pra cá a gente pensou que seria bom porque você teria sinal de telefone, poderia ter acesso as coisas que antes a gente não tinha (Fátima, 11 de julho de 2018)*. Outro entrevistado também fala sobre essa expectativa. Jorge diz: *“A gente ficou pensativo porque ia sair de nossas terras que a gente gostava, mas a gente pensou nas coisas que viriam também. Aqui tem energia e água encanada. Mudou também o jeito da casa e passamos a ter banheiro” (Jorge, 11 de julho de 2018)*.

Assim, por meio dessas narrativas, constata-se que as mudanças impostas pelos processos de modernização, os quais vieram com a construção da hidrelétrica perpassou uma das composições no que se refere ao conteúdo representativo. No imaginário, os grandes empreendimentos são percebidos como uma das fórmulas para a marcha ao progresso, assim, essa foi a primeira imagem associada a chegada da hidrelétrica nas representações dos sujeitos. Por conseguinte, modernização e progresso, palavras que se referiram a imagem da hidrelétrica, são as formas que eles a representaram.

Logo, observemos que “nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as maneiras como as classificamos e conceituamos” (HALL, 2016, p. 21). Isso posto, tomaria essa análise um aspecto frágil se não enfatizássemos as imagens que são construídas do “lugar” pelos sujeitos e como podemos apreender o sentido dele nas ações cotidianas e na afirmação de suas identidades, pois acredita-se que são essas as outras vertentes, além de progresso e modernização, que perpassam o conteúdo representativo nas falas das mulheres e dos homens reassentados.

⁵ Local com vaso ou escavação no solo usado para dejeções.

CAPÍTULO II: DESENRAIZAMENTO E PERTENCIMENTO: AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES E DOS HOMENS REASSENTADOS

O rio teima em manter-se rio, corrente: uma veia de esmeralda líquida e retesa varando o ventre do lago, feito alma submersa e luminosa a lhe dar sentido. Vencido, o rio se abranda em barros e silêncios. (Pedro Tierra, 2005)

Começo esse capítulo com os versos do poeta português Pedro Tierra intitulado “Barragem”. Acredito que esse poema é a melhor forma de introduzir a questão da produção de sentido de “lugar” pelas mulheres e homens que foram remanejados, pois ele significa a construção da UHE e as perdas que decorreram dela.

Por meio das narrativas, verifica-se que as mulheres e os homens possuíam uma relação próxima com o território. Para compreendermos como os sujeitos reassentados construíram suas pertencências no território, se faz importante situá-lo.

Segundo Mariane Fernandes “o termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado” (FERNANDES, 2013, p. 51, grifo da autora). De acordo com a autora, o território “não se reduz à sua dimensão material ou concreta”. Tal assertiva amplia a dimensão do território para as questões de identidade que são postas em decorrência da sua apropriação pelos sujeitos.

Logo, Raffestin percebe o território como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço.” Tais forças é para ele “construída historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas como a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação e o planeta (RAFFESTIN, 1993 *apud* FERNANDES, 2008, p. 52).

Raffestin (1993) ao descrever as construções concretas existentes no território, chama-nos atenção para as noções de espaço e território. Para Rosa Medeiros “o espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez é a condição para que o espaço se humanize” (MEDEIROS, 2014, p. 217).

Concordo com a autora quanto a ligação entre espaço e território, por isso, acredito que seja necessário colocá-los em lugar conceitual distinto. É comum o uso de espaço para se referir ao território e vice-versa. No entanto, na geografia, esses termos não são equivalentes.

Posto isso, podemos assim compreender essa distinção:

O espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou de diversos atores sobre determinada parcela do espaço geográfico (RAFFESTIN, 1993).

Para Raffestin “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Ao trazer categorias onde se fazem a presença dos sujeitos nesses espaços, como a categoria de poder ou cultura, passamos a lidar, dessa forma, com a noção de território.

Por isso, é possível perceber explicitamente o que Rosa Medeiros (2014) quis dizer ao discorrer acerca da humanização que o território dá ao espaço. É a partir desse entendimento que podemos também estabelecer uma relação entre o pensamento de Medeiros e Raffestin (1993), pois estes compartilham que são os sujeitos no espaço que promovem ações que fundam a noção de território.

A perspectiva de território desses autores, nos aproxima do pensamento do geógrafo Milton Santos de que em um território, existem várias territorialidades. Para Santos “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 1998, p. 15).

Por territorialidades podemos entender que ela seria aquilo que se encontra em um território e está sujeito à sua gestão (ANDRADE, 2004). Assim, acredito que Milton Santos ao falar sobre as territorialidades pretendia dizer que apesar de construirmos um mesmo sentido de território, existem nele distintas formas de apropriá-lo e, nesse caso, constituição de identidades.

Para Fuini “a territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais”. Logo, “essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território” (FUINI, 2014, p. 230).

Dessa forma, quando esses autores posicionam poder, cultura e cotidiano estão tratando daquilo que Milton Santos chamou de categorias existenciais, abordadas no livro “A natureza do espaço”. São as categorias que resultam das experiências humanas que formam a noção de território. Nesse sentido, Santos (2002) acredita que o cotidiano é uma possibilidade que nos é dada para revisitar o lugar no mundo atual, encontrando os novos significados dele.

Por isso, acredito que é através dos novos significados construídos pelas mulheres e homens após a mudança do cotidiano, que se pode circundar como uma possibilidade de explicar a importância do lugar para a constituição de suas identidades e como estarem em um mesmo lugar de reassentamento tornou essas identidades comuns, pois ambos se encontram naquele reassentamento pelo mesmo motivo: a construção de UHE. Dessa forma, buscou analisar como mulheres e homens narram suas relações com o território e o lugar. Nessas narrativas pode-se observar como sentidos se relacionam com as experiências e identidades dos narradores entrevistados.

Para tanto, se faz necessário definir “lugar”. Para Relph, “lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização”, pois para ele o significado de lugar, “não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979, p. 45). Considerando a definição de lugar como referência das experiências e de envolvimento dos sujeitos, o lugar adquire significado operante ao afirmar as identidades dos sujeitos.

Dessa forma, quando aproximamos o sentido de lugar é possível entender as percepções simbólicas associadas a ele. A relevância dada ao lugar implica nos usos que os sujeitos fazem do território. Nessa perspectiva, acredita-se que a simbologia conferida pelos sujeitos ao lugar situa-nos para as identidades culturais manifestadas no território.

Portanto, estamos lidando aqui com a categoria território quanto aos aspectos culturais. De acordo com Fuini, podemos definir território cultural como:

Material e imaterial, com conteúdo ideológico e simbólico, definido pelas relações de apropriação e representação construídas pela lógica do cotidiano, tanto pessoal quanto coletivo, criadora de sentimentos de pertencimento e de identidade com o lugar ou os lugares (FUINI, 2014, p. 233).

Isso posto, mais uma vez, afirma-se que a relação que os sujeitos tinham com a terra não se limitava apenas a uma relação econômica, pois a apropriação da terra cria os sentimentos elencados pelo o autor.

Santos (2002) ao enfatizar o uso do território como análise social, nos permite entender que as relações estabelecidas no lugar de origem das famílias reassentadas é que interessam para identificarmos o uso que faziam dele, pois penso que o território seja o lugar onde são fixadas as marcas que são codificadas como identidade dos sujeitos. Logo, Milton Santos é lembrado aqui não somente pela a importância do território para os sujeitos, mas pode-se fazer aqui uma referência a esse geógrafo que também pensou território nos processos globalizantes. Pensa-se nesse autor porque o plano desenvolvimentista, o qual envolve a construção de UHE, insere-se em uma perspectiva

também globalizante. Ocorre, no entanto, que os processos que pretendem tornar práticas semelhantes no globo precisam considerar as questões específicas da comunidade. Para Santos, “quanto mais os lugares se mundializam mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”. O autor acredita que assim como o lugar deve ser compreendido levando-se em conta a totalidade do processo, “a realidade global também precisa ser entendida através das diferenças regionais” (SANTOS, 1991, p. 47).

As características regionais e a importância do território dada pelas pessoas, são especificidades que ainda precisam ser melhores debatidas. A ideia de integração nos processos globalizantes, podem levantar questões relacionadas a identidade dos agentes envolvidos a eles. Dessa forma, o território é para Jorge “munido de aspectos subjetivos e simbólicos”. Segundo ele, “dentre as diversas faces, os valores evocativos como a identidade apresentam estreita relação com a ideia de apropriação, que, neste caso, não se dá exclusivamente de forma individual” (JORGE, 2009, p. 237).

Assim, o antigo lugar é lembrado na fala das entrevistadas e entrevistados, principalmente em relação as suas perdas e os vínculos ali estabelecidos, pois ainda de acordo com Jorge, “os grupos e os lugares onde se encontram muitas vezes estão de tal forma imbricados que não é mais possível distingui-los” (JORGE, 2009, p. 237). O território para esses sujeitos pode ser considerado como espaço onde são afirmadas são identidades e de estabelecimento de relações com a comunidade, a qual integravam. O território que afirma essa identidade, é também lugar onde o cotidiano é descoberto, mas que a barragem tratou de cobrir.

Dessa forma, a identidade para Hall pode ser compreendida como “um posicionamento e não uma essência, ligada à discussão das identidades culturais, nacionais e as que se formam por sentidos cambiantes e contínuos do cotidiano do sujeito” (HALL, 1996).

Já Manuel Castells acredita que podemos entender identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 1999, p. 22). Logo, esse cotidiano cobertos pelas águas do reservatório, indubitavelmente, gerou consequências em relação a identidade e na relação que as famílias reassentadas tinham com o lugar.

Eunice Menestrino advoga que os lugares ganham significados importantes para o sujeito porque as questões vinculadas “ao modo de perceber o mundo, viver e reprodução sociocultural estão ligados ao espaço que o sujeito pertence”, enfatiza ainda que “os grupos apresentam saberes e fazeres próprios que identificam com seus territórios” (MENESTRINO, 2010, p. 06).

Os lugares para determinados grupos humanos, segundo Menestrino, constituem-se:

Em territorialidades através das distintas relações estabelecidas entre os indivíduos e os elementos espaciais decorrentes de sua ocupação, as relações estabelecidas neste espaço vão se definir a partir de uma afetividade, onde o reconhecimento desse lugar, tão singular, gera uma identidade que está presente nas especificidades dos diferentes grupos (MENESTRINO, 2010, p. 04).

De acordo com Sêne “pequenos proprietários de terras são deslocados de suas áreas para outras – os reassentamentos -, sem direito de escolha, deixando toda a sua construção cultural (casa, cemitério, igreja, amigos) para ser remanejado para outro local” (SÊNE, 2009, p. 02). Para Augé:

O não lugar é sem identidade, sem relação, sem história e as pessoas que vão para ele apresentam uma perda do vínculo social, podendo afirmar a perda da identidade territorial, mesmo que com o tempo os moradores dos não lugares, como forma de sobrevivência, assumam uma identidade com o não lugar (AUGÉ, 1994 *apud* MENESTRINO, 2010, p. 41).

Assim, o reassentamento das famílias consiste em um processo, no qual, são deslocadas para um novo território, no entanto, o que foi construído culturalmente por elas naquele lugar não é possível abarcar nesse processo de deslocamento. Então, essas famílias têm de lidar com uma nova realidade e encontrar formas de resignificar essa identidade, é aquilo que Augé (1994) fala sobre “assumir uma identidade com o não lugar”.

Para Derrosso e Ichikawa, “além dos aspectos técnicos e estruturais na construção de empreendimentos hidrelétricos, é relevante considerar aspectos subjetivos, humanos e simbólicos que precisam ser esclarecidos para a melhor gestão desses projetos” (2014, p. 97). O rio Tocantins mostrar-se-á nas narrativas como importante para as comunidades locais. A construção da usina apresentou modificações não só em relação as antigas moradias, ela alterou também as relações afetivas com o lugar. Joaquim acredita que: *“Vindo para cá eu perdi minha posição porque lá eu morava na beira do rio, aqui é no pé da serra, não tem água”* (Joaquim, 11 de julho de 2018).

Quanto a essa “posição” a qual o entrevistado fala, é uma referência ao lugar em que ele morava anteriormente. A mudança para o reassentamento, não tornou equivalentes as condições ambientais e culturais que antes estavam dispostas a ele. Nesse aspecto, Luís responde: *“Minha vida era boa, lá onde eu morava. A terra era boa, tinha água, tinha caça e muito peixe. Lá era bom, onde nós ‘morava’ não era pé de serra. Água*

nós ‘chegava’ e... (movimento com as mãos, expressando que se jogava na água) banhava lá na água. Aqui não, aqui só na torneira” (Luís, 11 de julho de 2018).

Nas duas narrativas acima, podemos verificar que a mudança em relação aos aspectos territoriais é apreendida como uma consequência que faz com que esse novo lugar não seja percebido como melhor do que o lugar de antes. É o que podemos constatar também na fala de Antônio, para ele: *“A vida aqui não é muito boa. Lá era bem melhor. Terra na beira de rio, terra boa e aqui é cerradão. Acho que a gente perdeu muito o jeito. Toda vida lá era melhor” (Antônio, 11 de julho de 2018).* Essas narrativas revelam uma experiência que desmitifica os discursos de progresso e desenvolvimento da usina. No início havia expectativa de mudança, mas foi frustrada.

A mudança desse ambiente, implicou também na interrupção de práticas que eram comuns no cotidiano dos sujeitos. O “jeito” mencionado pelo entrevistado pode ser interpretado como a representação dessas práticas, a relação com o território e as novas formas de ser apropriar do lugar.

A linguagem, nesse caso, representa que a modificação do lugar decorreu uma ruptura com as práticas que envolviam o contato com o rio, devido as mudanças que acompanharam a nova realidade do reassentamento. Assim, o rompimento com as relações estabelecidas a partir da prática de tomar banho no rio, é percebido em outras narrativas que são representadas pelas entrevistadas e entrevistados como uma perda. Tomar banho no rio era comum, é o que podemos inferir na fala de Fabrício: *“Eu gostava de lá porque na hora que eu queria tinha o rio. Tinha o rio Tocantins e outros córregos, lá tinha bastante água” (Fabrício, 11 de julho de 2018).* Há outras falas que suscitam a perda do rio:

Eu preferiria voltar. Eu achava lá melhor. Até hoje não acostumei, lá tinha o rio, aqui falta água e venta muito também. O contato que a gente tinha com as outras pessoas perdeu. (Beatriz, 11 de julho de 2018)

Eu preferiria meu lugar de antigamente. Antes tinha o rio Tocantins, hoje já não tem mais. (Júlia, 11 de julho de 2018)

Na fala de Beatriz, pode-se relacionar o rio com os momentos afetivos que significava tomar banho no rio. Pode-se verificar também que apesar da mudança ter ocorrido a mais de dez anos, existe ainda um processo de adaptação na fala dessas pessoas, nas palavras de Júlia: *“Estamos nos adaptando, né?! É um processo longo, mas nós estamos indo” (Júlia, 11 de julho de 2018).*

A perda do rio é também muito significativa na fala de Fátima, ela diz: *“Acesso a água aqui é diferente. Aqui nós não temos água. Lá nós ‘tinha’ água porque nós ‘morava’*

na beira do rio. Aqui não tem, água aqui é de serra” (Fátima, 11 de julho de 2018). Na fala de Luís é evidente a importância do rio: “O rio Tocantins era tudo pra gente. Era bom demais, lá a gente pescava e banhava. Nos finais de semana, a gente passava o dia no rio” (Luís, 11 de julho de 2018).

Segundo Sêne “o rio Tocantins é um marco na identidade cultural desse povo, as famílias lutam para não deixarem os hábitos e a cultura de um ribeirinho. A relação desse povo com o rio é forte e vai além das formas de plantações, pesca e extrativismo, está ligado com o reconhecimento de seu lar” (SÊNE, 2009, p. 01). Assim, o rio se apresenta nas narrativas das mulheres e dos homens reassentados como a estrutura das atividades de sobrevivência e lazer.

Para a autora, o distanciamento do rio e a modificação do ambiente interfere no cotidiano das reassentadas e reassentados. De acordo com Derrosso e Ichikawa (2014):

Essa mudança não é apenas de espaço físico, mas principalmente altera as relações sociais, as ocupações laborais, as rotinas, as representações simbólicas, os vínculos, ou seja, a identidade dessas populações. E aí está a dificuldade das populações em se adaptar a essa nova situação e ressignificar suas identidades, ligadas ao espaço territorial passado, deixado para a construção do reservatório da nova usina (DERROSSO; ICHIKAWA, p. 98, 2014).

Diante disso, as construções das usinas hidrelétricas mexem com a realidade prática dos sujeitos das comunidades reassentadas, podendo implicar em uma nova resignificação do território. A significação do “pedaço de terra”, a qual nós nos apropriamos, sugere dizer que território pode ser entendido também pelos aspectos simbólicos que são construídos em relação a ele. Portanto, compartilho da definição de Castells ao definir significados como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (CASTELLS, 1999, p. 23).

Quanto a relação entre identidade e território, Jorge elucida que “a identidade é o “resultado de um trabalho permanente de renovável construção social e política, mas também geográfica, que leva em conta a extrema mobilidade dos agentes sociais” (JORGE, 2009, p. 240).

Essa apropriação dada pelo significado de território pelas famílias reassentadas é o que nos interessa aqui. Interessa também compreender como elas ressignificaram o novo lugar. A ressignificação, dessa forma, trata-se de operação que parte das representações que os sujeitos têm sobre esse espaço e dos usos compartilhados dele.

Nas narrativas é possível notar que os sujeitos quando falam da perda do rio, sempre associam a essa perda a apresentação do novo espaço, esse novo espaço é

caracterizado pela localização nas “serras” que está sempre surgindo em suas falas. Dessa forma, a mudança que decorreu na perda do rio que era referência social para os sujeitos, remete ao novo ambiente que é descrito em suas narrativas. Dessa forma, a memória associada ao espaço, também constitui nas falas dos entrevistados o sentimento de identidade. Pollak enumera três elementos que acredita ser essenciais para essa constituição:

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5, grifo do autor).

A unidade física pode ser considerada aqui o território e a apropriação dele na afirmação da identidade dos sujeitos que foram reassentados. A mudança de território, dessa forma, representou para alguns entrevistados a causa de suas enfermidades. A ruptura do sentimento de identidade ou de continuidade que fala Pollak, fez com que três representações, sendo de uma mulher e de dois homens entrevistados, associassem a essa mudança aos problemas de saúde que ela e eles enfrentam em relação ao bem-estar e mobilidade. Marisa fala: *“Depois que nós ‘mudou’ pra cá, certos tempos pra cá, só vivo doente. Então eu quero ser alegre, mas não posso ser alegre”*. Luís, por sua vez, diz: *“Vindo pra cá ficou ruim, logo eu ‘tava’ doente”* (Marisa, 18 de janeiro de 2019). Jorge afirma: *“Depois de vir pra cá, não faço muita coisa, quem faz são meus filhos e noras, não tenho condições de saúde”* (Jorge, 11 de julho de 2018).

Essas narrativas, evidenciam que a mudança da unidade física, que pode ser apreendida pelo território, fizesse com que as representações deles ligassem as enfermidades do corpo com a mudança da unidade. Nessas representações, verifica-se que a mudança de lugar para ela e eles é internalizado pelo sentimento de pertencimento que os identificavam com aquele lugar, por meio de aspectos simbólicos. Segundo Rodrigues e Caroso:

O discurso das concepções e representações de causas de doenças envolve a ligação que se estabelece entre a pessoa e a moléstia, esta última como experiência física e subjetiva, envolvida em complexa rede de sentimentos que orientam os indivíduos em suas buscas pelos significados (RODRIGUES; CAROSO, 1998, p. 141).

Assim, as causas das enfermidades e tristeza da entrevistada e entrevistado é significado pela mudança para o reassentamento São Francisco de Assis. Posto isso, suas narrativas não significam somente essa mudança, elas também representam a adaptação em relação ao novo lugar. Nesse sentido, ainda segundo as autoras “quando se referem às causas de suas doenças, as pessoas estão necessariamente interpretando determinadas condições que ajudam a explicar porque tal doença aconteceu em dado momento” (RODRIGUES; CAROSO, 1998). Para Souza:

Definir e explicar uma doença é ato interpretativo; como tal, envolve reflexão e, em alguma medida, distanciamento. Isto é, quando o sujeito se volta sobre suas próprias experiências para interpretá-las, já não está posicionado dentro do fluxo de vivências. Estas são, portanto, vistas em retrospectiva e aparecem então dotadas de sentido (SOUZA, 1998, p. 151).

Dessa forma, as narrativas da mulher e dos homens reassentados são interpretações que consistem em comparar suas vidas de antes com a atual, ao relembrem suas vidas anteriores a mudança, a consideraram como mais saudável e feliz, conforme narra a entrevistada, tais representações precede uma avaliação feita por ela e eles devido o tempo que já moram no reassentamento.

A permanência dos sujeitos no reassentamento já tem uma década, a partir então dessa retrospectão ao qual menciona Souza (1998), os sujeitos avaliaram e construíram significados em torno dessa mudança e suas perdas, onde o rio é bastante mencionado como uma delas.

No entanto, podemos afirmar também que a conjuntura da enfermidade nas narrativas desses sujeitos é apresentada como uma consequência, pois tal condição é em suas falas, organizada como posterior ao deslocamento. Assim, o território é apreendido nas falas como lugar onde é construída a identidade da entrevistada e entrevistado. A mudança do local de origem dos reassentados fez com que o vínculo entre o território e o uso coletivo dele na afirmação de suas identidades não fosse mais o mesmo.

Portanto, para Pollak, a construção da identidade se constitui da seguinte maneira:

Do sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 5).

Dessa forma, a aproximação do vínculo que as mulheres e os homens estabeleceram com seu lugar de origem é comum em suas narrativas. A apropriação comum do território de origem é apresentada nessas narrativas através dos momentos

recreativos e da terra boa para plantio. Suas falas remetem a uma tentativa de reconstruir o lugar anterior a mudança.

Após a mudança, é também comum nessas narrativas, a apresentação do novo lugar, enfatizando suas diferenças e apontado os aspectos considerados ruins. Uma das ressalvas, quanto a questão da identidade, é em relação ao contato que as mulheres e homens tinham com parentes e vizinhos.

A construção da identidade, é segundo Pollak (1922), operada a partir da relação com o outro. Esse outro aqui pode enquadrar além dos vizinhos, os próprios parentes das famílias reassentadas. Em relação aos parentes das famílias remanejadas, alguns daquelas e daqueles que moravam com os pais antes da construção da UHE, foram juntos para o reassentamento, pois os pais cederam uma parte do terreno ou dividiram os lotes entre os filhos.

No entanto, os parentes de grau mais distante e que moravam nas cidades próximas onde estavam situadas as fazendas que foram atingidas pelo reservatório, ficaram para trás. Além das famílias que foram realocadas, alguns vizinhos também mudaram para o reassentamento São Francisco de Assis.

Contudo, os momentos recreativos são raros. A apropriação comum do rio era uma forma que aproximava e tornava comum a identidade entre elas e eles. Porém, com a mudança para o reassentamento, uma nova apropriação do estilo citadino, fez com que as famílias que se conheciam, distanciassem, além disso, a própria mudança quanto aos recursos naturais impossibilitou a continuidade dessa aproximação.

Destacam-se também nessas relações anteriores, os festejos e as rezas que eram marcas das manifestações culturais desses sujeitos. No Tocantins, especialmente na região onde essas famílias viviam (entorno de Palmas), algumas famílias tinham como tradição religiosa o festejo da Folia de Reis, Sr. Do Bonfim e do Divino. Os festejos em alguns lugares são marcados pela participação dos membros da comunidade desde a preparação dos detalhes iniciais até a realização do ato religioso em si.

Dessa forma, o festejo possui o caráter de reunir as pessoas em volta da divindade. Por conseguinte, é possível apreender ainda os papéis de gênero através da organização que garante a festividade, pois é possível observar que as mulheres geralmente são as responsáveis pela preparação da comida, elas ocupam os espaços mais “feminizados” da festa. Segundo Teixeira, “as mulheres desempenham um importante papel em vários departamentos na organização e execução do referido fenômeno religioso, ainda nos parece ser secundária, uma vez que essa atuação está voltada, principalmente, para a

execução de algumas atividades “ditas femininas” (TEIXEIRA, 2016, p. 06). Assim, corresponde a fala de Marisa. Ela diz: *“Antigamente eu participava de festejo, cuidava da decoração, da comida... essas partes que precisa de mulher, né?!”* (Marisa, 11 de julho de 2018).

Podemos verificar que a entrevistada situa esses papéis na posição desenvolvida por uma mulher, tal associação entre essas atividades e a necessidade da presença de mulher se dá devido a construção da imagem que se elabora das mulheres na sociedade. Embora os homens aqui entrevistados não participassem diretamente da organização desses festejos, alguns deles destacaram que antes costumavam frequentar, no entanto, depois da mudança para o reassentamento não participam mais dos festejos. Conjuntura que é generalizada também na fala das próprias mulheres.

A esse respeito, uma das entrevistadas disse que participava de festejo quando vivia na região anterior a do reassentamento, trata-se da fala de Fátima. Ela diz: *“Eu participava lá em Palmas na festa de Santo Antônio e Nossa Senhora do Carmo. Hoje não participo mais porque ‘tá’ muito perigoso morando aqui sair de casa”* (Fátima, 11 de julho de 2018). A fala de Fátima se aproxima de Marisa ao dizer que *“Eu participava de muito festejo, hoje em dia não participo, aqui estou desanimada, perdi o contato com o pessoal”* (Marisa, 11 de julho de 2018).

Na fala de Fátima, embora em um primeiro momento possamos explicar a ausência da participação nos festejos em decorrência da sensação de insegurança que veio com a mudança para o reassentamento, podemos explicar essa ausência também pela perda do contato com as outras pessoas que participavam das festas, assim como destaca Marisa. Posto isso, no caso dessas duas narrativas, podemos entender que a mudança significou a insegurança e o afastamento dos sujeitos de suas atividades religiosas, mesmo que ocorra a tentativa das pessoas de se inserirem nas novas comunidades religiosas, existe um impedimento que é a insegurança de sair de suas casas.

Dessa forma, na fala de alguns dos homens entrevistados é enfatizada a questão da insegurança associada a não participação nos festejos. Raul diz: *“Antes eu participava de festejo, eu sou católico, não era de ir muito, mas eu ia. Agora não vou de jeito nenhum. Fico em casa mesmo, ‘tá’ complicado a criminalidade”* (Raul, 11 de julho de 2018). Jorge, por seu turno, diz: *“Eu frequentava... não era de ‘tá’ diretamente envolvido, mas de vez em quando eu gostava de ir”* (Jorge, 11 de julho de 2018). Assim, compreendemos que a mudança para o reassentamento significou encarar mais uma situação que é a sensação de insegurança advinda com a hidrelétrica.

Por isso, pode-se entender alguns dos motivos pelos quais essas pessoas não participam mais dos festejos depois da mudança para o reassentamento. Um aspecto que é necessário ser observado é em relação as participações nas reuniões. Aqui, mais uma vez, podemos observar como a construção do que é ser mulher está imbricada nas ações dos sujeitos. Observou-se, através das falas das moradores e dos moradores pouca participação na vida pública, mas as mulheres são as que menos se envolvem nas discussões referentes aos assuntos do reassentamento São Francisco de Assis. De modo geral, as mulheres apresentaram se envolver pouco até mesmo durante os processos de realocação.

De acordo com Nogueira (2014):

“Na cultura tradicional e machista, o homem é amplamente associado à esfera da produção, isto é, ao mundo do trabalho formal, cabendo à mulher a esfera reprodutiva, ou seja, todo o trabalho que envolva a reprodução humana, como também o cuidado, o afeto, alimentação, e as demais atividades domésticas necessárias para que as pessoas se mantenham vivas e possam participar das outras esferas sociais: a educação, o trabalho, a política etc.” (NOGUEIRA, 2014, p. 267).

Dessa forma, as mulheres e os homens reassentados correspondem a essa divisão sexual do trabalho e é por meio das entrevistas acerca dessa mudança que podemos identificar essas representações. Assim, quando é perguntado o motivo pelo qual Ivete não participa das reuniões do reassentamento, ela justifica: *“A correria do dia a dia não deixa... é cuidado da casa, das crianças, com a horta... chega uma hora do dia que você já tá cansada, né?!”* (Ivete, 18 de janeiro de 2019). Então, conforme elucida Nogueira (2014) acima, a esfera em que a mulher ocupa decorre do pensamento que enquadra os gêneros em lugares de trabalho de acordo com os seus respectivos sexos. Pois, se os homens podem participar da vida pública é porque existem outras pessoas que se ocupam dos afazeres ligados ao espaço doméstico, que como pode-se constatar por meio da fala da entrevistada são as mulheres que cumprem tais atividades.

Com isso, verificou-se ainda que atividades domésticas não são as justificativas dadas pelos homens para explicar a pouca participação nas reuniões, já que em nenhum momento de suas falas eles citam tarefas relacionadas a casa como impedimento de participação nos assuntos públicos, pois suas narrativas vão em direção a ausência de interesse de envolvimento nas discussões que se referem aquele lugar. É o que podemos observar na fala de Antônio, ao dizer: *“Tanto lá, como cá ando meio parado para essas coisas (participação na vida pública), nunca fui disso não”* (Antônio, 11 de julho de 2018).

Diante da situação das disparidades de gênero que são reforçadas com a mudança para o reassentamento e das consequências que o acontecimento gerou no sentimento de pertencimento desses sujeitos, existem conjunturas que apontam para o entrelaçamento das questões de gênero e atuação na vida pública que devem ser ressaltados.

O consórcio responsável pelo empreendimento, o INVESTCO, instalou um centro comunitário no reassentamento São Francisco de Assis, posteriormente, a comunidade criou a Associação dos Moradores do Reassentamento São Francisco de Assis. Não se pode afirmar, no entanto, que a construção da estrutura no reassentamento visava a reparação das perdas, no sentido de darem condições de reaproximarem esses sujeitos após a mudança.



Centro comunitário do reassentamento São Francisco de Assis. Foto: Samara Letycia Moura Borges

Tanto o centro comunitário como a Associação dos Moradores são posteriores ao reassentamento, já que antes as famílias não eram associadas a nenhum tipo de organização. Em contrapartida, as moradoras e os moradores diziam ser mais unidos antes da construção da UHE e durante o processo de reassentamento. Para Fátima:

A usina em si, ela atrai muita desunião e é isso que a usina quer também né?! Porque um povo unido é um povo que sabe trabalhar e se eles conseguem desunir o povo, acabou... Eles ficam bom lá porque vão construir cada vez mais usina, mas na realidade as pessoas ficam pior do que já 'tava', as usinas não 'traz' conforto. (Fátima, 11 de julho de 2018).

Pode-se observar que apenas uma mulher trouxe em sua narrativa, sua participação nas discussões que envolveram o processo de reassentamento. Quanto aos homens, disseram participar das reuniões que discutiam sobre o reassentamento, quando não participaram evocaram a figura do pai. Assim o fez Jorge, ao dizer: “*Eu morava nas terras que era do papai. Via toda movimentação de papai com o pessoal da usina*” (Jorge, 11 de julho de 2018). A fala então suscita o processo de negociação entre o pai do entrevistado com o consórcio, podemos observar que não é a mãe que o entrevistado situa na frente desse processo de reassentamento.

O MAB (Movimento Atingidos por Barragens) é uma entidade que auxilia a comunidade envolvida no processo da construção de UHE e que discute o impacto desse tipo de empreendimento na vida das pessoas reassentadas. Nas falas das entrevistadas e entrevistados, mesmo daquelas e daqueles que não falaram de sua participação no processo de negociação de remanejamento, citam o MAB. Uma delas, é a fala de Fátima. Ela diz:

Eu fui a primeira moradora que chegou aqui, nós viemos pra baixo de um barraquinho de lona, né?! Eu morei uns quatro meses num barraquinho de lona até que a empresa começou a fazer as casas, né?! Mas, tudo com muita dificuldade com muita luta, se você não se unisse... naquela época o povo era unido, a gente conseguiu fazer com que o povo unisse, que nós somos do movimento do MAB, né?! Então o MAB, até hoje tá aí. (Fátima, 11 de julho de 2018).

A entrevistada apresenta um protagonismo no MAB, sendo assim, suas ações não podem ser reduzidas ao trabalho doméstico. O presidente da Associação de Moradores do reassentamento não foi entrevistado, mas sabe-se pela fala dos entrevistados que é um homem quem a dirige. Fátima, a mulher que participou do movimento MAB, fala que quanto aos assuntos comunitários são poucas as reuniões que são propostas no reassentamento. Dessa forma, ela narra que sua participação nas discussões e no MAB cessaram após a mudança para o reassentamento. Fátima diz:

Quando comecei a participar das negociações eu abandonei minha casa, eu saía de segunda a segunda, isso era de manhã, de tarde e de noite, a gente fazia as reuniões, várias vezes você tinha convencido aquela comunidade que o melhor era você ir pra um reassentamento, por mais dificuldade que viesse, mas você tinha uma casa, um pedaço de chão, né?! Hoje não participo como antes porque já passou e aqui a associação é bem fraca. (Fátima, 11 de julho de 2018)

Dos doze entrevistados, os homens diziam ter participado das reuniões, quando não, o pai teria participado. No entanto, apenas uma mulher contou que teria participado, a Fátima. Então, quatro homens e uma mulher comentaram acerca de suas participações nas discussões frente ao processo de reassentamento.

A fala de Fátima sobre participação durante o processo de reassentamento é importante dentre tantas narrativas masculinas que afirmam ter participado ou que viu o pai participando diretamente das negociações. Ao expressar sua saída de casa como um “abandono”, a entrevistada situa essa esfera que é comumente representada pela figura feminina, a mulher sair de casa para tratar de assuntos como esses, é representado como um abandono, o mesmo não equivale aos homens, já que em nenhum momento das falas dos homens e das mulheres essa saída de casa para a discussão sobre as indenizações foi representada dessa forma.

A entrevistada Fátima, ao dizer: *“Hoje não participo como antes porque já passou e aqui a associação é bem fraca”* (Fátima, 11 de julho de 2018), refere-se a passagem dos momentos das discussões que definiriam a vida das famílias impactadas com a construção da usina hidrelétrica, é importante sublinhar que o pouco envolvimento da comunidade nas reivindicações de melhorias para o reassentamento, torna a associação fragmentada. Por isso, ela percebe como *“fraca”*, já que a participação é pouca e, portanto, quase não são postas e discutidas as pautas que se referem a comunidade.

O que chama atenção no número de entrevistados, é que das cinco pessoas que comentaram sobre a participação nas reuniões, apenas uma mulher está incluída nesse grupo de entrevistados. Se ampliado o número de entrevistadas e entrevistados, que são 12, apenas uma mulher comentou sua participação nessas reuniões. Esse quadro chama atenção porque podemos inferir que a mudança para o reassentamento, se caracteriza pela ausência da maioria das mulheres na tomada de decisão pública tanto nos assuntos comunitários como nos familiares, pois é de se esperar que tal assunto tem impacto na vida de todos os residentes. Os homens declararam não se envolverem significativamente em debates públicos, no entanto, diante do cenário das negociações com o consórcio responsável em reassentá-los, eles eram maioria na frente das tomadas de decisões de acordo com as entrevistas.

Dessa forma, este cenário ressaltou as esferas que as mulheres e os homens são representativamente enquadrados e aceitos, pois como é possível explicar que embora mulheres e homens não participassem assiduamente de debates políticos, com a

necessidade de participação direta foram os homens que tomaram a frente das negociações?

Segundo Pinto, “o exame da participação política da mulher no Brasil tem trazido para a discussão a problemática da baixa participação” (PINTO, 2001, p. 99). Foi justamente essa uma das vertentes que me chamou a atenção durante a pesquisa que fiz durante o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Quaisquer que sejam as definições de empoderamento, é cabível sugerir que as mulheres têm pouca participação nos assuntos pertinentes à esfera pública e ao exercício da política que são largamente envolvidos pelos homens.

Com a mudança para o reassentamento, os homens passaram a frequentar menos as reuniões. Mas é preciso sublinhar que, considerando os históricos anteriores nos quais os homens assumiram a tomada de decisões nas negociações com o consórcio responsável em reassentá-los, mesmo com a diminuição do envolvimento nas atividades políticas, eles não deixaram de corresponder a liderança nas decisões na vida pública. A maioria das mulheres, por sua vez, correspondem assim como os homens, a perspectiva das divisões sexuais do trabalho. Assim, entende-se nesta pesquisa que as ações das mulheres e dos homens correspondem a forma como gênero é operado em suas relações.

Dessa forma, os homens não deixam de corresponder a essa ideia porque apesar de seu envolvimento nas discussões terem minimizado em decorrência do fim das negociações, mesmo assim eles estão à frente das negociações referentes a venda dos alimentos produzidos na propriedade da família. Portanto, antes os homens se posicionavam frente as negociações com o consórcio e agora com a negociação dos produtos produzidos tanto por eles, como pelas próprias mulheres. Assim, os homens não deixaram de ocupar o centro da tomada de decisões na vida pública.

Nesse sentido, Teresa Marques, diz que na “sociedade brasileira a relação de gênero foi marcada pela profunda diferença de tratamento entre os sexos, sempre no sentido de reduzir a mulher à condição de inferioridade na ordem patriarcal” (MARQUES, 2004, p. 150). Essa marcação resultou representações que, segundo a autora, acompanharam as práticas no cotidiano das pessoas. É o que podemos apreender das ações políticas dos sujeitos reassentados, pois as mulheres e os homens correspondem a essa marcação atuante, conforme entendimento de que a diferença de tratamento está baseada nos sexos.

Segundo as entrevistadas e os entrevistados, hoje em dia, as ações da Associação dos Moradores podem ser sintetizadas na fala de Raul, ao se referir a elas como “bem

fraca” (Raul, 11 de julho de 2018). A participação e acompanhamento de entrevistada e entrevistado não são assíduas, haja visto que se queixam da ausência de organização das pautas e acreditam que o envolvimento da comunidade ainda é demasiadamente pouco.

Nas narrativas das pessoas que são mobilizadas compulsoriamente para os reassentamentos, o sentimento de pertencimento delas em relação ao lugar, determinarão suas ações e a forma como o percebem. Por isso, compreende-se que a participação dessas famílias não seja tão atuante no reassentamento. Mesmo assim, como dito antes, os homens são os que mais participam. Ao falar das tarefas diárias, Ivete, as colocam como algo que dificulta a realização de outras ações, como envolvimento nas causas públicas. Ela diz: *“É muito difícil juntar tudo isso, né?! O dia a dia já é uma correria... cuidar das coisas dentro de casa” (Ivete, 11 de julho de 2018).*

A responsabilidade com as tarefas relacionadas a casa da entrevistada, faz com que ela tenha uma sobrecarga das obrigações, essa responsabilidade ainda é atribuída como tarefa feminina, isso faz ainda com que as mulheres tenham responsabilidades multiplicadas, já que são diversas as funções que são representadas como de mulheres, além disso, a pessoa que desenvolve essas tarefas domésticas, que é uma mulher, é insubstituível por uma personificação masculina, pois se na ausência do homem em suas atividades, as mulheres podem preencher essas obrigações, na ausência dela não tem quem realize suas tarefas. É o que nos diz Ivete ao afirmar que: *“Tem coisas que nós dois podemos fazer, né?! Agora outras só eu mesmo. Eu quem tenho uma dedicação quase que total com a casa” (Ivete, 11 de julho de 2018).* As narrativas das mulheres mostram que são elas quem se encarregam dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, possibilitando a participação do homem em atividades econômicas remuneradas e no exercício da representatividade social.

A mudança para o reassentamento, todavia, marca além das diferenças baseadas no sexo, a relação com o sentimento de pertencer ao lugar. Dessa forma, ainda que os homens tenham uma participação mais ativa nas atividades públicas, ambos os gêneros demonstram dificuldade de pertencer, pois em suas falas não se identifica uma ligação com esse lugar (reassentamento), ao contrário das falas que lembram seus lugares de origem.

Assim, Moriconi afirma que “pertencimento é quando uma pessoa se sente pertencente a um local ou comunidade, sente que faz parte daquilo e conseqüentemente se identifica com aquele local, assim vai querer o bem, vai cuidar, pois aquele ambiente

faz parte da vida dela, é como se fosse uma continuação dela própria” (MORICONI, 2014, p. 14).

Provavelmente essa seja uma das possíveis razões que pode explicar o pouco envolvimento dos sujeitos no que diz respeito aos assuntos da comunidade, pois considerando a importância do pertencimento, destacado por Moriconi (2014), há ausência de uma identificação que impossibilita o sentimento de pertencimento.

Por conseguinte, Sá entende que o sentido de pertencimento:

Se estabelece sobre laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentimento de adesão a princípios e visões de mundo comuns, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um espaço-tempo (origem e território) (SÁ, 2005, p. 02 *apud* JORGE, 2009, p. 243).

A partir dessa citação, podemos compreender que a identidade dos sujeitos se dá pela convivência com os demais em um mesmo espaço e de mesma origem. O que caracteriza as famílias reassentadas, já que todas e todos diziam morar próximas do rio, todas elas também se mudaram para o reassentamento devido o enchimento dos reservatórios.

Mas, por que as mulheres e os homens não se identificam com o novo lugar? Possivelmente, essa dificuldade de se perceber no território de reassentamento, está na impossibilidade de remover para o novo lugar as pessoas que ficaram para trás, junto com isso, o laço que permeavam essas relações. Além disso, é preciso considerar que existem elementos os quais os sujeitos construíram uma simbologia, tais como a casa e o rio. A casa e o rio, são lugares constituidores de lembranças. Com a inundação das casas pelo reservatório da UHE, não só uma estrutura física é submersa nas águas, mas também o significado que era dado a casa.

Na narrativa de Júlia, ela enfatiza ainda o desejo que ela tinha de as filhas crescerem e morarem na roça, assim como ela. Ela diz: *“Aqui não tem o ensino médio. Eu terminei o meu na roça, né?! Então eu queria que minhas filhas também terminassem. Mas como aqui não tem, tenho que mandar elas pra minha mãe mesmo”* (Júlia, 18 de janeiro de 2019). Assim, além do significado dado a casa que foi inundada, existia também uma construção muito simbólica das tradições não só no que diz respeito às vivências em volta do rio, mas também quanto as tradições no que tange a caminhada educacional. Na tentativa de romper com a tradição misógina que posiciona a mulher em lugar inferiorizado aos longos dos anos e que gera consequências educacionais, econômicas e sociais em sua vida, a entrevistada anseia por outro futuro para as filhas ao destacar o tema da educação. Segundo Alves e Cavenaghi (2012), pesquisas nas áreas da

saúde, educação e economia demonstram que a desigualdade de gênero dificulta o acesso das mulheres a esses setores e que apesar do Brasil ter apresentado alguns avanços quanto a participação feminina, ainda é perceptivo a influência que o patriarcado tem, pois observar-se que alguns espaços são majoritariamente ocupados pelos homens. De acordo com esses autores:

No patriarcado tradicional existe uma rígida divisão sexual do trabalho e uma grande segregação social, em geral, com as mulheres ficando confinadas ao mundo doméstico e os homens monopolizando o mundo público. O patriarcado, em termos materiais, possibilita ao homem o controle da propriedade e da renda da família, o controle do trabalho e da mobilidade da mulher e o destino dos filhos (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 102).

Para Martins, Luz e Carvalho, patriarcado pode ser entendido como “um dos sistemas que pode estruturar uma sociedade e é caracterizado pela supremacia masculina – uma suposta autoridade do homem é imposta sobre a família, buscando principalmente a subordinação da mulher ao homem” (MARTINS; LUZ; CARVALHO, 2011, p. 29). Nesse sentido, o Caderno de Formação das Mulheres “Gênero e autonomia econômica para as mulheres”, elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2016, afirma que o sistema patriarcal tem contribuído com a desigualdade de acesso a determinados setores quando considerado o fator gênero, o caderno observa que os significados construídos ao ser mulher tende a dificultar o processo autônomo feminino. Assim, destaca que: “Ser mulher não é determinado pela natureza ou pela biologia, mas pelo modo como as sociedades em determinados momentos históricos leem a natureza e lhes dão significados. As normas e regras do que é ser mulher e ser homem mudam ao longo da história e de uma cultura para outra” (Caderno de Formação das Mulheres, p. 07, 2016).

Dessa forma, ao afirmar que as percepções do que é ser mulher e homem são construídas dentro de contextos históricos específicos, podemos aproximar a narrativa de Júlia ao desejar que as filhas tenham acesso a educação, estabelecendo assim uma relação com sua experiência educacional com a delas. Embora normas e regras para o que é ser mulher e homem em uma sociedade ainda se sustente no sistema patriarcal, pode-se verificar atualmente, especialmente na fala da entrevistada, que há uma tentativa de romper com antigos modelos onde não se dava tanta importância ao desenvolvimento educacional, a entrevistada toma uma postura contrária aos percursos pelas mulheres de outras gerações, inclusive da sua.

Isso posto, podemos observar que a mudança para o reassentamento trouxe à luz os papéis das mulheres e dos homens a partir dos modelos sociais que são significados a

partir da categoria gênero. Além disso, o distanciamento dos rios, festejos e contato com parentes também são significativos quando são consideradas as participações dos sujeitos nas reuniões da associação. Nesse sentido, Antônio diz: *“Vivendo aqui a gente perdeu muita coisa, quase não vê mais os antigos e também não temos o rio. Aqui é difícil você querer fazer alguma coisa”* (Antônio, 18 de janeiro de 2019).

O distanciamento dos elementos que constituíam o sentimento de pertencimento dos sujeitos certamente abalou suas expectativas em relação a nova vida no reassentamento, o que de alguma forma implicará na participação dessas famílias na associação dos moradores, nesse sentido, Júlia diz *“não participo das reuniões, quase ninguém participa”* (Júlia, 11 de julho de 2018).

Se faz necessário observar que não havia participação das famílias antes da mudança para o reassentamento porque não existiam centros comunitários, tampouco associação. Mas, antes do processo de remanejamento pode-se verificar que havia uma participação mais acentuada, sobretudo, dos moradores. Nesse sentido, segundo Parente e Miranda:

A mudança afetou os laços de amizade e o companheirismo entre os vizinhos. A conversa à porta das casas, a reunião para tomar um café e contar as novidades já não acontecem mais, fazendo com que os vizinhos sejam hoje apenas meros conhecidos e nada mais (PARENTE; MIRANDA, 2014, p. 568).

Todas as práticas descritas pelas autoras e que são mencionadas em algumas das narrativas, envolvem uma relação que os sujeitos indicam não terem conseguido restabelecer com a mudança para o reassentamento, pois o território e as relações com as pessoas que significam suas identidades foram modificados após o remanejamento. Assim, a perda do compromisso e interesses sociais são percebidos diante do processo de modernização que dificulta os laços comunitários.

Logo, se as pessoas não se identificam com o lugar, elas dificilmente participarão de reuniões ou criarão pautas, pois elas ainda estão no momento de identificação e adaptação nesse novo lugar. Nas falas das mulheres e dos homens foi possível interpretar dessa forma, certamente, o processo de identificação com o novo lugar e a adaptação dos sujeitos demandam tempo, pois ainda hoje as pessoas estão retornando, por meio de suas lembranças, ao antigo lugar. É o que afirma Beatriz: *“Eu gostava muito de onde a gente morava. Até hoje não me acostumei, gostava do rio... dos lugares de lá”* (Beatriz, 11 de julho de 2018).

A questão da adaptação e a construção da identidade em relação ao lugar, são duas condições que estão requisitando um período de assimilação dos sujeitos, isso é

perceptível tanto na perspectiva das mulheres como na dos homens, pois como afirma Bauman “a construção da identidade é um processo sem fim, passível de experimentação e mudança, de caráter não definitivo, fazendo com que ela seja construída continuamente ao longo da vida” (BAUMAN, 2003 *apud* MORICONI, 2014, p. 15). A identidade é também construída em contato com o outro:

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 05).

Diante de tal afirmativa, torna-se expressivo elencar o sentimento de pertencimento das mulheres e dos homens que foram deslocados de suas antigas moradias e mudaram compulsoriamente para um lugar, no qual elas e eles não tinham nenhuma ligação. A fala de Beatriz, chama-nos atenção para outra perda associada a mudança, a qual consiste na ligação com as pessoas que, antes provavelmente, ela matinha uma relação afetiva. Beatriz, ao dizer: “*Até hoje não acostumei (...) O contato que a gente tinha com as outras pessoas ‘perdeu’*” (Beatriz, 11 de julho de 2018) interpreto que a mudança fez com que os sujeitos perdessem o contato com pessoas que conviviam antes de ir para o reassentamento São Francisco de Assis e isso implica em sua adaptação nesse novo lugar.

Há também em outras falas afirmação quanto a perda desse contato:

É difícil ver. Só quando vai em novena, festa ou reza, aí vê. Custa ver uns aos outros, os parentes da gente custa a ver. (Luís, 11 de julho de 2018)

Não tenho mais contato. Espalhou tudo. Uns ainda mora por aqui, outros mora pra outro canto. (Fabrício, 11 de julho de 2018)

Não mantenho contato com os antigos. Os antigos ‘ficou’ tudo pra lá. (Marisa, 11 de julho de 2018)

Os amigos e parentes ficaram tudo pra lá. Parente não tem porque parente ficou lá de onde eu vim. (Ivete, 11 de julho de 2018)

Se a identidade social é construída em contato com o outro na perspectiva de Pollak, é possível afirmar que de alguma forma essa identidade foi abalada com o rompimento das ligações que existiam nos lugares de origem. O reconhecimento dessa ligação por meio da memória acerca do antigo lugar, pode ser compreendido como uma

forma de dá “coesão” aos grupos e “das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irreduzíveis” (VIEIRA, 2015, p. 07).

A ligação, a qual compartilham essas famílias com antigo lugar e com as pessoas, fundam seu sentimento de pertencimento que tornam-se marcantes em suas memórias que são apreendidas por meio das narrativas. Quanto a proximidade entre memória e o sentimento de pertencimento, entende-se que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (POLLAK, 1989, p. 07).

É por meio das lembranças do antigo lugar, que podemos compreender a importância do território para Luís ao falar sobre a relação com rio, através da recordação dos momentos da pesca com o pai: *“Gostava de pescar. Meu pai fazia uma caixa igual um cercado, tapava a água lá e o peixe vinha para dentro, ficava no jeito da gente pegar”* (Luís, 18 de janeiro de 2019).

É por meio de suas lembranças também que o entrevistado se apega aos momentos com as pessoas que mantinha uma relação afetiva, como seu pai. Momentos de apropriação do território e afirmação de seu pertencimento. Pensar a unidade física aqui é atentar-se para a construção das identidades e suas ressignificações no novo território. Pensar a importância do território, por sua vez, é relevante porque:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATARI, ROLNIK, 1996, p. 323).

Assim, Guatari e Rolnik (1996), sustentam a ligação que os sujeitos criam nesse território, no qual se reconhecem e reconhecem como “casa”. Para Haesbaert:

Os relatos sobre o deslocamento compulsório evocam uma pluralidade de situações de transformação, traduzidas em perdas, que contemplam desde o espaço físico, o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas e de proximidade (HAESBAERT, 1997 *apud* Derrosso e Ichikawa, 2014, p. 102).

Para Moresco e Ribeiro é bastante explícito que:

A “identidade tornou-se uma palavra-chave largamente estudada e de relevância sociopolítica da pós-modernidade. A justificativa ampara-se na ambiguidade da palavra e/ou no entendimento de que a identidade é um problema em meio à crise, ao deslocamento, à incerteza (MORESCO; RIBEIRO, 2015, p. 169).

A mudança para o reassentamento São Francisco de Assis é, portanto, um problema no que tange a questão da identidade das pessoas deslocadas. Dessa forma, a mudança é marcante também no que se refere a identidade e seu desdobramento nas relações sociais e de gênero.

As perdas relacionadas ao rio, é perceptível tanto nas falas das mulheres como dos homens. No entanto, os sentidos que foram construídos com a proximidade do rio, parecem ser significativas quanto ao recorte de gênero. Nas entrevistas, pôde-se perceber que as atividades relacionadas ao rio eram classificadas como momento de lazer pelas entrevistadas e entrevistados. Com o distanciamento do rio, o lazer ficou mais restrito aos espaços domésticos.

A restrição desse lazer, pode ser apreendido na fala de Beatriz. Para ela a mudança para o reassentamento distanciou ela das atividades ligada ao rio. No reassentamento ela diz ficar mais em casa: *“Fico mais em casa mesmo. Ai lavo uns pratos, roupa, só casa mesmo”*. Às vezes, no entanto, ocorre dela assistir aos meninos jogarem futebol em um campo que fica no reassentamento, ela diz: *“nós vamos para um campinho que tem ali para olhar os meninos ‘jogar’ bola”* (Beatriz, 11 de julho de 2018). Tal conjuntura é um dos aspectos estruturais dos problemas e desigualdades em relação ao gênero trazido pela hidrelétrica e pelo sistema econômico e político que se instala na região.

No caso da entrevistada, percebe-se que as atividades domésticas são associadas aos momentos de lazer, quando não associadas ao âmbito doméstico, são as atividades esportivas que os homens costumam praticar que são mencionadas. Podemos com essa representação, sugerir que apesar de tanto as mulheres como os homens terem sido afetados com a mudança de lugar, a mudança para o reassentamento apresentou um reforço nas atividades das mulheres, já que a estrutura da casa exigiu mais cuidado e, além disso, elas perderam suas redes de sociabilidade. Desse modo, pôde-se verificar que a mobilização delas contribuiu para a afirmação dos papéis representados como de mulheres e houve também a subtração de suas subjetividades, a medida em que elas perderam os meios de interação com outras pessoas através dos festejos, da coleta de frutas e nas atividades que envolviam o rio.

A saída das mulheres reassentadas se restringe aos compromissos referentes a educação das crianças e adolescentes e à feira. Essa condição aparece nas falas das mulheres e homens após a mudança para o reassentamento, embora tais compromissos também existissem antes de se mudarem, a saída das mulheres de casa ficou mais restrita. Observou-se que agora as mulheres perderam seus meios de socialização e a saída para feira marca também suas posições de gênero, já que apesar de produzirem nem sempre negociam direto com o comprador. Nesse sentido, Ivete, explica-nos: *“Eu planto aqui junto com meu esposo, mas essa coisa de negociar não é comigo. Dou minha opinião é claro, mas ele é quem sabe mesmo”* (Ivete, 11 de julho de 2018).

A fala da entrevistada ratifica a condição da mulher dentro da divisão sexista do trabalho, onde cabe ao homem controlar o recurso monetário da família e assumir o papel de negociador nas decisões públicas. Gênero, nesse sentido, nos permite perceber o quanto essas relações são firmadas na construção social dos corpos. Nesse sentido, para Judith Butler “o corpo em si já é uma construção”, segundo ela “embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um “fator” ou “dimensão” da análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma “marca” de diferença biológica, linguística e/ou cultural”. Nestes últimos casos, de acordo com a autora, “o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto” (BUTLER, 2003, p. 28).

Antes, as mulheres coletavam frutas e frequentavam a casa dos parentes que viviam próximos, com a mudança, as atividades que envolviam a coletividade como a coleta do babaçu e atividades que envolviam o rio foram interrompidas. Na fala de Fátima, ela diz que: *“A principal perda vindo pra cá foi o rio, acesso à educação e feira. O lazer aqui é difícil, né?! Então, essas foram as piores perdas que a gente teve, né?!”* (Fátima, 11 de julho de 2018). Outra narrativa que é de Júlia, afirma: *“Aqui é ruim pra se distrair, quase não tem o que fazer em relação a isso (lazer), principalmente pra mim que fico mais é dentro de casa mesmo”* (Júlia, 11 de julho de 2018).

Como se pode perceber, nas falas das mulheres a queixa sobre o lazer no reassentamento São Francisco de Assis é marcante. Já na fala dos homens apesar de alguns destacarem a falta do rio para suas atividades de lazer, a maioria – considerando aqueles que afirmaram fazer alguma atividade desse tipo – afirma que não deixou de pescar ou caçar após a mudança para o reassentamento, pois eles deram continuidade a essas práticas em outros lugares. Os homens costumam ir ao um bar que fica no reassentamento, isto é, aos homens há a liberdade de saírem de suas casas para atividade

de lazer, enquanto a mulher não pode se ausentar por dias como os homens quando caçam ou pescam, tampouco frequentar um bar, como o fazem. A perspectiva de que nem todo lugar é culturalmente visto como lugar de mulher, pode ser entendida como “uma especificidade da relação de mulheres em um ambiente associado às relações masculinas, neste caso, o bar, implica a negação de uma hierarquia social” (FIGUEIREDO, 2009, p. 03) que impõe a “oposição entre o universo público, masculino, e um mundo privado, feminino, entre a praça pública e a casa” (BOURDIEU, 2005, p. 72). Se as mulheres fossem ao bar para se divertirem assim como os homens, deixariam de obedecer ao “código da casa e da família”, assumindo o “código da rua” (DAMATTA, 1987, p. 52). Para Figueiredo isso “faz com que as mulheres compartilhem de um novo status social, que desobedece a lógica tradicional de organização social e divisão do trabalho” (FIGUEIREDO, 2009, p. 03).

Posto isso, podemos compreender o motivo dos homens não se queixarem do lazer tanto quanto as mulheres, já que eles continuaram com as atividades de lazer, ao contrário das mulheres que não frequentam mais os festejos, não tem atividades envoltas ao rio e não podem pescar, caçar ou ir à um bar. Portanto, suas narrativas apresentam os lugares sociais que ocupam dentro da lógica sexista e, nesse caso, podemos verificar por meio da temática do lazer que os papéis sociais das mulheres foram reforçados após a ida para o reassentamento.

A permanência das mulheres no reassentamento, diante do acesso limitado as atividades de lazer, mostrou o contrário quanto a possibilidade que os homens têm de distração, pois eles podem se distrair durante o jogo de futebol, momentos de pesca ou na ida à um bar. As mulheres, por outro lado, não têm momentos recreativos semelhantes. As atividades envoltas a família aparecem nas narrativas como um dos papéis das mulheres.

Na narrativa de Júlia, ela explica:

Aqui você ir pra fora é só para ir pra roça, né?! Eu morava com minha a minha mãe. Minhas filhas não quiseram vir pra cá, elas só vêm para cá no final de semana, durante a semana elas estudam lá. Lá é tempo integral, elas passam o dia na escola e aqui elas tinham que ir pra cidade e levantar mais cedo, né?! 'É' quatro horas da manhã e tal, aí elas não quiseram vir pra cá porque aqui também não tem muito o que fazer. (Júlia, 11 de julho de 2018)

Há uma escola no reassentamento que funciona até o quinto ano, segundo as narrativas das mulheres e dos homens entrevistados. Acima dessa série, estudantes precisam se deslocar até a cidade de Porto Nacional ou Palmas. Por isso, para facilitar o

transporte das filhas, a entrevistada disse que as deixam com a mãe durante a semana já que ela mora mais próxima da escola.



Escola Municipal Antônio Benedito Borges. Foto: Samara Letycia Moura Borges

A entrevistada diz que as filhas não gostam de ficar no reassentamento porque não tem “*muito o que fazer*” (11 de julho de 2018). Diante das narrativas concedidas pelas entrevistadas e entrevistados, pode-se dizer que antes havia a possibilidade de realizarem atividades recreativas. Assim, “para a população ribeirinha, com a construção da Usina e com a formação do reservatório, o rio Tocantins perdeu todo o seu referencial (PARENTE; MIRANDA, p. 560, 2014). Antônio fala sobre as atividades que envolviam o rio no antigo lugar de morada: “*Tinha o rio pra gente pescar, banhar... fazer tudo. Vindo pra cá, perdemos isso. Aqui ninguém tem um lazer pra dá assim, ir nos matos pegar umas frutas, pescar... aqui não tem*” (Antônio, 11 de julho de 2018).

Quanto ao aspecto de gênero, o distanciamento do rio dificultou os momentos de lazer das famílias, sobretudo da mulher que é a responsável por grande parte das demandas familiares. Além das demandas familiares que envolve a utilização da água, a proximidade com rio consistia também em momentos que configuravam o lazer e até mesmo, meio de onde se podia obter renda.

O lazer é representado na fala do entrevistado, Antônio, como tomar banho no rio, coletar frutas e pescar. Suas representações nos indicam suas atividades de lazer no lugar que morava, apesar da mudança, os homens ainda possuem meios de recreação. Na fala de Luís, pode-se observar que apesar de perderem o rio, ele ainda encontra formas de lazer: *“Caço. Mas lá no Prata, saio daqui para ir pescar lá”* (Luís, 11 de julho de 2018).

Mesmo com o distanciamento do rio o entrevistado manteve a prática da caça, apesar de ter diminuído, ele costuma ir ao outro reassentamento criado, o Prata, onde pesca com amigos. Apesar das mulheres e dos homens serem deslocados, esse deslocamento quando considerado as relações de gênero, mostra que são as mulheres as mais afetadas. O deslocamento, não incide apenas questões relacionadas a afetividade com o território, pois por meio da análise das narrativas, é possível constatar que o deslocamento das famílias fez com que as mulheres perdessem sua rede de sociabilidade e tivessem suas obrigações ampliadas, pois se os homens se permitem sair para pescar, jogar futebol ou ir à um bar, o mesmo não é condicionado as mulheres entrevistadas.

Do ponto de vista econômico, as mulheres estão em desvantagem porque não são as negociadoras dos produtos que elas também produzem, a manipulação da renda familiar, assim fica sob responsabilidade dos homens ainda que sejam elas as responsáveis pelo controle dos gastos. Quanto a desvantagem social podemos citar aquela acima, na qual os homens podem desfrutar de atividades de diversão fora da casa, enquanto as mulheres são mal vistas se forem para um bar, já que a representação das mulheres na sociedade ocidental rechaça esse tipo de comportamento, o máximo que elas podem fazer é o que a entrevistada, Beatriz, comenta: *“Olhar os meninos ‘jogar’ bola”* (Beatriz, 11 de julho de 2018).

Nesse sentido, ao analisarmos as narrativas dos sujeitos, encontramos com o distanciamento do rio mudanças tanto no sentimento de pertencimento como nas relações de gênero, inferindo então que as posições se mantiveram, uma vez que as mulheres e homens correspondem aos papéis que são elaborados conforme a diferenciação entre os seus corpos, contudo, infere-se também que há um reforço das atividades das mulheres e a subtração de suas subjetividades, pois com a mudança para o reassentamento até os meios de sociabilização foram tirados delas.

Observa-se que desde a construção da hidrelétrica até a mudança para o reassentamento, formou-se uma nova geração e, portanto, novas identidades foram construídas, considerando que para Pollak acontecimentos podem ser “vividos por tabelas”, pois alguns desses sujeitos entrevistados podem ter rememorado o

acontecimento através das falas daqueles o viveram, considerando que eram adolescentes quando se mudaram.

A compreensão de como os efeitos desses processos de construção provocam uma nova identidade ou resignificação torna-se algo preponderante também para entendermos como os sujeitos organizaram seus papéis de gênero. Simone de Beauvoir (1967) ao afirmar que: “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”, inaugurou os fundamentos dos conceitos de gênero, pois segundo Amorim “lutando contra o essencialismo biológico, onde a anatomia era o destino, ela mostrou que ser mulher consiste numa aprendizagem” (AMORIM, 2009, p. 79).

Joan Scott afirma que há muito tempo a missão dos historiadores tem sido a de documentar as vidas das pessoas omitidas e negligenciadas em relatos do passado. Segundo Scott, gênero seria um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 14).

Sobre história e gênero, Scott (1990) elucida que a disciplina História não era apenas uma forma de registro, já que esses registros exprimiam como os sexos se organizavam, dividiam tarefas e funções através do tempo. Nesse sentido, a historiografia reproduziria a diferença sexual, portanto a narrativa histórica nunca seria neutra, pois escolheria os fatos em que os homens eram apresentados como os principais envolvidos.

Joan Scott (1990) propôs uma análise sobre como “as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas”. Assim, analisar as relações de gênero no cotidiano das mulheres e dos homens no reassentamento São Francisco de Assis é importante para entendermos como essas relações implicarão em seus papéis.

O uso da palavra gênero parece ser recorrente nos debates atuais, porém cabe salientar que a acepção desse vocábulo carrega uma polissemia significativa, o uso do conceito de gênero tem sido apropriado de diferentes formas com definições distintas. Ao escrever o ensaio “Usos e abusos de gênero”, a historiadora elucida que foi justamente a utilização recorrente da palavra gênero que a fez pensar que tratava-se de uma palavra esgotada, no sentido de que já não havia o que ser discutido.

Contudo, ao observar as discussões que cercavam um manual de ensino francês⁶, Joan Scott afirma que se percebeu “atraída pela reflexão sobre os múltiplos e conflituosos significados que o gênero foi adquirindo no curso de sua adaptação relativamente recente

⁶ As discussões eram sobre as questões biológicas que estavam no manual de ensino.

numa referência gramatical a um termo que denota a relação social dos sexos” (SCOTT, 2012, p. 331).

A fala de Beatriz aponta a mudança em termos da infância com a usina, mostrando que se perde a sociabilidade na infância com a tevê e internet. Ao lembrar da sua infância, ela diz: *“eu era muito nova quando vim pra cá, mas quando morava lá eu brincava de boneca e limpava as coisas, mas lá eu fazia era brincar”* (Beatriz, 11 de julho de 2018). É observando o cotidiano que podemos construir argumentação que confirmem como são naturalizados os comportamentos das mulheres e dos homens, explicitando que desde muito cedo são estabelecidos o que mulher pode ou não fazer.

Nesse sentido, a fala de Beatriz mostra o quanto essas noções permearam sua infância, sobretudo, nas brincadeiras. Segundo ela: *“Na minha infância eu brincava muito. Brincava do pega e de boneca. Hoje em dia é tudo diferente”* (Beatriz, 11 de julho de 2018). Júlia também lembra das brincadeiras:

Antigamente a gente brincava muito, brincava de boneca, corrida... hoje as brincadeiras ‘tá’ diferente. Hoje o adolescente, a criança ‘tá’ mais na televisão, antigamente não tinha né?! Não tinha isso, computador, celular... Hoje é difícil ir em uma casa que não tenha internet. Então quase não brinca como antes”. (Júlia, 11 de julho de 2018)

Já Fabrício diz: *“Eu gostava de jogar futebol, lembro que eu gostava também de ir pescar com meu pai e de ir para o rio”* (Fabrício, 11 de julho de 2018). Na fala dos entrevistados podemos apreender que culturalmente existe uma distinção atrelada ao comportamento de uma mulher ou de um homem na sociedade. Além disso, nessas falas, podemos verificar, mais uma vez, a implicação dos processos de modernização advindos com a chegada da hidrelétrica, entre elas, a eletricidade e o acesso à internet, os quais alguns entrevistados comparam com as infâncias de outrora.

O que se pode apreender nessas falas também são os marcadores de gênero em suas atividades ainda na infância. Enquanto as duas entrevistadas, Beatriz e Júlia afirmaram as brincadeiras com bonecas, o entrevistado Fabrício, fala que jogava futebol e gostava de pescar com o pai, práticas de lazer que culturalmente representa-se como masculina. Dessa forma, desde muito cedo as identidades associadas aos aspectos fisiológicos podem ser percebidas nos discursos e práticas das mulheres e dos homens entrevistados.

2.1 Narrativas das vivências no reassentamento

Embora tenhamos discorrido gênero como categoria de análise nessa pesquisa, é importante sublinhar que no cotidiano das mulheres e dos homens reassentados as definições dos papéis entre elas e eles parecem ser constituídos a partir de uma diferença baseada no sexo.

Todavia, essas categorias (mulher e gênero) são importantes para analisarmos suas relações. Segundo a historiadora Joana Pedro, o uso da palavra “gênero tem uma história tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, tendo uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos que visavam igualdade e respeito” (PEDRO, 2005, p. 78).

Para a autora, a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se “travaram dentro do movimento, onde se buscava uma explicação para a subordinação das mulheres” (PEDRO, 2005, p. 78). Contudo, no início do movimento feminista, a palavra gênero não estava presente. A categoria usada era “mulher”, esta pensada em contraposição à palavra “homem”, considerada universal (PEDRO, 2005, p. 80). Entretanto, “o que os movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal em nossa sociedade é masculino e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino” (PEDRO, 2005, p. 80).

Para Luisa Passerini, existe uma equivalência entre a história de gênero e a história das mulheres. De acordo com ela, para “algumas historiadoras não há muita diferença entre as duas; para outras, porém, a diferença é bem grande” (PASSERINI, 2011, p. 95). Logo, aqui essas duas histórias encontram-se no lado da equivalência, apesar de ser necessário entender suas constituições analíticas. Posto isso, entendeu-se gênero aqui como uma categoria construída socialmente, não tratando de categoria dada, ou simplesmente essencial aos indivíduos. Já a categoria mulher e homem aqui é vista como características que marcam as diferenças sociais dos sujeitos a partir da percepção do sexo.

Segundo Passerini, houve alguns historiadoras que buscou o meio termo. Entre elas, está Lynn Hunt. Para Hunt (1998) a história de gênero não teria se desenvolvido sem o florescimento da história das mulheres nos anos 1970 e 1980. A afirmativa da autora vai ao encontro do que Joana Pedro (2005) elucidou nos parágrafos acima. Dessa forma, uma das dificuldades encontradas ao fundamentar essa pesquisa foi distinguir essas histórias, optando-se em apoiar em suas equivalências. No lado da observação dos papéis

das mulheres e dos homens reassentados podemos identificar o quão presente as concepções da história da mulher estavam presente. Por outro, entendeu-se também que esses papéis são vinculados a uma construção social e cultural que os organizam.

Desta maneira, “ser mulher” é inferido por uma concepção que perpassa a uma construção, não é reflexo de uma situação indiscutível, no entanto, para Freitas e Chaves:

Não se trata de negar a materialidade dos corpos, de negar, por exemplo, a ocorrência dos ciclos fisiológicos e suas ações de regulação hormonal. Mas de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que essas características materiais, neste caso, características biológicas sexuais, adquirem significados” (FREITAS; CHAVES, 2011).

O fato é que, “gênero e sexo estão, na verdade, igualmente atravessados pela História e pela Cultura” (BARROS, 2010, p. 47). Partilhando do pensamento de Scott (1990) ao considerar a importância da historicidade de gênero, gênero é uma categoria que permite a historiadora ou historiador dá inteligibilidade as normas regentes que estabelecem as práticas e interpretações dos sujeitos. Cultura, por sua vez, é igualmente relevante e intrínseco a essa normatividade. Com essa categoria juntamente com a de gênero, podemos compreender como os comportamentos são significados pelos sujeitos que vivem em um mesmo lugar.

Dessa forma, a expressão “identidade de gênero” nessa dissertação, remete a uma concepção precisa de que a combinação das formas práticas e de dar significado a elas, constituem suas identidades. Assim, ao aproximarmos gênero dessas identidades, podemos entender como por meio de uma específica organização, os sujeitos se identificam, refletindo operação que não é apenas interna, já que ela é resultante também de uma identidade construída no exterior desses corpos, através de conjunto de fatores que fundamentam e regulamentam as práticas.

Nesse sentido, Miranda e Schimanski (2014) acreditam que:

(...) Falar em gênero implica a priori discorrer sobre uma identidade de gênero, a qual diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres no contexto social (MIRANDA; SCHIMANSKI, 2014, p. 67).

Isto posto, é insuficiente afirmar que os papéis das mulheres e dos homens reassentados são resultantes de um determinismo biológico. Já que é preciso considerar que existem fatores sociais e culturais que fundamentam a construção de comportamentos aceitos para mulheres e homens na sociedade. Logo, as atividades das mulheres e dos homens não podem ser analisadas como uma prática esvaziada de sentido, mas como um sentido compartilhado e construído por ambos.

Cultura é para Hall, categoria importante para a representação. De acordo com o autor, “cultura é um dos conceitos mais complexos das ciências humanas e sociais e há várias maneiras de precisá-lo” (HALL, 2016, p. 19). A categoria cultura é importante neste trabalho porque por meio dela, entendemos como os papéis de gênero são organizados pelas pessoas que compartilham do mesmo significado atribuído ao ser mulher. Hall acredita que “membros da mesma cultura compartilham conjuntos de conceitos, imagens e ideias que lhes permitem sentir, refletir e interpretar o mundo de forma semelhante.” Para o autor, os sujeitos pertencentes a uma mesma cultura “devem compartilhar, em um sentido mais geral, os mesmos “códigos culturais” (HALL, 2016, p. 23).

Dessa forma, podemos estender a partir da perspectiva de identidade cultural proposta por Hall (2016), as identidades de gênero, uma vez que se os comportamentos que uma mulher tem na comunidade que ela pertence é aceito e, portanto, visto com normalidade é porque todos os que compõem essa comunidade compartilham do significado de ser mulher, isto é, possuem uma mesma identidade nos que diz respeito aos símbolos conferidos aos seus corpos.

Logo, cultura é aqui entendida como categoria apropriada nessa pesquisa, pois a partir dela compreendemos como se estabelecem os sentidos de gênero. Considerando cultura como um conjunto de significados compartilhados e que as diferenças sexuais são formas de organizações, é preciso entender que existe uma construção cultural por trás dessa disposição.

Ao situarmos as divisões sexuais em uma comunidade específica e não trazer apenas as narrativas das mulheres, torna-se interessante justamente para entender que as representações dos homens em relação ao ser mulher não se distancia da percepção das mulheres em relação aos seus papéis, ao apresentar os seus costumes, mostra-nos também que as ações do dia a dia aparecem com naturalidade.

Por isso, opta-se em não generalizar as experiências dos sujeitos. Por meio da história oral, ratificamos ainda a importância de abordar essas experiências, firmando-nos na perspectiva da história cultural ao compreender que representação e cultura foram categorias basilares nessa pesquisa para analisarmos o significado partilhado pelos membros de uma mesma comunidade que legitimarão suas práticas. As práticas das mulheres e dos homens tanto antes como após a mudança para o reassentamento São Francisco de Assis em relação aos seus papéis, são organizadas através da divisão sexual. Na narrativa de Ivete, podemos notar a mobilidade dessas práticas. Ela diz:

“Antes de vir pra cá, eu colhia frutas, cuidava das crianças... essas coisas, sabe?! Coisas de mãe” (Ivete, 11 de julho de 2018).

Ivete fala acerca de um de seus outros papéis: *“Cuido das crianças, elas ‘estuda’, tem que cuidar das crianças, né?! Uma turma estuda de manhã e a outra à tarde. Cuidar da horta, das coisas... das criações, a galinha é pouca, mas a gente “tá” cuidando” (Ivete, 11 de julho de 2018).* Nessas narrativas podemos constatar essa divisão sexual, já que todas as tarefas descritas pela entrevista cabem a mulher que é mãe.

Outro aspecto importante de ser notado é que as mulheres demonstram através de suas narrativas e nas dos próprios homens, desempenharem mais atividades, mesmo assim a imagem da mulher é daquela que faz os serviços menores ou mais leve, é o que diz Raul: *“O trabalho mais fácil eu deixo pra ela fazer, só quando vejo que tá muito corrido aí que vejo o que posso fazer” (Raul, 11 de julho de 2018).*

Tratando da imagem da mulher, outra fala de Ivete também chama atenção para como essa imagem da mulher está muito atrelada ao papel de mãe. Ela diz que:

Ser mulher pra mim é ser... já pelo fato de você ser mulher, você já vai ser mãe. Parece que o M da mulher já era o M de mãe. Antes da usina eu era uma mulher mais corajosa. Batalhava mais, buscava mais... sempre trabalhei com serviço voluntário, não deixei de fazer, mas hoje tenho mais dificuldade pra fazer esses trabalhos porque a gente perdeu muitos contatos após a usina, não houve facilidade para os encontros, não tem mais aquele acesso a população e quase toda a população impactada ela ficou mais assim arredia. (Ivete, 18 de janeiro de 2019)

Júlia, por sua vez, constrói imagem semelhante ao falar das filhas. Ela diz assim: *“Ajudo meu marido na roça, cuido das coisas dentro de casa, das minhas filhas... Várias coisas no mesmo tempo, a gente parece que nasce com essa facilidade” (Júlia, 11 de julho de 2018).* Na representação das entrevistadas, além da imagem da mulher está associada a maternidade, ela também está ligada ao voluntariado. Todavia, essa representação não é uma exceção nas falas das mulheres nem tampouco dos homens, é afinal como historicamente as mulheres são representadas e conseqüentemente dados os papéis que perpassam o sexo de seu corpo. O “sexo”, dessa forma, pode ser considerado um marcador das identidades das mulheres e dos homens.

Para Elisângela Amorim (2009) que tem estudado gênero na conjuntura do campo, a divisão dos papéis das mulheres e dos homens é muito atrelada ainda ao que é ser mulher e homem na sociedade, sendo as mulheres responsabilizadas por atividades “invisíveis”. Em relação a divisão dos papéis de gênero na realidade rural, penso que embora mudanças nesses aspectos já estejam em curso, ainda seja muita a diferença de gênero que permeia esse espaço. Os discursos em volta da imagem da mulher retorna as

discussões que se pensava já estarem de certa forma superadas, mas que ao observar a realidade campesina, mostra-se ainda problemático.

Entretanto, penso também que as atividades delegadas as mulheres no campo, não são absolutamente invisíveis, já que esses papéis são bem explícitos em suas falas. À vista disso, acredito que essas atividades são invisibilidades pela organização social de gênero, onde a representação do que seja masculino leva a invisibilidade feminina. Dessa forma, é através da análise e problematização desses papéis que reconhecemos essa invisibilidade.

Por conseguinte, se para Castells “a importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos, instituições e organizações” (CASTELLS, 1999, p. 23), ao considerarmos a casa como uma instituição, podemos entender com essa afirmativa que os papéis das mulheres e homens envolvem uma negociação e que a posição histórica do homem nas relações não pode ser tomada como condição natural. Maria Carvalho a esse respeito, acredita que existe um “consenso de que os gêneros, noções de masculinidade e feminilidade, não formam uma relação de complementaridade, mas de oposição e hierarquia” (CARVALHO, 2010, p. 76).

Saffioti (1999) acredita que ao homem é dado o papel de “chefe de família” devido ocupar uma posição privilegiada. Logo, a construção da imagem do homem em nossa sociedade coube como do “sexo forte”, já da mulher, como “sexo frágil”. De acordo com Soraya Januário:

Ainda hoje para pessoas não sensibilizadas pelos estudos de gênero, a masculinidade é entendida como atributo ‘natural’ do homem. É frequentemente associada a características como força, virilidade, agressividade e dominação (JANUÁRIO, 2014, p. 399).

Nesse sentido, é apresentada a representação do papel nas atividades diárias de Raul. Ele diz que: “*Eu cuido da parte mais pesada. Ela aí (a esposa) cuida de regar a horta, cuidar dos animais menores, é mais fácil pra ela, né?!*” (Raul, 11 de julho de 2018).

Assim, conforme qualifica o papel da mulher, o entrevistado coloca em dualidade essas duas representações entre as tarefas desenvolvidas por uma mulher ou homem: as mulheres como o sexo que deve fazer as coisas mais fáceis no universo do trabalho, enquanto o homem deve ser o responsável pelas tarefas mais pesadas. Contudo, como pôde-se perceber ao longo do presente estudo, as mulheres acabam assumindo mais funções do que os homens. Evidentemente, as tarefas das mulheres em relação a

domesticidade apresenta-se como uma obrigação à parte. Sendo assim, torna-se quase que desnecessário elencar as tarefas diárias das mulheres envoltas ao cuidado da casa na fala dos homens, já que é naturalizado, fazendo com que elas não se somem com as demais.

A naturalização dos papéis das mulheres e dos homens corresponde a uma operação estabelecida a muito tempo. Basta analisarmos os papéis dados de acordo com “sexo” desde a Idade Média ou, no caso brasileiro, ainda no período colonial. Os problemas gerados com essa organização da divisão dos papéis com base no sexo consiste em uma mão dupla, já que da mesma forma que ocorre uma naturalização desses papéis, há também uma naturalização das desigualdades em vários aspectos da vida prática das mulheres, desde as funções mais corriqueiras das vivências do lar, até as discrepâncias salariais ou no contexto da violência.

Nesse sentido, se reitera a análise e problematização dessa naturalidade para que assim seja possível desnaturalizar a conduta das mulheres e dos homens que há muito tempo são firmadas sobre um alicerce patriarcal. Assim, Hunt acredita que “gênero como categoria deve ser constantemente desconstruído” (HUNT, 1998, p. 59). O contrário, caso não se problematizasse esses papéis seria colocar essas condutas em posição inquestionável e incapaz de alterar a regra em que é operada.

Na tentativa de entender a distribuição dos papéis de gênero, Miranda e Schimanski retomam ao período colonial para explicar como a divisão dos papéis entre mulheres e homens esteve atrelado às noções das diferenças sexuais:

(...) Houve um esforço contínuo dos europeus em substituir o modelo econômico de produção que, necessariamente, acabou alterando as formas de relações entre mulheres e homens, visto que no sistema de caça e coleta as atividades eram divididas, mas não pressupunham hierarquias entre homens e mulheres. A agricultura era apenas de subsistência, sendo responsabilidade das mulheres, mas a partir do momento em que ocorre uma intensificação da produção para gerar lucros, há uma inversão no seu domínio: agora é o homem que passa comandar este setor (MIRANDA; SCHIMANSKI, 2014, p. 77).

Antônio diz na entrevista que em relação aos assuntos domésticos, pra ele, “*não mudou muita coisa*”, o que mostra que quanto a isso, não houve mudança, pois para ele “*continua o mesmo sistema*”. A representação de “*mesmo sistema*” do entrevistado é em relação ao fogão, já que: “*Lá nós ‘tinha’ o fogão caipira, cozinhava no caipira e tinha o fogão a gás. Aqui nós ‘usa’ o mesmo jeito*”. Contudo, perguntei se ele cozinhava em casa diariamente, ele me respondeu: “*lá uma vez a gente cozinha*” (Antônio, 11 de

julho de 2018). Logo, percebi que o sistema no qual ele se referia era ao do fogão usado no reassentamento.

Cabe dizer que esse sistema também pode significar nessa pesquisa algo que diz respeito aos papéis de gênero. Ao dizer que “*continua o mesmo sistema*”, o entrevistado deixa entender que esses papéis continuam do mesmo jeito, já que é sua esposa e filhas quem cozinha diariamente, cabendo acentuar que ele e os filhos concentram suas atividades na produção agrícola.

Ao perguntar Fabrício, filho de Antônio, sobre as tarefas em relação a casa, ele responde: “*Cozinhar eu gosto de cozinhar. Cozinhar é comigo mesmo. Mas não gosto de lavar. Mas assim ... Não cozinho todos os dias, quem cozinha mesmo é minha mãe*” (Fabrício, 11 de julho de 2018). Então, pode-se perceber que o entrevistado associa o ato de cozinhar a uma distração, ao contrário da mãe que o tem como obrigação diária. Essa atribuição demonstra a posição dos gêneros, posição que privilegia o homem, pois mesmo se uma mulher não goste de cozinhar, não haverá um homem para fazer em seu lugar, portanto ela terá de fazer gostando ou não.

Dessa forma, é muito aparente uma divisão dos papéis entre elas e eles marcada pelos simbologia do que é ser mulher. Nesse sentido, Pierre Bourdieu acredita que as relações sociais oferecem:

Uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar e agir) (BOURDIEU, 2002, p. 04).

Tratando desses papéis, Bourdieu acredita que:

A divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, fora/público etc. (BOURDIEU, 2002, p. 11).

Posto isso, a divisão das atividades no reassentamento já começaria pela identificação e enquadramento dos corpos, mulher ou homem, sendo essa oposição como um dos mecanismos que opera na divisão de suas funções, assim, a oposição entre macho/fêmea, fraco/forte, afetivo/racional certamente marcam essas relações.

O cotidiano das famílias, nesse sentido, nos possibilita compreender também como funciona gênero e, ao utilizarmos cultura como categoria que contribui na interpretação das relações entre mulheres e homens, verificamos que gênero e cultura são pertinentes para entender o cotidiano das famílias que foram mobilizadas com a

construção da usina hidrelétrica, já que esse conjunto de símbolos que são aceitos pela comunidade são as referências que nos orientam para entender como são operados.

Raul, professor aposentado, morador do reassentamento São Francisco de Assis é pontual ao responder que não tem tarefas relacionadas a casa. Apontando para a esposa, ao lado, ele responde: *“É ela aí... Ela quem cuida dos domésticos, mas as vezes está muito aperreado aí eu ajudo. Vou ajudando também porque as vezes estou parado em casa”* (Raul, 11 de julho de 2018).

Essa narrativa permite identificar o lugar social do homem, por isso, podemos entender a hierarquização de gênero por meio da representação em que o entrevistado entende como o papel de mulher. Pode-se observar que o lugar social do homem não cabe responsabilidades domésticas (quanto a limpar, cozinhar etc.) e, portanto, não existe uma divisão quanto a elas. A naturalização da sobrecarga das atividades da mulher perpassa também a perspectiva da dominação masculina de Pierre Bourdieu, o qual, afirma que a naturalização pertence aos esquemas de pensamento que:

“De aplicação universal, registram como que diferenças da natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos” (BOURDIEU, 2002, p. 11).

Assim, às mulheres são relegadas as múltiplas tarefas e isso é visto com naturalidade. Além, obviamente dessa naturalização da sobrecarga da mulher, as funções atribuídas a elas operam dentro da lógica dos ciclos designados por Bourdieu (2002) como “biológicos e cósmicos”.

A narrativa de Antônio se assemelha com outras falas masculinas, o que nos aparece como uma “regra”, mas que na verdade só constata o compartilhamento cultural, representativo e simbólico do ser mulher. Durante a entrevista com Joaquim, falávamos sobre suas tarefas e de sua esposa, sua fala apontava que não havia mudança com a ida para o reassentamento, pelo menos em relação a divisão de suas atividades, ele diz: *“Continua a mesma coisa. É o dia a dia mesmo, não tem como mudar. Dividimos as tarefas. Trabalho na roça, ela (esposa) na casa”* (Joaquim, 11 de julho de 2018). Quando o entrevistado fala que *“não tem como mudar”*, fica explícito o que Bourdieu esclarece:

“A divisão entre os sexos parece estar na ‘ordem das coisas’, como se diz por vezes pra falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2002, p. 12).

Sendo assim, como a divisão entre os “sexos” é tida como uma “ordem”, por isso o entrevistado enfatiza que ela (a divisão) “*não tem como mudar*”. Quando tratamos dos papéis sociais dos homens e das mulheres, falamos de gênero enquanto funcional nas relações, pois a sociedade em suas diferentes esferas evidencia que todas elas são o que Bourdieu (2002) chamou de “sexuadas”.

Dessa forma, é perceptível a divisão das tarefas no cotidiano das famílias reassentadas com base na distinção entre os corpos. Os papéis desenvolvidos por esses sujeitos integram o cotidiano, podendo ser percebidos como algo naturalizado em suas narrativas.

O lugar em que os sujeitos estavam acostumados, muda obviamente pelos espaços de sociabilidade e pela intensificação dos trabalhos das mulheres. Tanto na nova realidade nos reassentamentos, como antes da mudança para ele, as mulheres sempre tiveram que lidar com várias tarefas, sendo elas reforçadas com a mobilização para o reassentamento.

A teoria da política sexual que explica a subordinação das mulheres em um sociedade e as novas releituras dessas teorias é apropriada para analisar os papéis das mulheres e dos homens reassentados, já que a compreensão do significado de ser mulher conforme elucida Joana Maria Pedro (2005) e defende Rivera (2010) foi a primeira categoria que buscou explicar a subordinação e a influência do sexo na divisão social do trabalho na sociedade.

Segundo as autoras, antes não eram contestados os motivos da mulher e homem estarem concentrados em certas funções sociais, essas eram simplesmente vistas como papéis naturais, determinados pela biologia de seus corpos. As categorias, evidenciaram o quão a sociedade é patriarcal em diferentes temporalidades, sendo que a essa política sexual é atribuída um processo de “silenciamento de mulheres” (Rivera, 2010).

Gênero é, portanto, muito expressivo nessa pesquisa para o entendimento da construção social dos comportamentos dos indivíduos, a essa realidade podemos entender que ela “é previamente dada para cada ser humano, que passa a conviver

socialmente” (SAFFIOTI, 1999, p. 82). Mas é válido dizer também que esse comportamento não é simplesmente dado, ele é resultado de uma construção.

Falar de gênero aqui implica em falar da teoria das diferenças sexuais. Assim, para explicar tal afirmativa Miranda e Schimanski (2014) dizem que:

Em termos sociais e culturais, a unidade lexical “gênero”, na sua acepção pragmática, vem sendo usada desde a década de 1970 para nortear questões que se referem às diferenças sexuais. Do latim *genus*, o termo gênero significa raça, extração, família. Contudo, ele foi inicialmente usado pelas feministas americanas no intuito de mostrar o caráter social das distinções baseadas no sexo. O termo proposto era defendido por historiadoras que afirmavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria os paradigmas científicos, o que, além de propor novos temas, imporia uma reavaliação crítica aos critérios do trabalho científico, implicando em um novo olhar sobre a história ou até em uma nova história (MIRANDA; SCHIMANSKI, 2014, p. 67-68).

Assim, entendemos a partir disso que para as mulheres são delegadas as tarefas que a sociedade entende como de mulheres e o mesmo ocorre aos homens. De acordo com Santos (2007):

Os primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens buscavam se situar sobre o aspecto feminino, sobre seu corpo e sexualidade. As características biológicas, entre elas a pouca força física e até mesmo o menor peso do cérebro, estavam no centro desta concepção. Na tentativa de explicar que é da “natureza” feminina ser frágil e da “natureza” masculina ser forte. Que o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais (SANTOS, 2007, p. 04-05).

Santos (2007), no entanto, esclarece que “a explicação biológica subalterna da mulher sustenta-se até o avançar do capitalismo industrial”. Momento em que mulheres e homens passam ser inseridos na produção industrial. Seria insuficiente aqui também explicar as diferenças dos papéis das mulheres e dos homens reassentados a partir das marcas biológicas, já que diferenças são marcadas por meio da imagem que o sujeito tem de si e do outro de acordo com sua realidade cultural, social e temporal.

Nesse sentido, gênero e mulher, na verdade, são categorias a meu ver indissociáveis. Santos (2007), neste sentido, ratifica:

Entender e constituir uma categoria de análise que seja relacional, pois mulheres e homens são indivíduos que se diferenciam sob o aspecto reprodutivo. Com efeito, só podemos defini-los correlativamente. Para tal, a substituição dos chamados estudos feministas ou das mulheres pelo termo gênero como categoria de análise se fez urgente (SANTOS, 2007, p. 08).

A urgência de gênero como categoria, emergiu questões importantes de serem pensadas no quadro científico:

Ocorre que por um determinado tempo, em vários estudos, foi visível a substituição dos termos “mulheres” por “gênero”, mais pelo fato de ser uma necessidade de inclusão do tema nas ciências sociais, do que propriamente uma construção de um conceito que compreende a necessidade de relação entre homens e mulheres. Visando a aceitabilidade científica do campo de pesquisa relacionado ao estudo das mulheres, o conceito gênero apresentou tendência a neutralidade, pois enquanto o termo “estudo das mulheres” ou “história das mulheres” salienta a posição feminina como agentes sociais históricos, o termo “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, não se constituindo, criticamente, às análises sociais vigentes (SANTOS, 2007, p. 08).

A citação acima situa minha inquietação desde a graduação ao pesquisar o impacto da mudança para o reassentamento na perspectiva de gênero. Entendo que cada pesquisador e pesquisadora tem suas pretensões ao eleger um determinado gênero para sua pesquisa, no entanto, foi incômodo analisar apenas as narrativas das mulheres naquele momento acadêmico. Por isso, pretendi levar esse estudo mais adiante, analisando as narrativas das mulheres e dos homens reassentados porque sempre entendi gênero como relacional.

Assim, acredito que as teorias feministas que se apoiam na explicação da subordinação das mulheres sob essa perspectiva fazem sentido na observação dos comportamentos dos sujeitos reassentados, pois essas teorias sustentam a explicação de que os papéis das mulheres e dos homens reassentados são fundamentados na construção social de suas imagens. Os papéis das mulheres e dos homens do reassentamento São Francisco de Assis, dessa forma, pode ser entendido como um comportamento construído socialmente.

2.2 Novas gerações: novas identidades?

A assertiva de Simone Beauvoir “ninguém nasce mulher, mas se torna” (BEAUVOIR, 1967, p. 09); é pertinente nessa seção. Comumente, as entrevistas com as mulheres e os homens passam a ideia de que há uma normalidade em suas condutas. É sobretudo na fala de Ivete que conseguimos situar a assertiva de Beauvoir (1967). Quando a entrevistada afirma que *“pelo fato de você ser mulher, você já vai ser mãe. Parece que o M da mulher já era o M de mãe”* (Ivete, 18 de janeiro de 2019). Embora a assertiva de Beauvoir (1967) seja contrária a essa explicação, podemos verificar o quão a imagem e consequentemente as funções sociais das mulheres denotam um determinismo biológico.

Dessa forma, ao discorrer sobre a desmitificação da prática feminista, Funck (2014) aponta para a importância de entendermos como são percebidas e atribuídas um

modelo imagético de comportamento as mulheres e os homens reassentados que significam suas ações. Nas falas de todas e todos participantes da pesquisa, pôde-se observar os papéis de gênero. Entretanto, nas falas dos sujeitos abaixo dos quarenta anos de idade é perceptível o quanto as questões de gênero marcam os comportamentos cotidiano ainda na infância e adolescência.

Beauvoir (1967) explica os comportamentos atribuídos aos sexos como marcas estabelecidas ainda na infância. Segundo a autora, é a partir do contato com o outro que começam a se fixar essas diferenças, mas, ela observou que a percepção dessas diferenças não se dão nos primeiros anos de vida dos sujeitos. Para ela, a partir de uma determinada idade, a menina e o menino começam a se enquadrar em privilégios. Se a menina continua a receber uma atenção afetiva pelos pais e os meninos começam a ser tratados com maior rigidez: “Um homem não pede beijos... um homem não se olha no espelho... Um homem não chora, dizem-lhe. Querem que ele seja ‘um homenzinho’.” Ainda segundo a autora, “é libertando-se dos adultos que ele conquista o sufrágio deles” (BEAUVOIR, 1967, p. 12).

Em um primeiro momento, aparentemente o fato de as meninas ainda continuarem recebendo afeto, as colocam em uma posição privilegiada. Contudo, a autora ressalva que “se o menino se apresenta a princípio como menos favorecido do que as irmãs, é que lhe reservam maiores desígnios. As exigências a que o submetem implicam imediatamente uma valorização” (BEAUVOIR, 1967, p. 12-13).

Assim, desde a infância existe um tratamento que marcam os corpos de “menina e menino”, sabendo disso, podemos entender o estabelecimento de hierarquias entre mulheres e homens na sociedade. Nesse sentido, os papéis das mulheres e homens abaixo dos quarenta anos de idade, parecem ser divididos com base na concepção de que incontestavelmente e imutavelmente existem atividades que só as mulheres ou os homens podem cumprir.

Papéis relacionados ao cuidado é um dos que são delegados a mulher, historicamente. Além do cuidado com a casa, das filhas, filhos, plantação, colheita e comercialização, há para algumas das mulheres a função de cuidar de algum parente. Beatriz, 31 anos, é filha de Antônio. Antônio tem cinco filhos, sendo três mulheres e dois homens. Mas, é ela quem cuida da avó paterna. Quanto as outras filhas, Antônio fala que: “Elas ficam aqui na casa, elas trabalham na casa mesmo aí. Lavar, cozinhar, arrumar as coisas” (Antônio, 11 de julho de 2018).

Dessa forma, não se deve tomar o direcionamento das atividades como cozinhar e lavar ao enquadramento das filhas como uma algo aleatório, pois conforme as discussões das estudiosas de gênero, é assim que opera a organização dos papéis das mulheres e dos homens, com base na divisão sexual. Por isso, o entrevistado não associa essas atividades aos dois filhos já que, culturalmente, menino não foi criado para essas funções.

Ao perguntar o motivo que a levou, apesar de ter mais irmãos a cuidar da avó, é o irmão, Fabrício, no fundo da entrevista que responde. Ele diz: *“É porque a ‘vó’ gosta de ser cuidada por ela (irmã) e só quer ela para cuidar”* (Fabrício, 11 de julho de 2018). Beatriz, por sua vez, responde: *“Minha vó gosta que eu cuide dela, por isso que sou eu mesmo que cuide dela. Não tem outra pessoa não”* (Beatriz, 11 de julho de 2018). Seria superficial dizer aqui que o fato da narradora ser a responsável pelo cuidado da avó é apenas afetivo e que a escolha da avó em tê-la como sua cuidadora é por esse mesmo motivo.

Assim, mesmo tendo outras pessoas para cuidarem, a entrevistada toma essa posição como exclusivamente sua. Mais uma vez, a naturalidade que são apreendidas as situações cotidianas, revela-nos a complexidade de um sistema que foi firmado historicamente com o outro, conforme enfatizou Beauvoir (1986). Dessa forma, assim como memória e representação, as relações de gênero nos indicam a existência de um campo de negociação.

A ideia de superioridade masculina, certamente, deixa os homens em uma posição privilegiada. Essa ideia tem sido consolidada através de discursos das mídias e instituições, o que provoca o reforço da imagem de subordinação da mulher e as disparidades que essa concepção emana nas atividades domiciliares e laborais.

A noção de que existe uma superioridade masculina, reforça também as próprias representações das mulheres em relação ao controle de seus corpos. Isso é muito perceptível quando uma mulher afirma que “o homem pode isso e aquilo”. Evidentemente, não se pode negar que existe não só uma posição abstrata ocupada pelo homem, já que essa ocupação é percebida na prática e gera consequências concretas.

De certo, existem alguns fatores que dão pistas das diferenças dos papéis atribuídos a uma mulher ou homem. Dito isso, retornemos a fala de Beatriz e de seu irmão Fabrício que explicam que a avó é cuidada por ela (Beatriz) devido a preferência da avó.

O fator afetivo é também característico de um sentimento envolto à imagem da mulher seja como receptora ou produtora de afeto. Louro (2003) assim como Beauvoir

(1967), acredita que desde as fases iniciais da vida, há o enquadramento em modelo de comportamento de gênero, conforme a imagem conferida a mulher e homem pelos membros da comunidade a qual integramos. Assim, é possível sugerir que a escolha da entrevista em ser a cuidadora da avó perpassa esse significado construído.

As irmãs mais nova da entrevistada não poderiam cuidar da avó porque elas têm entre 12 e 16 anos de idade. Logo, as tarefas dessas adolescentes estão vinculadas a representação dos papéis de gênero atribuído a mulher. Por isso, elas trabalham em casa, lavando e cozinhando, como sublinha o pai porque historicamente a representação da tarefa de mulher é essa. Nessa comunidade reassentada também é assim que são representadas o fazer de mulher.

Esse fazer da mulher é semelhante à de outra família reassentada. Elisa, 31 anos, é filha de Marisa e Raul. O casal possui mais filhos, sendo que um deles, de 14 anos, compartilha da mesma moradia. Marisa e Raul, são idosos e enfrentam algumas dificuldades de saúde.

Elisa é quem cuida e auxilia os dois. Elisa mora próxima a casa dos pais, é casada e mãe de uma menina. Quando pergunto a mãe dela, Marisa, sobre quem a ajuda nas atividades, ela responde: *“Meus filhos de vez em quando... morava mais eu, né?! Me ajudava, agora só tem uma aqui que me ajuda, os outros tão casados, mora pra cá também”* (Marisa, 11 de julho de 2018).

O casal, como dito antes, tem um filho que vive com eles, mesmo sendo casada e vivendo em outro lugar, quem cuida é a filha. Dessa forma, a imagem da mulher como aquela quem cuida, mais sensível parece estar atrelada as divisões dos papéis de gênero nessa realidade pesquisada.

Nesse caso, possivelmente o filho mais novo não cuidaria dos pais como a Elisa devido a idade, além disso, a imagem atribuída ao homem como aquele insensível e mais “durão” importa para esse papel, pois existem outros irmãos adultos que moram próximos também e mesmo assim é ela quem assumiu essa responsabilidade. O cuidado e as atividades domésticas não aparecem como papéis nas narrativas dos homens. Por isso, ao questionar esses papéis, desnaturalizamos algo que é simplesmente percebido como normal e compreendemos como são operadas a representação de gênero nesse reassentamento.

Jorge tem cinco filhos, sendo três homens e duas mulheres. Na sua fala, ele representa o ser mulher da seguinte maneira: *“Eu tenho uma menina, a mais velha mora*

na casa que eu moro, ela cozinha. A mulher dos meus filhos também cozinha que é uma beleza” (Jorge, 11 de julho de 2018).

Nessa narrativa, podemos verificar os papéis entregues as mulheres, o que chama atenção na fala do entrevistado é que ele menciona a filha e as noras em torno do papel de cozinhar, papéis como esse, situados no âmbito doméstico, é comum na fala dos homens ao se referirem as mulheres. As narrativas mostram as representações dos homens quanto ao que eles entendem como papel de mulher, essas narrativas explicitam também que papéis como esses são definidos e desempenhados muito cedo pelas mulheres.

Apropriando-me das palavras de Hall (2006) para falar da identidade e ressaltar que ela “preencheria o espaço entre o mundo pessoal e público, projetamos a nós mesmos nessa identidade cultural, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-o parte de nós”, contribuindo “para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos em um mundo social e cultural (HALL, 2006, p. 11-12).

Ao ser perguntado sobre quem cozinha em casa, Luís responde: “*Minha irmã. Elas tão fazendo o almoço lá, sai de lá... minha sobrinha tá até aí*” (Luís, 11 de julho de 2018). As narrativas evidenciam o lugar de gênero ocupado socialmente pelas mulheres no reassentamento São Francisco de Assis. O ato de cozinhar nas narrativas dos homens reassentados é ligado à imagem da mulher, seja ela mãe, esposa, irmã ou filha.

Os papéis relacionados à casa são delegados as mulheres, o comportamento que se espera das mulheres é o tradicionalmente dado a ela como o cuidado da casa, dos filhos e da família. A representação, nesse contexto, trata-se de uma importante categoria já que esses comportamentos são compartilhados por uma determinada comunidade a partir do mesmo significado que conferem a imagem da mulher.

Certamente, a nova realidade no reassentamento afeta todas as famílias, pois todos sentiram a falta do contato com o rio e de alguma pessoa próxima, no entanto, ao considerarmos a categoria gênero para analisar o impacto disso no cotidiano das mulheres e dos homens reassentados, constata-se que as atividades das mulheres são múltiplas e que elas não deram continuidade as atividades de lazer que tinham antes da mudança para o reassentamento, ao contrário dos homens.

CAPÍTULO III: VIVÊNCIAS NO REASSENTAMENTO: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO COTIDIANO

Ao utilizar as entrevistas como fonte para analisar as representações de gênero no reassentamento São Francisco de Assis, pôde-se verificar no cotidiano dessas famílias como gênero é decisivo na divisão de seus papéis sociais. As experiências dos sujeitos, dessa forma, constituem elementos necessários para apreendermos o significado de ser mulher e ao fazer a análise, paralelamente, podemos constatar o que é o contrário, o não ser mulher que, nesse caso, tende a formular uma imagem masculinizada.

Alguns autores tem chamado atenção da realidade das desigualdades de gênero, no sentido de abordar o quão os papéis que mulheres e homens cumprem em seu dia a dia são ainda demasiadamente atrelados a uma representação conservadora da mulher. Entre esses autores está Mailiz Luza (2012) que constata o seguinte:

No contexto rural esta situação não se diferencia. Na verdade, geralmente aprofunda-se, uma vez que o “tradicional” do modo de vida, de trabalho e das relações sociais é a marca mais forte neste espaço. Os efeitos da tradicional desigualdade de gênero perpassam desde o estabelecimento de uma falsa, ou pelo menos frágil, autonomia das mulheres camponesas, até o estabelecimento de um padrão de acesso aos direitos sociais operado exclusivamente pelas mulheres, em nome de suas famílias, o que – frequentemente – ao contrário de promover autonomia, tem reforçado o papel social do “cuidado” atribuído à mulher (LUZA, 2012, p. 94).

Quanto a este estabelecimento falso da autonomia das mulheres camponesas que a autora pondera, podemos destacar o controle dos gastos tanto no que diz respeito as despesas familiares como na gerência do uso da água e da energia, além disso a fala que reforça a multitarefas das mulheres, torna o estereótipo da mulher autônoma ainda mais marcante e estigmatizado. Pode-se verificar nos estudos de gênero, que tal pensamento disfarçam problemas que se referem a divisão desigual dos papéis assumidos por mulheres e homens, pois a gerência das despesas apenas reforça o privilégio masculino, dando uma falsa impressão de controle pelas mulheres, já que são os homens que geralmente negociam a venda dos alimentos comercializados na feira.

Por isso, acredita-se que conjuntura da venda expõe o reforço que Luza (2012) acredita acontecer não somente nas vivências desses sujeitos, mas nas próprias políticas de acesso aos direitos sociais que segundo a autora “têm reforçado o papel social do cuidado atribuído a mulher”. Considera-se então que o gerenciamento das despesas e do

uso da água feito pela mulher, não é uma posição de autonomia, mas que regula a representação de cuidado conferido a ela.

Nesse sentido, de acordo com Izaura Fischer, a trajetória da mulher no campo “retrata a vanguarda da produção alimentar, na condição de subordinada ao homem e sem a representação social de sua participação efetiva.” Isso é posto na fala de uma das entrevistadas ao acreditar que o trabalho do companheiro é mais difícil, apesar de ela lidar com várias tarefas. A narrativa, mostra que a mulher, “conforme as regras morais, tem como obrigação social cuidar dos filhos, dos animais de pequeno porte, da lavoura em pequena escala e administrar a casa, sem acesso a qualquer recurso financeiro.” Além disso, mostra também que “as atividades que envolvem a decisão e dinheiro são tradicionalmente assumidas pelo homem” (FISCHER, 2006, p. 42).

A narrativa, portanto, é um ato no qual podemos apreender as experiências e as identidades de gênero dos sujeitos narradores. São essas experiências que estamos trazendo com as vivências que são enfatizadas em suas representações sobre o que é ser mulher, baseando no cotidiano em que elas agem. Para Márcio Barbosa “a narrativa é uma mediadora do nosso envolvimento no mundo, a partir da qual percebemos seus objetos e a nós mesmos” (BARBOSA, 2003, p. 82).

Assim, Barbosa (2003) acredita que a vivência abrange as experiências dos sujeitos narradores e que a forma com que as narrativas são organizadas por eles está atrelada a forma com que dispõem as imagens ou palavras para ressignificar o seu mundo. Posto isso, é preciso considerar que “a narrativa, enquanto ato, é uma operação reflexiva, e nisso coincide com o status desse sujeito cultural (reflexivo e consciente) que narra” (BARBOSA, 2003, p. 82).

Portanto, a narrativa das mulheres e dos homens situam suas posições que por sua vez abarcam as vivências sob a perspectiva das relações de gênero. Em seguida, serão destacados dois âmbitos familiares nos quais observou-se a predominância dos papéis das mulheres e que constituem suas experiências. Ressalta-se o ambiente e as tarefas envoltas a casa e a roça, lugares que perpassaram o conteúdo representativo de suas narrações que são enfatizadas com a mudança para o reassentamento São Francisco de Assis. A mudança levanta, dessa forma, diversos elementos que são reforçados e trazidos à tona pelas vivências que são expostas nessa operação reflexiva.

3.1 A casa: o trabalho fácil?

Durante a entrevista, foi perguntado qual teria sido a principal mudança com as mobilizações para o reassentamento na perspectiva das mulheres e dos homens, com isso já se esperava que as respostas poderiam ser distintas, no entanto, as respostas além de evidenciarem interpretações que variam quanto a essa mudança, explicita também os lugares dentro da divisão dos papéis de gênero. Marisa, 55 anos, responde: “*Mudou muita coisa. Aumentou mais o serviço, né?! Porque casa assim no piso, né?! Uma casinha no chão é mais fácil. É mais livre que é tudo limpinho*” (Marisa, 11 de julho de 2018). A entrevistada associou a essa mudança as questões domésticas. Além disso, a estrutura das casas nesse novo lugar mostrou-se como aspecto relevante a ser analisado nas falas.

Antônio, 63 anos, observa que: “*sobre a casa aqui “tá” melhor. Lá a casa era mais fraca*”. A representação de “*casa fraca*” do entrevistado, remete a estrutura da casa que não era a mesma do reassentamento, já que as casas no reassentamento São Francisco de Assis possuem pia, banheiro, energia elétrica e água encanada. Fabrício, 38 anos, um dos filhos mais velhos de Antônio, ressalta que: “*Não tinha energia, mas água tinha bastante e aqui água nós não ‘tem’. ‘Tá’ tudo seco*” (Antônio, 11 de julho de 2018).

Algo importante de ser observado é que a falta de água dificulta as tarefas a serem cumpridas, sobretudo, no cotidiano das mulheres, pois são elas que gerenciam esse recurso e realizam atividades frequentes que demandam o uso da água como a limpeza da casa, o cuidado dos filhos e a preparação da comida. É nesse sentido que a fala de Júlia, 37 anos, é construída: “*A gente passa semana, meses sem ter água. Então tenho que planejar pra ter e antigamente não. Lá era mais acessível isso*” (Júlia, 11 de julho de 2018). Assim, agora é preciso um planejamento do uso da água, já que o racionamento é comum no reassentamento e planejar aparece na fala da entrevistada como uma de suas responsabilidades.

Dessa forma, observa-se que a questão da escassez de água também pode ser apreendida pela perspectiva de gênero na medida em que ela aponta para uma responsabilização de tarefa entrelaçada a imagem da mulher (aquela quem cuida), evidencia-se então que mulheres e homens lidam com preocupações distintas. Isso posto, a mudança em relação ao acesso à água após se estabelecerem no reassentamento, reforçou uma das atividades. Destaca-se ainda com esse problema que anteriormente a maioria das famílias não dispunham de água encanada, o que fazia com que muitas vezes tivessem que buscar água no rio, é o que diz Ivete: “*Buscava água na fonte pra lavar as*

coisas porque meu marido nem sempre estava em casa, então era eu que buscava. O chão não precisava lavar porque não era de cerâmica como aqui” (Ivete, 18 de janeiro de 2019). Pode-se entender que apesar das mulheres lidarem frequentemente antes e depois da construção da usina hidrelétrica com o manejo d’água, com a mudança para o reassentamento esse trabalho é intensificado, uma vez que a estrutura da casa não é a mesma, além disso, “não raro são necessárias mais de duas viagens para suprir a quantidade de água requerida na moradia, caracterizando um trabalho pesado e árduo para essas mulheres” (SILVA, 2017, p. 08), pois as mulheres costumam armazenar a água fora da casa para poderem realizar as atividades.

Sob o aspecto do manejo d’água alguns pesquisadores têm dedicado a estudos e percebido que as mulheres geralmente são as responsáveis pelas questões ambientais. Segundo Bárbarah Silva “como a função de administração da água é delegada às mulheres, também recai sobre elas a logística para o transporte dessa água dos açudes, rios ou cacimbas até as residências” (SILVA, 2017, p. 08). Por desenvolver essa tarefa no cotidiano familiar, segundo a autora, as mulheres que são as primeiras a perceber a qualidade, escassez e a necessidade de controle.

Essa percepção é colocada assim por Elisa: “*Eu percebo que tanto a água e a terra aqui é uma dificuldade pra gente, que foi logo de cara. A terra é cansada, então a gente tem que trabalhar nela e a água a gente não fica mais perto do rio, aqui tem água encanada, mas falta muito” (Elisa, 11 de julho de 2018).* Diante dessa entrevista, verificamos ainda que a imposição do novo estilo de vida com a construção da hidrelétrica, apresenta uma conjuntura contraditória na vida dos sujeitos reassentados, pois a usina hidrelétrica representa água encanada para famílias que antes não possuíam desse tipo de sistema, representa sobretudo energia elétrica, que segundo alguns dos entrevistados não é raro faltar.

Tal conjuntura é percebida pelas mulheres quando falam das mudanças, o que ratifica a afirmação de Silva (2017) que sublinhou que as mulheres são as primeiras a atentar para as questões que envolve o controle da água, mesmo nas atividades da roça que os homens declaram se ocupar, pois as mulheres que gerenciam a água para as diferentes necessidades do dia a dia.

No entanto, uma das entrevistadas elucida que não foi só o racionamento da água que mudou sua rotina. Júlia diz que “*Mudou assim porque antigamente a gente não tinha banheiro dentro de casa, então não dependia de ficar mantendo. E assim ... a gente tinha o poço, né?! Tinha acesso ao rio Tocantins e hoje já não tem também” (Júlia, 11 de julho*

de 2018). Dessa forma, sua fala apresenta uma nova estrutura em relação aos banheiros que certamente exige mais organização e regulação da água. Mais uma vez, verifica-se que as mulheres tendem a citar as diferenças estruturais das casas para falar acerca das mudanças.

Por isso, nota-se ainda que a fala da entrevistada gira em torno da comparação do que tinha antes e depois de ir para o reassentamento. A comparação que as entrevistadas e entrevistados fazem entre esses tempos é interessante porque elas representam também suas posições no núcleo familiar. É perceptível essas posições quando voltamos para as entrevistas com o pai e o filho, Antônio e Fabrício, que também destacam a falta de água e a mudança da estrutura da casa. Contudo, nenhum deles remeteu em algum momento o quanto essas mudanças afetaram suas preocupações diárias acerca da manutenção da casa, ao contrário da entrevistada que falou da mudança já associando as atividades domésticas. Isso demonstra-nos que a responsabilidade com o cuidado da casa não é a do homem. É a mulher que vai se ocupar com as atividades domésticas.

De acordo com Elisangela Amorim, embora possamos observar que as mulheres têm ocupado espaços cada vez mais público, a realidade das mulheres do campo ainda é atrelada a noção patriarcal. Amorim afirma que:

A mulher camponesa, além de toda carga ideológica sexista que enfrenta, produto de uma sociedade patriarcal masculinista, luta lado a lado com seu companheiro e, as vezes, solitariamente como mãe e pai de sua prole, contra os rigores da vida rural e as incertezas da agricultura familiar (AMORIM, 2009, p. 89).

Ainda segundo a autora:

A mulher camponesa é herdeira de uma sociedade estratificada, com papéis bem definidos para mulheres e homens, sustentados numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado às mulheres um papel secundário ao trabalho, na vida pública, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não visível (AMORIM, 2009, p. 89-90).

A mudança para o reassentamento somou a outras preocupações das mulheres, diante de tantas demandas que elas precisam atender. Para Fischer:

No cotidiano rural, as mulheres estão nas duas pontas da cadeia alimentar: na produção agrícola e na transformação desses produtos em alimento. O processo envolve os âmbitos domésticos da roça e da casa, que se configuram, em princípio, como espaços público e privado, respectivamente (FISCHER, 2006, p. 23).

A autora observa ainda que:

Embora interdependentes, a convivência entre essas esferas, se efetiva, numa relação de dominação/ subordinação. O âmbito privado se constitui sustentáculo do espaço público, legitimado como lugar de supremacia masculina (FISCHER, 2006, p. 23).

Assim sendo, destaca-se que a preocupação em manter a limpeza e organização da casa, soma-se a outras como a falta d'água, as condições da terra e educação dos filhos. Parece evidente de que as mudanças estruturais em relação a casa não são tão preocupantes para a posição masculina. Além dessas mudanças destacadas pela Júlia, ela fala ainda a respeito dos “giraís” que eram comuns às casas que ficavam próximas as margens do rio:

Antigamente era um girai, né?! O povo fala que é pia, mas antigamente era um girai e ficava fora de casa. É difícil você vê assim. Aqui você ir pra fora é só pra ir à roça. Hoje você tem a pia e o fogão dentro de casa. (Júlia, 11 de julho de 2018)

Os giraís são pias utilizadas para lavar pratos, esse estilo de pia é comum no interior do estado do Tocantins, sobretudo, na zona rural. Já Elisa acredita que a casa do reassentamento trouxe mais conforto: *“Ah! Mudou tudo, que antes, não tinha conforto nenhum, sabe? E essa (casa) tem. A gente conseguiu, tinha o quartinho da gente”* (Elisa, 11 de julho de 2018). No entanto, ela acredita que serviço doméstico aumentou por causa do piso: *“Antes não tinha chão para passar pano, era só varrer mesmo.”* A casa do reassentamento apresenta conforto para a entrevistada, porque segundo sua mãe, Marisa: *“Nos ‘vivia’ debaixo de um barraquinho, quando vinha chuva tinha que pegar minha menina pequena e colocar no colo, né?”* (Marisa, 11 de julho de 2018).

Como falo das estruturas de algumas das casas na conjuntura atual das famílias reassentadas, é importante falar a respeito da estrutura das casas anteriores. As casas anteriores como apontam as entrevistadas e entrevistados não dispunham de piso, energia elétrica e água encanada. A maioria das casas se caracterizavam por uma estrutura muito diferente de hoje, nesse sentido, Luís diz: *“Casa nossa era de palha. Era parede de adobe. Aqui fizeram a casa de telha e é ruim. Casa de palha é mais fácil, nós não ‘gastou’ muito”* (Luís, 11 de julho de 2018).

As casas de todos os reassentamentos criados são padronizadas, ou seja, possuem o mesmo número de cômodos, construída a partir de único modelo. Coube aos que perderam as terras devido o enchimento do reservatório escolher apenas o terreno. Na narrativa de Luís sobre a estrutura da casa anterior, ele apresenta a nova estrutura da casa como ruim devido aos gastos, já que a manutenção de uma casa de palha não é a mesma de uma casa construída com cimento, além disso essas famílias precisariam pagar energia e água, um gasto que não tinham nos lugares onde viviam.

As narrativas acerca do novo modelo das casas, abordam a manutenção, seja ela envolta aos gastos ou de sua organização. Os gastos tendem a ser enfatizados na fala do homem, tanto pela estrutura da casa como pela mudança, em geral, para o reassentamento. A ênfase nos gastos dada pelos homens, nos permite apreender também a respeito de quem regula o dinheiro. Quando é perguntado para Marisa quem cuida do dinheiro, ela responde: “*É ele aí (aponta para o marido), eu vou levando... controlando para que não precise gastar a mais*” (Marisa, 11 de julho de 2018).

Portanto, na fala é comum o homem regular o dinheiro enquanto a mulher é a responsável em controlar o excesso de gastos com a água, energia, alimentação, entre outras despesas domiciliares. Na fala de Marisa, percebemos que é justamente essa a sua função quanto aos gastos: controle do uso dos recursos que demandam dinheiro.

As famílias que foram reassentadas viviam em fazendas próximas ao rio, com o enchimento da barragem que cobriram elas, as famílias foram distribuídas nos reassentamentos criados. De acordo com as narrativas das entrevistadas e entrevistados, a empresa responsável pela construção da usina hidrelétrica escolheu a região que reassentaria as pessoas que teriam suas terras desapropriadas.

Nos primeiros anos, houve assistência da empresa, mas essa já não é a realidade desse reassentamento, pois conforme narraram, o contrato da empresa expirou. Logo, o cotidiano desses sujeitos é marcado pelas dificuldades, o que não significa que anterior aos processos de reassentamento, elas e eles viviam sem outras dificuldades, já que o cotidiano rural brasileiro é marcado por diversas problemáticas.

No entanto, ao mudarem para o reassentamento as dificuldades se intensificam na medida em que agora lidam com a falta de água, dificuldade de acesso à saúde, à educação e até mesmo à energia, conformem falam:

Tem energia que lá não tinha. Lá água era muita, mas não era encanada... só que falta. Água aqui falta direto. (Antônio, 11 de julho de 2018)

A escola, saúde e água aqui é mais difícil. Lá não tem o córrego que passa no fundo da casa dos meus pais, né?! (Júlia, 11 de julho de 2018)

Os pais de Júlia moram no reassentamento Mariana, outro reassentamento criado para reassentar as famílias atingidas com a construção da usina hidrelétrica. Ao se casar, Júlia se mudou para o reassentamento São Francisco de Assis, onde deparou com realidade distinta do reassentamento de onde vinha, tendo mais dificuldade em se adaptar.



Posto de saúde no reassentamento São Francisco de Assis. Foto: Samara Letycia Moura Borges

Possivelmente, cada reassentamento apresenta particularidade em relação a percepção da nova estrutura da casa e das dificuldades enfrentadas no dia a dia. As dificuldades podem ser apreendidas de formas diferentes no cotidiano, conforme a organização dos papéis de gênero. A falta d'água é questão que preocupa, sobretudo pelo fato de essas famílias dependerem da produção de alimentos, tendo que controlar o uso da água durante a realização das atividades diárias.

Tanto para mulheres como para os homens a falta d'água inviabiliza suas atividades, porém diante das narrativas dos sujeitos que posiciona a mulher como o gênero que mais têm tarefas no cotidiano desse reassentamento, a mulher pode ser considerada a mais afetada com essa nova condição.

Considerando que a estrutura das casas não era a mesma anteriormente e que essas casas estavam próximas ao rio, as mulheres e homens compartilham dessa realidade antes e após a mudança para o reassentamento São Francisco de Assis, além de vivenciarem, no caso das mulheres, as responsabilidades domésticas que se intensificaram em decorrência dessa nova estrutura.

3.2 A roça: o trabalho difícil?

A produção das famílias reassentadas servem tanto para o consumo familiar como para a venda. Os alimentos que são mais plantados nesse reassentamento são mandioca, feijão, milho e abóbora, conforme narrativas. Os alimentos são vendidos na feira de Taquaralto, cidade que fica aproximadamente 30 km do reassentamento São Francisco de Assis.

De modo geral, as famílias vivem do que ali é produzido, é o que diz Joaquim ao ser perguntado sobre o consumo e a venda desses alimentos: *“É pra consumo... pro dia a dia, não dá conta de consumir tudo, aí tem que comercializar, que é pra cobrir a outra parte que não tem. Vive da chácara mesmo”* (Joaquim 18 de janeiro de 2019).

A condição de plantar e vender, aparece na fala dos sujeitos reassentados como uma condição anterior e posterior a vivência no reassentamento. Todavia, a reclamação das terras é majoritária na fala das entrevistadas e entrevistados, já que antes eles consideravam as terras melhores. Além disso, alguns entrevistados falaram sobre a distância entre o São Francisco de Assis e a feira, aumentando o gasto de deslocamento até a cidade onde são vendidos os alimentos:

Antes de nós mudar pra cá, a gente morava a 6 km do palácio Araguaia de Palmas, a vida nossa era bem diferente de agora. Hoje, nós estamos aqui com muita dificuldade, né?! Porque a distância é demais, a mudança é complicada pra eu fazer. (Fátima, 11 de julho de 2018)

Ficou mais ruim pra nós que tem que sair daqui cedo pra pegar ônibus, vem... sai de lá duas e chega aqui três horas! (Luís, 11 de julho de 2018)

Era mais perto antes, aqui 'tá' mais longe da feira. (Antônio, 11 de julho de 2018)

Fátima fala sobre suas tarefas diárias antes e a após a mudança pra o reassentamento: *“Tanto lá como aqui, você cuidava dos porcos, o meu serviço principalmente é cuidar da galinha, das minhas plantas e cuidar da casa. Ajudo na roça também”* (Fátima, 11 de julho de 2018). Nas narrativas das mulheres e dos homens, é comum os papéis das mulheres estarem relacionados ao cuidado da casa e o trabalho na roça, enquanto os dos homens as atividades estão direcionadas a produção agrícola.

Ao perguntar para Fátima sobre as tarefas de seu esposo, ela responde: *“Ele... pra ele é mais difícil, ele fica com o serviço mais pesado, fica com a lavoura, tem que cuidar das vacas, dos porcos”* (Fátima, 11 de julho de 2018). No caso de Fátima e de seu marido, são apenas os dois vivendo no reassentamento São Francisco de Assis, suas filhas e filhos já não moram com o casal. Então, as atividades são divididas entre os dois. Não

há mais ninguém para delegar papéis, conforme esclarece a entrevistada: “*Não. Só nós dois. Lá vez em quando eu tenho alguém que me ajuda dá uma ‘faxininha’, mas isso é assim lá vez em quando, não é todo dia não*” (11 de julho de 2018).

Pode-se perceber que enquanto a mulher desempenha atividade relacionada a agricultura e à casa, o homem desempenha atividades relacionadas a agricultura. Na fala da entrevistada, apenas um gênero é observado como aquele que desenvolve as atividades “mais difíceis”: o homem. Seus papéis diários passam a fazer parte do cotidiano e ao descrevê-las, podemos perceber a naturalização que são postas a eles.

Já Joaquim, sobre suas tarefas e de sua esposa, responde: “*Continua a mesma coisa. É o dia a dia mesmo, não tem como mudar. Dividimos as tarefas. Trabalho na horta, ela (esposa) na casa*” (Joaquim, 11 de julho de 2018). Esse dia a dia, onde podemos perceber os papéis das mulheres e dos homens parece ser inalterável na fala do entrevistado. Mais uma vez, podemos perceber aí a naturalização desses papéis e verificar que essas posições sociais apresentam-se como indiscutíveis. O homem não vê as atividades desenvolvidas em casa pelas mulheres como um trabalho, mas como uma prática comum e que, portanto, não somam com as demais atividades.

Por isso, podemos verificar que a mulher desenvolve diversas tarefas, pois existe uma correspondência dos papéis e comportamentos socialmente entendidos como de mulher. Segundo Schimidt:

As responsabilidades derivadas da esfera privada estiveram predominantemente restritas ao gênero feminino. Essas responsabilidades acompanhadas pelas características como paciência, delicadeza e passividade, delinham os papéis sociais atribuídos às mulheres como um aspecto natural do ser feminino (SCHIMIDT, 2012, p. 05).

Para a autora, “isso equivale a dizer que as diferentes funções ocupadas por homens e mulheres em nossa sociedade se justificam em termos biológicos, pela suposta capacidade natural que um ou outro tem para realizar determinadas tarefas” (SCHIMIDT, 2012, p. 05).

Assim, o fato de as mulheres se ocuparem com diferentes tarefas, às vezes simultaneamente, é naturalizada, pois no imaginário das pessoas, as mulheres são capazes de lidar com várias funções. Nesse sentido, Izaura Fischer diz que:

A jornada cotidiana da mulher no campo é, geralmente, subestimada, uma vez que o trabalho da roça fica subsumido no doméstico, considerado não trabalho, visto como extensão de suas atribuições de mãe/esposa/dona-de-casa, naturalmente considerada parte das relações afetivas (FISCHER, 2006, p. 44).

A jornada de trabalho da mulher camponesa envolve diversas atividades, a autora cita entre elas, “o cuidado das crianças, dos velhos, o abastecimento d’água e o da lenha”. Tudo isso, de acordo com Fischer (2006) “faz parte de seu trabalho que, somando ao da roça, perfaz uma jornada” que se inicia geralmente cedo da manhã e termina tarde da noite.

Para Saffioti (1996), essas são atividades invisíveis e não consideradas como trabalho porque prevalece no âmbito rural a concepção de que: a jornada de trabalho feminina é flexível, e, sendo assim, as mulheres podem estabelecer seu próprio horário, a labuta da roça ocorre sempre ao lado dos membros da família, sob a administração de um chefe, um patriarca (SAFFIOTI, 1996, *apud* FISCHER, 2006, p. 45).

Portanto, as funções ligadas ao cuidado da casa e da família, de um modo geral, nem sempre contam como um trabalho a mais, já que a naturalização desse papel torna essa atividade comum a esfera feminina. Logo, mesmo a mulher fazendo o mesmo trabalho na roça, vendendo na feira e assumindo as reponsabilidades domésticas, esses papéis são apreendidos por essa “capacidade natural” conforme elucida Schimidt (2012).

Dessa forma, ao percebermos por meio das narrativas as representações que os sujeitos têm sobre a mudança vivenciada no reassentamento, pudemos identificar o papel da mulher no cotidiano das famílias reassentadas, sendo que esse papel ainda reflete a imagem estigmatizada do que é ser mulher. Por meio das narrativas pudemos verificar também a representação que os sujeitos têm sobre o que é papel de mulher ou de homem. Sendo assim, a representação pode ser apreendida como “uma parte do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 31).

A partir dos estudos das representações de Stuart Hall, conferimos que as interpretações dos indivíduos são construções compartilhadas por elas e eles e que portanto, suas narrativas são carregadas de significados. Assim sendo, entende-se que podemos trabalhar as representações dos sujeitos vinculadas as questões de gênero, pois são os significados sobre os papéis atribuídos aos membros dessa comunidade reassentada que constituirão suas práticas cotidianas.

Por meio das falas podemos analisar as representações, entendendo que narrativas são interpretações do sujeito que enuncia. É no cotidiano que podemos compreender também as representações de gênero, uma vez que é a partir da mudança desse cotidiano que apreendemos as interpretações. A dificuldade com a mudança é mais comum nas falas das mulheres do que na dos homens, o que mostra que a mulher lida com uma

sobrecarga das atividades cotidianas. Na fala de Fátima, ela afirma: *“Hoje, nós estamos aqui com muita dificuldade, né?! Porque a distância é demais, a mudança é complicada pra eu fazer”* (Fátima, 11 de julho de 2018). Sua fala evidencia que a mudança é complicada, principalmente para ela, já que são as mulheres, conforme mostram as narrativas, que lidam com diversas responsabilidades, tendo que lidar também com diferentes pressões do dia a dia. Para a mulher contemporânea, segundo Borsa e Feil “trabalhar e ser uma profissional bem-sucedida é somar responsabilidades, mais do que isto é, frequentemente, suportar certa medida de conflitos e culpa” (BORSA; FEIL, 2008, p. 08). Dessa forma, a fala de que a mudança é complicada para a entrevistada fazer, mostra-nos que geralmente recai sobre as mulheres diversas funções a serem realizadas no cotidiano das famílias.

O cotidiano, dessa forma, é onde podemos verificar as “questões mais rotineiras que compõem os acontecimentos diários da vida e os significados que as pessoas vão construindo, nos seus hábitos e rituais” (CHIZZOTTI, 1992, p. 87-88). Para Michael de Certeau o cotidiano é “aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente”. O cotidiano é ainda para o autor “aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior” (CERTEAU, 1996, p. 31).

O cotidiano é, portanto, lugar onde são postas em prática as representações de gênero dos indivíduos, acredito que por isso, Certeau (1996) define o cotidiano como aquilo que prende intimamente porque são práticas que já estão enraizadas na rotina dos indivíduos, são íntimas no sentido de “compatibilidade” de sentidos entre eu e o outro, a medida em que tornamos algo mais íntimo quando é de nós mais próximo.

Considerando o exposto, entendo as representações de gênero como interpretações socialmente compartilhadas por um determinado grupo em espaço e tempo que marcam como aceitáveis ou não os comportamentos de mulheres e homens. É a aceitação desses comportamentos que nos tornam próximos, quando esses comportamentos são estranhos a nossa representação do que é ser mulher ou homem, vem o estranhamento e a repulsa.

Ao verificarmos as representações das atividades das mulheres e dos homens realizadas no cotidiano, sobretudo na casa e na roça, podemos compreender que seus papéis são divididos de acordo suas interpretações sobre o que é ser mulher. Nesse caso, gênero contribuiu para analisar as narrativas com um olhar mais detalhado e questionador das práticas que tanto as mulheres como os homens assumem em suas falas como “normais” e que sempre pareceram ser assim. Então, a construção da hidrelétrica vista

com auxílio de categorias de análise foram fundamentais para mostrar que podemos explicar essas relações e mostrar que além de consequências ambientais, existe questões referentes as relações de gênero que surgem no processo de reassentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durval Muniz Albuquerque Júnior ao escrever a História como a arte de inventar o passado, falou-nos que aprendeu com Michel Foucault que “nada pode ser visto como natural, justo, verdadeiro, belo, desde sempre” e que “as formas que os objetos históricos adquirem só podem ser explicados pela própria História” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 151). Aprendi com a leitura desse livro, que os comportamentos e as representações das mulheres e dos homens nessa pesquisa não podem ser tomados como uma realidade permanente e que comportamentos podem ser explicados, os comportamentos dos entrevistados antes e depois da mudança para o reassentamento São Francisco de Assis operavam dentro da lógica de gênero, uma vez que as mulheres sempre desenvolveram várias funções no cotidiano familiar. Com ele, aprendi que devemos entender como se dão as identidades de gênero e o que significou a mudança para o reassentamento no que diz respeito aos convívios diários.

Albuquerque Júnior (2007) mostrou-me que as representações podem ser explicadas e, por isso, a necessidade do olhar desprendido de nossas certezas e posições confortáveis, além dele, aprendi com Joan Wallach Scott (1998) sobre a importância de olhar para nossos objetos de pesquisa com um olhar desnaturalizado, apontando para as possibilidades de compreensão dos papéis de gênero das mulheres e dos homens na sociedade.

Joan Scott (1998), vê gênero como categoria de análise e que as relações entre mulheres e homens também não podem ser entendidas com uma visada naturalizada, pois para ela, essas relações são construídas. Assim, entendendo que as ações dos sujeitos refletem as construções sociais, percebi que era preciso desconstruí-las para, finalmente, encontrar o que significou a construção de uma usina hidrelétrica nas relações de gênero, o que implicou entender e explicar como os papéis sociais são distribuídos as mulheres e homens na sociedade. Dessa forma, pôde-se constatar os significados que a mudança de lugar operou nas relações entre as mulheres e homens reassentados, pois as representações de gênero das mulheres e dos homens reassentados, nas quais as mulheres são vistas como aquela capaz de desenvolver múltiplas tarefas em torno do âmbito privado, enquanto os homens desenvolvem funções específicas, concebem a imagem masculina de liderança e potência, aquele que cabe as aparições e as decisões públicas.

Uma outra questão importante para se analisar as dissonâncias postas nas relações de gênero dentro do reassentamento se refere as diferenças entre os espaços de outrora

situados nas fazendas, próximos ao rio e aos espaços de agora, marcados pela terra vermelha e por uma nuvem de poeira no período da seca, ou por poças de lama no período das chuvas. As narradoras e os narradores antes de se mudarem para o reassentamento estavam mais próximos do rio, mantinham suas redes de sociabilização, no caso das mulheres, e conseguiam por meio desse espaço o sustento familiar adequado. Essas transformações abarcam a complexidade das relações de gênero, uma vez que a mudança de lugar, afetou as mulheres mais do que os homens, pois elas já não têm opções de lazer e suas subjetividades que eram afirmadas nos momentos que contatavam o rio e organizavam os festejos foram subtraídas, ao contrário dos homens, que ainda podem pescar em lugares fora do reassentamento, jogar futebol e ir a um bar. Para as mulheres, tais concessões não podem ser dadas devido o que a imagem de uma mulher representa na sociedade.

A conjuntura vivenciada pelos habitantes do reassentamento São Francisco de Assis é parte de um sistema instalado após a construção da hidrelétrica, no qual as mulheres tiveram atividades reforçadas. O estilo citadino de vida imposto a esses sujeitos fez com que perdesse seus laços comunitários e passassem a enfrentar dificuldades com a terra. Com a mudança, depararam com a cobrança pelo uso da água e energia que antes não fazia parte de seus gastos.

As narrativas nos permitem verificar que a nova realidade e a intensificação das atividades das mulheres frente a nova estrutura das casas, demandou ao menos duas situações: um reforço das atividades das mulheres referentes à casa e a necessidade de sua manutenção. As mulheres passaram a ter que cuidar mais da casa e controlar os gastos com água e energia, conjuntura nova, já que antes não tinham esses gastos e quando viviam nos antigos lugares podiam pagar suas dívidas, já que as terras que produziam garantiam sua fonte de renda. Enfim as tramas reveladas a cada palavra pronunciada nos mostra uma modernidade e um progresso que se desenha nos projetos, mas que quando se fala em relações de gênero, ou melhorias para as vidas femininas, ainda se configuram como um sonho que ainda está por se realizar.

Apesar de verificarmos que algumas narrativas indicavam que as instalações facilitaram as atividades das mulheres, como a pia dentro de casa e a água encanada, elas também significaram o reforço de suas atividades no ambiente privado com a necessidade de limpar o piso e dos cômodos da casa que agora dispõe de outra estrutura. Além disso, a própria manutenção da casa ficou mais cara, pois antes não se dispunha de uma estrutura tão diferente como a posta atualmente. As mudanças não foram tão perceptíveis pelos

vieses masculinos em relação aos afazeres domésticas, já que eram as mulheres as responsáveis por eles. Portanto são as mulheres, através de suas narrativas, que perceberam essas mudanças.

Através da combinação entre as atividades e as idades dos entrevistados, pôde-se constatar que as mulheres que tinham idade entre 31 e 38 anos eram responsáveis pela limpeza da casa, criavam animais pequenos, cuidavam das crianças e, no caso de Beatriz e Elisa, cuidavam de algum parente idoso. Enquanto os homens que apresentavam aproximadamente as mesmas idades não costumavam se responsabilizar pelas atividades domésticas, trabalhavam diariamente na roça e comercializavam.

Já as mulheres que tinham idade entre 45 e 76 anos desenvolviam atividades da casa, criavam animais e trabalhavam na roça. Os homens com idades aproximadas não eram responsáveis pelas tarefas domésticas diárias, trabalhavam na agricultura e comercializam. Algumas atividades desenvolvidas pelas mulheres são semelhantes, com exceção da responsabilidade de cuidar de alguém da família que, como se pode notar, recaí sobre mulheres entre 31 e 38 anos de idade. Pode-se inferir que os papéis delegados as mulheres partem da concepção da divisão sexista do trabalho.

Demonstra-se com isso as múltiplas tarefas que as mulheres tem que lidar em seu cotidiano, mostra-nos também que esses papéis estão delimitados nas representações do que é ser mulher, como sendo aquela que cuida dos afazeres domésticos, frágil e que por isso cuida de animais pequenos e da casa, como sensível, por isso pode cuidar melhor da educação dos filhos e dos idosos.

A pesquisa com as mulheres e os homens reassentados torna evidente que esses papéis não são delegados a eles por ordem do acaso, já que a utilização de aparatos teóricos mostra que eles são construídos historicamente e existe significado. Os significados operados com a mudança para o reassentamento, foram possíveis de serem apreendidos através da problematização e a busca constante pela desnaturalização das práticas levantadas por tantas autoras e autores, entre eles, Joan Wallach Scott e Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

A construção da hidrelétrica permite emergir diversos discursos, nos quais é possível verificar uma mudança significativa no estilo de vida no reassentamento. Quanto a necessidade de analisar a relação de gênero, no entendimento tanto das mulheres como dos homens, compreendi que era preciso trazer os dois lados porque em suas narrativas podemos perceber que suas representações nem sempre partem da mesma ideia do que é ser mulher, já que na fala de duas mulheres elas apresentam outras perspectivas. Podemos

perceber que a educação para as filhas é considerada importante para Júlia, por acreditar que através dela, as filhas possam romper com a tradição das outras mulheres da família. A atuação de Fátima no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mostra uma exceção diante da pouca participação das mulheres entrevistadas na vida pública. A pesquisa elucidou ainda que apesar de o consórcio afirmar que a mudança seria melhor e traria melhorias para as pessoas reassentadas, ao chegarem no reassentamento, as pessoas se depararam com uma realidade distante da que foi enaltecida. As experiências que constituíram os sujeitos mostraram-se contrária a expectativa que foi criada pelo consórcio.

Posto isso, trazer essas experiências são importantes em dois sentidos. Para trazermos a especificidade dessas interpretações e evitarmos a generalização. Elas são importantes também porque ao evitarmos a generalização, não tornamos essas experiências invisíveis.

A essa necessidade da experiência dos sujeitos ou de testemunhos que possam oferecer relatos e narrativas aos historiadores, a narração desses testemunhos, ocupa umas das observações centrais de Walter Benjamin (1986). Ao falar acerca do distanciamento entre o narrador e o observador, Benjamin (1986) introduz a experiência que é arte de narrar como algo em “vias de extinção”.

A faculdade de intercambiar as experiências para Walter Benjamin pareceria como privadas a nós que antes nos parecia segura e inalienável (BENJAMIN, 1986, p. 198). Para Benjamin (1986) as ações da experiência em baixa seria uma das causas desse fenômeno. Walter Benjamin (1986) apresenta alguns fatores que contribuiriam com essa mudança, o momento após a Primeira Guerra Mundial seria um deles, já que esse momento marcou as configurações sobre o narrar.

Sustido na perspectiva de Benjamin (1986), Guilherme Morais afirma que:

Diferentemente da experiência científica, que se configura como um saber racionalizado, sistemático, pretensamente objetivo e denotativo, a experiência tradicional se molda como um discurso intuitivo, narrativo, subjetivo e conotativo, porque leva o outro a interpretar a história que ouve (MORAIS, p. 389, 2017).

Assim posto, as experiências nos chegam através das narrativas dos sujeitos que são contadas a partir de fragmentos da memória, caracterizada pelo seu potencial de transmissão. Nesse sentido, Lucília Delgado entende que “narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de

traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo” (DELGADO, 2003, p. 21).

As narrativas são importantes “como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram da História da humanidade”. Para Lucília, as narrativas podem ser entendidas ainda como “suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo” (DELGADO, 2003, p. 21-22). De acordo com a autora:

No tempo presente, no mundo marcado pela cultura virtual e pela velocidade muitas vezes descartável das informações, tendem a desaparecer os narradores espontâneos, aqueles que fazem das lembranças, convertidas em casos, lastros de pertencimento e sociabilidade. Nessa dinâmica de velocidade incontida, desenfreada, perdem-se as referências, diluem-se os substratos da vida, reduzem-se as possibilidades de construção do saber (DELGADO, p. 22, 2003).

Dessa forma, as experiências das mulheres e dos homens que presenciaram e foram envolvidas e envolvidos com a construção da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães são importantes para compreendermos suas representações de gênero e nos possibilita compreender como se constituem suas identidades. Além disso, por meio de suas narrativas, essa pesquisa urdida em fragmentos de memórias e tecidas em lembranças de outrora que se organizam no presente, permite visibilizar uma problemática assente nos projetos modernizadores das construções dessas usinas. Assim, a pesquisa compõe uma tentativa de preenchimento da ausência predominante de trabalhos com mulheres e homens reassentados na construção do conhecimento histórico, pensada à guisa das relações de gênero. As reflexões postas nos levam a ocupar no campo do conhecimento o que Joan Scott chama como a “invisibilidade da experiência” no que se refere às mulheres reassentadas.

Para Scott “sabemos que existem, mas não como foram construídos; sabemos que a experiência deles oferece uma crítica de práticas normativas, mas não a dimensão da crítica”. De acordo com ela pensar nessa invisibilidade, “é uma historicização que implica exame crítico de todas as categorias explicativas tomadas normalmente como óbvias, incluindo a categoria da experiência (SCOTT, 1998, p. 304).

Por isso, a importância de analisar as relações de gênero no contexto de um reassentamento rural, pois até mesmo as discussões de gênero com mulheres e homens nas cidades não especificam o significado do que é ser mulher no campo. Antes de ter contato com a realidade desses sujeitos, não conhecia como se dava as relações de gênero

neste espaço, pois sempre a imaginava como das mulheres que vivem nas zonas urbanas. Ao olhar para essa realidade, vemos que a mulher e o homem do campo correspondem aos comportamentos patriarcais e que as experiências das mulheres neste cotidiano, cujas responsabilidades são grandes, tornam suas vivências mais árduas.

A invisibilidade da mulher no campo, portanto, também está na força de trabalho, uma vez que as mulheres camponesas também possuem atividades na lavoura e em casa, no entanto, o trabalho doméstico não tem o mesmo peso. Dessa forma, a ideia de que a mulher é capaz de lidar com diversas tarefas ao mesmo tempo, reifica uma condição que nem sempre são postas em problematização, pois no imaginário social, mulheres já nascem com essa habilidade.

Ao colocar tal condição em um lugar natural na competência feminina, ocorre a inviabilização dos papéis das mulheres e a minimização da importância que eles têm nas relações sociais. Assim, acredita-se que os trabalhos realizados no âmbito doméstico também devam ser valorizados, pois ainda que funções como essa sejam relevantes, o que podemos perceber por meio de narrativas como as que foram analisadas nessa dissertação, é que estes não são valorizados, eles sequer são vistos como tais.

A invisibilidade da mulher no sistema patriarcal, onde se reforça a imagem da mulher conforme suas características biológicas, tendem a subtrair suas subjetividades, rechaçando suas necessidades e colocando-as em posição pouco privilegiada. Assim, ao pensarmos as relações na pesquisa a partir das representações sobre o gênero feminino na interpretação das mulheres e dos homens, são constituídas as possibilidades de repensar a importância de investigações em conjunturas como essa.

A pesquisa, sendo assim, mostra que a diferença entre a definição de trabalho doméstico e do trabalho na lavoura a partir das representações sobre o que é ser mulher, faz com que os papéis atribuídos as mulheres e os homens mantenham a desigualdade tanto no que refere aos benefícios econômicos e educacionais, como nas questões subjetivas. Por isso, concordo com Santos, Oliveria, Santana e Gehlen (2013) ao afirmar que “as hierarquizações das relações sociais de gênero (re)traduzem desigualdades que têm colocado as mulheres em uma posição de inferioridade e opressão, em particular, as mulheres na produção rural, onde seu trabalho é considerado como “ajuda””. De acordo com esses autores “no campo, a trabalhadora enfrenta, de forma agravada, os obstáculos impostos aos produtores rurais, em especial, o acesso aos investimentos, a questão da posse da terra, o uso e acesso aos recursos naturais” (SANTOS; OLIVERIA; SANTANA; GEHLEN, 2013).

Arriagada, por sua vez, acredita que o entendimento do papel da mulher, caracterizado pela subordinação, limita sua possibilidade de independência social, econômica e política, necessitando de políticas que superem esse modelo desigual das relações sociais de gênero (ARRIAGADA, 2005). Assim como ela, acredito que o entendimento do que é ser mulher reflete em suas condições sociais e o que torna essa conjuntura mais preocupante é que pessoas tomam os papéis que desenvolvem na sociedade, tanto no âmbito privado ou público, sem as devidas reflexos que lhes cabem.

Quando não ocorre a reflexão sobre as posições que são ocupadas, isso tem impacto na vida das mulheres do campo, que além de terem que lidar com o silenciamento imposto as suas várias atividades, ainda lidam com diversas preocupações como a falta d'água e a educação dos filhos, como já mencionado aqui. Portanto, pesquisas como essa, mostram a importância de compreender e problematizar as relações de gênero, pois a partir dos estudos das representações, é possível traçar estratégias de empoderamento e políticas públicas, capazes de minimizar o impacto que a desigualdade tem nos acessos qualitativos de vida dos sujeitos, especialmente, das mulheres, mudando assim o sistema que oprime e coloca a mulher em uma condição desigual, sistema esse que é parte de um sistema maior que estrutura a política, economia, identidade e relações sociais dentro de uma lógica patriarcal que beneficia os grupos dominantes que gerenciam processos como o de instalação de usinas.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

Entrevistas

Gênero e autonomia econômica para as mulheres. Caderno de Formação – Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016.

Perfil socioeconômico dos municípios. Palmas – TO: Secretaria do Planejamento e Orçamento, 2017.

O rio Tocantins no olhar dos viajantes – paisagem, território e energia elétrica. Lígia Maria Martins. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, 436p.

Obras acadêmicas:

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ALBUQUERQUE JR., Durval. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Graziela. *Terras indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – Brasília, 2007.

AMORIM, Elisângela Santos. *Trajatória educacional de mulheres em assentamentos de reforma agrária na região Tocantina-MA*. Florianópolis: Mulheres; São Luís: EDUFMA, 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. *Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil*. Mediações, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, 2012.

ALVES, Ronaldo. *Representações sociais e a construção da consciência histórica*. Dissertação de Mestrado. 2006. 133f. Universidade de São Paulo – São Paulo, 2006.

ANDRADE, Rafael; BOTELHO, Maria Izabel; FIÚZA, Ana Louise; PEREIRA, Eveline. *Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil*. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.23, n.1, p.39-49, jan./mar., 2009.

BARBOSA, Elisvan, LOLIS, Solange, PEREIRA, Carolina. *Do rio Tocantins a UHE do Lajeado: a memória da população ribeirinha de Brejinho de Nazaré*. Revista Interface, Ed. nº 09, p. 191-203, 2015.

BARBOSA, Márcio Ferreira. *Experiência e narrativa*. Salvador: EDUFBA, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *Gênero, sexualidade, desigualdade e diferença: quatro noções atravessadas pela história*. Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 23, n. 2, jul./dez., p. 47-66, 2010.

BATISTA, Eloísa. *A recomposição do modo de vida dos reassentamentos rurais do setor elétrico: estudo comparativo entre Flor da Serra e São Francisco de Assis (Estado do Tocantins)*. 2009. 231f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BORSA, Juliane; FEIL, Cristiane. *O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão*. Portal dos Psicólogos, p. 1-12, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 4 ed, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina. *Gênero é um conceito complexo e de difícil sensocomunicação. Considerações a partir de uma experiência de formação docente*. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez., p. 75-87, 2010.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONSTANT, Flávia. *Tantinho, memória em verde e rosa. Estudo do Processo de Construção de uma Memória da Favela da Mangueira*. Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, 2007.

CUNHA, Sabrina; ALVES, Andreza; OLIVEIRA, Enderson. *Por que mulher não paga entrada de festa? Dialogando com Femvertising e a igualdade de gênero*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Curitiba, 2017.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. *A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em Educação*. Aprender – caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Vitória da Conquista, ano II, n. 2, p. 105-114, 2004.

CHIZZOTTI, Antônio. *O cotidiano e as pesquisas em educação*. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1992.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DELGADO, Lucília; FERREIRA; Marieta. *História do tempo presente e ensino de História*. Revista História Hoje, v.2, nº.4, p. 19-34, 2013.

DELGADO, Lucília. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. Revista de História Oral, 6, p. 9-25, 2003.

DERROSO, Giuliano Silveira. ICHIKAWA, Elisa Yoshie. *A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades ribeirinhas: Um estudo em Saltos Caxias, Paraná*. Ambiente e Sociedade, v. XVII, no 3, p. 97 – 114. São Paulo, 2014.

FAORO, Raymundo. *A modernização nacional. In: Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, p. 95-115, 1994.

FERREIRA, Marieta Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes v. 94, n. 3. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Mariane. *Os conceitos de território e lugar na contemporaneidade: a produção nas teses de Pós-Graduação em Geografia de 2001-2011*. 2013. 153f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

FICO, Carlos. *História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro*. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan./jun., 2012.

FISCHER, Izaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

FIGUEIREDO, Marina. *A mulher em ambientes de identidade masculina: novas formas de produção simbólica do discurso feminino ou da dominação masculina?* Anais do XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas – uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *O que é um autor?* In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Coleção Ditos e Escritos, v.3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FUINI, Lucas Labigalini. *Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos*. Terra Plural, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014.

FUNCK, Susana. *Desafios atuais dos feminismos*. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, p. 22-35, 2014.

FREITAS, Liliane; CHAVES, Silva. *Ser homem ou mulher é biológico? A naturalização dos gêneros em revista de divulgação científica*. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2011, Campinas. Anais do VIII ENPEC, 2011.

GUATTARI, E; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Eliane; PINTO, Neide. *O significado da casa própria para os benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida em Viçosa, MG*. Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 25, n. 1, p. 137-158, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

_____. *Identidade cultural e diáspora*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, p. 68-75, 1996.

HARRES, Marluza Marques. *História Oral: algumas questões básicas*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez., 2008.

HOBBSAWM, Eric. *O presente como história*. In: Sobre a história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, L. "The challenge of gender. Deconstruction of categories and reconstruction of narratives in gender history". In: MEDICK, H.; A. C. (org.). *Geschlechtergeschichte und allgemeine geschichte*. Gottingen: Wallstein, 1998.

JANUÁRIO, Soraya. *De homem para homem: cultura, imagem e representações masculinas na Publicidade*. Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación, v. 9, p. 397-428, 2014.

JODELET, Denise. *Representações sociais: fenômenos, conceitos e teoria*. In: Psicologia Social: PARIS: PUF, 1990.

JORGE, Rogério Ribeiro. *Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural*. Tese de Doutorado. 2009. 304f. Universidade de São Paulo - São Paulo, 2009.

JOUTARD, Phillippe. *Esas Voces que nos llegan del pasado*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

JUSTINO, Marcelo; PARENTE, Temis. *(In)Sustentabilidade socioeconômica dos reassentamentos Mariana e Olericultores*. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 108 - 131, jan./abril., 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEME, A. A. *Globalização e reformas liberalizantes: contradições na reestruturação do setor elétrico brasileiro nos anos 1990*. In: Revista Sociologia e Política nº 25. Curitiba: UFPR, nov. 2005.

LANG, Alice. *História oral: procedimentos e possibilidades*. In: Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: CERU, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre.; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUZA, Mailiz. *Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais*. Gênero. Niterói, v. 13, n. 1, p. 93-107, 2012.

MARTINS, Garcia Conceição; LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO; Marília Gomes. *Relações de gênero no trabalho doméstico: um estudo a partir da realidade das trabalhadoras do Instituto Federal de Santa Catarina*. Cadernos de Gênero e Tecnologia. N. 23-24 Ano: 13 jul./ago./set./out./nov./dez., p 27-36, 2011.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932*. Revista Gênero, Niterói, v. 4, n. 2, p. 149-169, 2004.

IRANDA, Tereza; SCHIMANSKI, Edina. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In: FERREIRA, AJ. (Org.). *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas*. Ponta Grossa: Editora UEPG, p. 66-91, 2014.

MEDEIROS, Rosa Maria; LINDNER, Michele. *A territorialização de assentados no Rio Grande do Sul: os espaços de vida no contexto da luta pela terra*. Revista FSA, v. 11, n. 2, p. 261-273, 2014.

MEDEIROS, Rosa Maria. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

MESSIAS, Noeci Carvalho. *Patrimônio cultural: entre o tradicional e a modernidade com a chegada da hidrelétrica de Lajeado, Porto Nacional (TO)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás, 2004.

MENESTRINO, Eunice. *Povos tradicionais: do lugar ao não lugar*. Universidade Federal do Tocantins. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins – Palmas, 2010.

MEIHY, José Carlos. *Definindo história oral e memória*. Cadernos CERU, nº 5, série 2, 1994.

MENDES, Claudinei. *A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos*. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 33, p. 205-209, 2011.

MENDES, Noeli Aparecida Serafim. *As usinas hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana - Euclides da Cunha Paulista*. Dissertação de mestrado em Geografia, 2005.

MORAIS, Guilherme Augusto Louzada Ferreira. *O conceito de experiência, de Walter Benjamin, análogo às narrativas heroicas clássicas*. Letras Escreve, v. 7, n.3, p. 385-402, 2017.

MORESCO, Marcielly; RIBEIRO, Regiane. *O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico*. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 14, n. 27, 2015.

MORICONI, Lucimara Valdambrini. *Pertencimento e identidade*. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. Universidade Estadual de Campinas, 2014, 52f.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 8, n.2, p. 09-41, 2000.

NOGUEIRA, Cristiano. *A mulher na política: um estudo sobre a participação da mulher nas eleições de 2014*. Anais do XVIII REDOR: perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas, 2014.

NUNES, Radamés Vieira. *Francisco Ayres, lembranças de um porvir: Porto Nacional e a modernização no Norte de Goyaz*. Tese de Doutorado. 2016. 344f. Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, 2016.

OLIVEIRA, S. R. *A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro v. 11, n. 5, 2010.

PARENTE, Temis Gomes. *Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins*. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 399-416, 2015.

_____. *Gênero e memória de mulheres desterritorializadas*. ArtCultura, Uberlândia, v. 09, n. 14, p. 99-111, 2007.

PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. *Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luís Eduardo Magalhães – TO*. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 30, no 53, p.557-570, mai./ago., 2014.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya. *O desempoderamento das mulheres rurais em Porto Nacional*. Dossiê: História, Natureza, Cultura e Oralidade, v. 14, n. 02, p. 177-201, jan./jan., 2012.

PARRIÃO, Dimas. *Impactos sociais: construção da hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães*. 2011. 62f. Monografia de Graduação - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Revista de História, v. 24, n. 01, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Roberto. *Os desafios da história (política) do tempo presente*. OPSIS, v. 7, n. 9, p. 151-165, 2007.

PESAVENTO, Sandra. *Cultura e representações, uma trajetória*. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez., 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Paradoxos da participação política da mulher no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n. 49, p. 98-112, 2001.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.

_____. *A bomba de Turim: a formação da memória no pós-guerra*. História Oral, v. 9, n. 1, jan./jun., 2006.

QUEIROZ, Norma Lúcia Neris. *Contribuições das Representações Sociais e da Subjetividade nos múltiplos contextos da Educação*. Curitiba: CRV, 2017.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RELPH, Edward. *As bases fenomenológicas da Geografia*. Geografia, 4 (7), p. 1-25, 1979.

REZENDE, Maria José. *O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 207-232, 2006.

RICOEUR, Paul. “A condição histórica”. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, p. 303-462, 2007.

RIOS, Fábio. *Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo*. In: Revista Intratextos, vol. 5, no1, p. 1-22, 2013.

RIVERA, María-Milagros Garretas. El cuerpo femenino: genealogías de libertad. In: MARTÍ, Josep; AIXELÀ, Yolanda (Orgs.). *Desvelando el cuerpo. Perspectivas desde las Ciencias Sociales y Humanas*. CSIC, 301-316, 2010.

RODRIGUES, Nubia; CAROSO Carlos. Ideia de ‘sofrimento’ e representação cultural da doença na construção da pessoa. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (Orgs). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p.137-149, 1998.

SÁ, Celso Pereira; ARRUDA, Ângela. *O estudo das representações sociais no Brasil*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p. 11-31, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo em Perspectiva, 13 (4), p. 82-91, 1999.

SANTOS, Antônio. *Povoado Canela em Palmas – TO: lugar e reassentamento*. Revista Interface, Edição nº 14, dezembro, p. 90-98, 2017.

SANTOS, Carlos Wendell Pedrosa dos; OLIVERIA, Gilvana Pessoa de; SANTANA, Eline Alves Silva de; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. *Desenvolvimento territorial rural e as relações de gênero nas políticas públicas*. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho. *Acerca do conceito de representação*. Revista de Teoria da História ano 3, n. 6, dezembro, 2011.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. *Gênero na teoria social. Papéis, interações e instituições*. Virtú (UFJF), v. 4, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec, São Paulo, 1994. (4ª edição: 1998).

SÊGA, Rafael. *O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici*. Anos 90, Porto Alegre, n. 13, julho, 2000.

SÊNE, Aline Gonçalves. *UHE de Lajeado: um estudo do cotidiano do reassentamento de Luzimangues*. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 1, p. 1-15, 2009.

SERBENA, Carlos Augusto. *Imaginário, ideologia e representação social*. Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas. Nº 52, dez., 2003.

SILVEIRA, Éder da Silva. *História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico*. MÉTIS: história e cultura – v. 6, n. 12, jul./dez., 2007.

SILVA, Bábarah. *As relações de gênero e o saneamento: um estudo de caso envolvendo três comunidades rurais brasileiras*. Dissertação de Mestrado. 2017. 187f. Universidade Federal de Minas - Belo Horizonte, 2017.

SILVA JÚNIOR, José Luiz. *Relatório Técnico-Científico*. Fundação Universidade do Tocantins, p. 1-22, 2016.

SOUSA, Luana; GUEDES, Dyeggo. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*. Estudos Avançados 30 (87), p. 123-139, 2006.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. Os limites da pessoa. Um retrato de Rose: considerações sobre processos interpretativos e elaboração de história de vida. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (Orgs). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 151-168, 1998.

SCOTT, Joan. *Usos e abusos de gênero*. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, dez., 2012.

_____. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História, São Paulo, n. 16, 1998.

_____. *Gênero: uma categoria de análise histórica*. In: Educação e Realidade, 1990.

SCHMIDT, Natalia. *A dupla jornada de trabalho: reflexão sobre o vínculo da mulher com o trabalho doméstico em contexto de ensino e aprendizagem de Sociologia para o nível médio*. Ensino de Sociologia em Debate: Edição N. 1, v. 1, jan./jan., p. 1-11, 2012.

SKINNER, Quentin. “*A prática da história e o culto do fato*” e “*Interpretação, racionalidade e verdade*”. In: Visões de Política. Sobre os métodos históricos. Lisboa: DIFEL, p. 11-80, 2005.

SWAIN, Tania. *A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”*. Textos de História, v. 8, n. ½, 2000.

TEIXEIRA, Maria Jânia Miléo. *Relações de gênero e festa religiosa: um estudo sobre a atuação da mulher nos espaços organizacionais do cirio fluvial noturno de Santo Antônio em Oriximiná-PA*. Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: a construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís, 2016.

TIERRA, Pedro. *O porto submerso*. Brasília: Editora Independente, 2005.

VIEIRA, Martha. *O Movimento Separatista do norte goiano (1821-1823): desconstruindo o discurso fundador da formação territorial do estado do Tocantins*. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU Iporá, v. 3, n. 1, jan./jun., p. 63-84, 2014.

APÊNDICE

Apêndice A – Lista de siglas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

EIA – Estudo do Impacto Ambiental

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas do Brasil

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

INVESTCO – Consórcio

MAB – Movimento Atingindo por Barragens

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

TO – Tocantins

UHE – Usina Hidrelétrica

Apêndice B – Instrumento de coleta de dados

Nome:

Idade:

Rotas desencadeadoras:

1. Como era sua vida antes de se mudar para o reassentamento? Como é a sua vida agora no reassentamento?
2. Em relação a moradia anterior, o que mudou nessa nova moradia?
3. Quais são as dificuldades enfrentadas no dia a dia?
4. Como foi sua adaptação no reassentamento?
5. Qual foi sua principal perda com a mudança para o reassentamento?
6. Como está o acesso a saúde e educação no reassentamento?
7. Ao serem reassentados, a família recebeu algum dinheiro?
8. Quais são suas tarefas em relação a casa agora e quais eram suas tarefas antes da mudança para o reassentamento?
9. Como o senhor/a vê a construção da hidrelétrica?
10. O/a senhor/a participava de festejos antes de vir para o reassentamento? Se sim, ainda participa?
11. Quem controla as despesas?
12. Qual é a importância que o rio tem para o/a senhor/a?
13. O que o/a senhor/a faz para se divertir aqui e o que fazia antes de vir para cá?
14. Em termos de melhoria, o que o/a senhor/a esperava com a construção da usina? Isso aconteceu?
15. O/a senhor/a acha que os trabalhos referentes a casa aumentaram?
16. O/a senhor/a teve participação direta nas negociações com a companhia responsável em reassentá-lo/a?

Apêndice C - Participantes da pesquisa

Antônio, 63 anos de idade.

Beatriz, 31 anos de idade.

Elisa, 31 anos de idade.

Fabício, 38 anos de idade.

Fátima, 62 anos de idade.

Ivete, 45 anos de idade.

Joaquim, 55 anos de idade.

Jorge, 58 anos de idade.

Júlia, 37 anos de idade.

Luís, 48 anos de idade.

Marisa, 55 anos de idade.

Raul, 76 anos de idade.